

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Área Científica de Estudos Africanos

As instituições de solidariedade social de protecção
a crianças em perigo: que intervenção?

Estudo de caso da
Associação de Beneficência Luso – Alemã

Marta Cristina Pereira de Almeida Carreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
**Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais –
Análise e Gestão**

Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

Co-orientadora:

Mestre Teresa Seabra

Junho de 2006

Resumo

Esta dissertação tem como tema central as crianças em perigo. No contexto de uma Instituição Particular de Solidariedade Social procurámos saber qual a sua intervenção na protecção destas crianças, estudando as estratégias seguidas, os projectos e os meios usados, analisando simultaneamente o perfil social das famílias em que se inserem.

O estudo de caso foi a estratégia encontrada para responder a questões de “como” e “porquê”. Como técnicas foram utilizadas a entrevista e a análise documental. A entrevista aos técnicos da instituição como forma complementar da recolha documental feita através da consulta das fichas de inscrição das trinta sete crianças e suas respectivas vinte e duas famílias e de outros documentos considerados pertinentes.

Depois de um enquadramento teórico, abordando os direitos das crianças, as principais investigações sobre a temática das crianças em perigo e as políticas sociais para a infância, foi feito um estudo empírico dentro da instituição.

De entre os resultados obtidos salientamos que nas famílias estudadas existe um padrão comum: disfuncionalidade familiar, pobreza sócio-económica, abandono, abuso, exposição à violência e privações múltiplas, em que a situação profissional dos progenitores ou tutores é maioritariamente baixa, com empregos não qualificados.

No que se refere à intervenção da instituição concluímos que existe um conjunto de procedimentos que são seguidos pelos educadores ao diagnosticarem uma situação de perigo, mas que não são chamados de estratégia, como algo instituído e rígido. No que se refere às parcerias estabelecidas, algumas delas dificultam o trabalho da instituição, muitas vezes atrasando o andamento dos processos, pondo em causa o bem-estar da criança.

Palavras-chave: crianças em perigo, sociologia da infância, Desenvolvimento Social e Humano, Políticas sociais para a infância, Instituição Particular de Solidariedade Social.

ABSTRACT

This essay centres on 'children at risk' and is based on an inquiry made to a private social-aid institution as to its efforts to protect such children. To this end, the strategies that are followed and the projects and means that are used were taken into account. Besides an analysis of the social profile of the families in which these children are being raised was conducted.

A case study strategy was adopted which aimed at responding to questions on 'how' and 'why'. Interviews and document analyses were used as techniques. Additional information produced by interviewing some of the organization's social workers, the data contained in the registration files about the 37 children attending the institution and their 22 families as well as other documents considered pertinent served as a basis for this essay.

Following a theoretical framing as an approach to the rights of children, the most important studies on children at risk and the social policies for children, an empirical study was carried out in the institution.

One of the outcomes of the inquiry was that the families share common characteristics such as dysfunctionality, socioeconomic poverty, abandonment, abuse, violence and multiple privation. In most cases, the parents or guardians have little education and pursue menial jobs.

As far as the intervention of the institution is concerned, it was concluded that a number of procedures are followed by the educators when faced with risk situations. However, such procedures cannot be seen as institutionalized or fixed strategies. As for the established partnerships, some of them make the institution's work more difficult, which sometimes cause proceedings to slow down and put the children's welfare at risk.

Key words: children at risk, sociology of childhood, social and human development, social policies for children, private social-aid institution

Agradecimentos

A ti que és a minha força, a minha fortaleza, o meu refúgio, a minha alegria, a minha paz, o meu doador de sonhos...

A ti que és o meu companheiro, que caminhaste comigo durante estes anos e me deste força para prosseguir apesar das pedras no caminho.

Aos meus pais que sempre me apoiaram, incentivaram, que me ajudaram a crescer e me ensinaram a viver, acreditando sempre que eu seria capaz (mas sabendo que se falhasse à primeira, eu iria persistir até conseguir).

Aos meus manos que me ensinaram a descontraír... no “relax”. Obrigada pela vossa alegria, companheirismo e amizade.

À minha família adquirida há menos tempo, pelo vosso incentivo a continuar em frente e por acreditarem em mim.

Aos meus amigos, àqueles que estiveram lá nas horas difíceis e aos que estavam mais longe mas que se lembravam de mim e me entregavam Àquele em quem acreditam.

A todos os colegas da ABLA pela força, pelo sorriso e pelo abraço que me fez tão bem... A todos por me facilitarem o acesso à informação necessária, mas sobretudo o meu muito obrigada por cuidarem tão bem do que de mais precioso existe: as crianças.

Aos professores do Mestrado pela força que deram, pelo exemplo de ousadia e determinação, sobretudo ao Prof. Fialho e claro ao meu orientador Prof. Roque Amaro, que sempre com o seu modo calmo e simpático me fez ver as coisas noutra perspectiva.

Talvez sem saberem, incentivaram-me a prosseguir, dando-me algumas ferramentas essenciais para o caminho.

E por fim, mas não menos importante, à minha co-orientadora, Mestre Teresa Seabra que soube guiar-me por este caminho nem sempre direito... com quem pude aprender muito, ouvir, reflectir e reestruturar as letras... a si o meu muito OBRIGADA pelo seu empenho e dedicação. Graças à sua ajuda posso hoje dizer que consegui percorrer a carreira a que me tinha proposto.

Índice

Agradecimentos	4
I – Enquadramento do estudo	7
<i>1. Introdução</i>	7
1.1. O objecto de estudo	8
1.2. A importância do estudo e justificação da escolha	9
<i>2. Objectivos do estudo</i>	10
2.1. Objectivo geral	10
2.1. Objectivos específicos	10
<i>3. Metodologia</i>	11
3.1. Questão de partida	11
3.2. Metodologia adoptada	11
3.2.1. As entrevistas	12
3.2.2. Processo de análise dos dados recolhidos	13
II – A Infância e as Crianças em Perigo	15
<i>1. Progressiva relevância social da infância</i>	15
1.1. Representações da Infância	15
1.2. O recente aparecimento da Sociologia da Infância	17
<i>2. Intervenção jurídica das sociedades contemporâneas sobre a Infância</i>	21
2.1. Os Direitos das Crianças	21
2.2. A Legislação Internacional sobre a Infância	21
2.3. A Convenção sobre os Direitos da Criança	23
<i>3. As Crianças em perigo</i>	25
3.1. Pobreza e Exclusão Social: a realidade de algumas crianças	25
3.2. Infância excluída: análise de um problema social	29
3.3. Crianças em perigo: estado da arte	30
3.4. Desenvolvimento social e humano: as lacunas das <i>crianças em perigo</i>	39
3.5. Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a infância excluída	42
3.6. Direitos Humanos e Desenvolvimento: o exemplo da educação que gera empowerment	44
3.7. As crianças em perigo e a Convenção sobre os Direitos da Criança	47
<i>4. Políticas Sociais da Infância e das Crianças em Perigo</i>	48

4.1. Principais tendências	48
4.2. Evolução das políticas sociais de protecção à infância	51
4.3. Estado e IPSS: parceiros ou concorrentes na protecção da infância?	55
4.4. A protecção de <i>crianças e jovens em perigo</i> em Portugal	58
4.4.1 O papel das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens	60
5. <i>Revisão de conceitos</i>	63
III – Estudo de caso: a intervenção da Associação de Beneficência Luso-Alemã na protecção das <i>crianças em perigo</i>	66
1. <i>Breve resenha histórica da instituição – enquadramento social e comunitário</i>	66
2. <i>Diagnóstico, caracterização das crianças em perigo e perfil social das suas famílias.</i>	68
3. <i>Apresentação dos Resultados das entrevistas</i>	76
3.1 Diagnóstico	77
3.1.1. Comportamento	77
3.1.2. Negligência	79
3.2. Situações mais frequentes	80
3.3. Procedimentos	82
4.1.1. Abordagem à criança	82
4.1.2. Apresentação da situação em reunião de educadores	83
4.1.3. Conversa com a família	85
4.1.4. Sinalização à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)	86
4.2. Trabalho na sala de aula	86
4.3. Reacções	89
4.4. Recursos e articulação	91
4.5. Avaliação da acção	94
4.6. Novas estratégias	95
IV. Conclusões - A protecção das crianças em perigo: a intervenção da ABLA	97
V – Para reflectir...	105
Bibliografia	106
Anexos	112

I. Enquadramento do estudo

1. Introdução

No planeta existem 2100 milhões de crianças (36% da população mundial) e todos os anos nascem cerca de 132 milhões. São estes 2100 milhões que por serem pequenos e frágeis, necessitam de cuidados essenciais e políticas sociais específicas de forma a garantir um desenvolvimento pessoal completo com uma integração social adequada destes que no futuro serão os actores sociais: as crianças de hoje.

Nunca tanto se falou de (des)protecção da infância como actualmente. A propósito deste problema social, diariamente recebemos informação sobre maus tratos a crianças, violações dos seus direitos, alterações legislativas que se avizinham, ou esforços do Estado para tentar proporcionar às crianças melhores condições de vida.

Em Portugal, a par desta questão, e especialmente nos últimos quatro anos, tem sido posto em causa o papel de instituições, quer públicas, quer privadas, que trabalham para garantir o respeito e cumprimentos dos direitos das crianças. Contudo, esta mediatização de casos de maus tratos e abuso de menores tem levado a um desprestígio de algumas destas instituições de protecção à infância. Através dos media constatamos as duas faces da moeda: por um lado, as notícias de maus tratos, abandono e negligência de menores, por outro, vemos as tentativas do Estado e das instituições para prevenirem situações como estas e minorarem as repercussões das situações de total desrespeito pela infância. Quer num caso, quer noutro saltam-nos à vista notícias como: **“Pedofilia: na pista das fotos portuguesas”** (Visão, 16/09/2004); **“Violência Doméstica e Crianças em Risco”** (Jornal Solidariedade, Maio de 2004); **“O crime dentro de portas”** (Notícias Magazine, 23/05/04); **“Sofrer de Pequeno”**, (Notícias Magazine, 28/11/04); **“Os bons selvagens”** (Notícias Magazine, 28/11/04); **“Em nome das Crianças”** (Jornal Costa do Sol, 27/11/04); **“Pequena Vanessa foi assassinada”** (Correio da manhã, 04/05/2005); **“Abuso Sexual ganha força”** (Correio da manhã, 10/05/2005).

Não é um fenómeno recente, mas os direitos das crianças têm assumido uma visibilidade e protagonismo social inéditos, suscitando a atenção dos cidadãos e da classe política, despertando simultaneamente o interesse dos cientistas sociais.

1.1. O Objecto de estudo

Constitui objecto desta investigação a intervenção de uma IPSS nas situações de perigo ou risco social a que algumas das crianças que tem a seu cargo estão sujeitas. Muito mais do que perceber por que acontecem, pretende-se investigar como as instituições particulares de solidariedade social, no caso concreto da Associação de Beneficência Luso-Alemã, trabalham com estas crianças, minimizando os danos e reduzindo o risco/ perigo com que tantas convivem. Desejamos encontrar boas práticas, falar com os técnicos, estudar as estratégias que mais se têm adequado aos vários casos existentes.

A criança parece corporizar todas as esperanças da Humanidade, alimentando continuamente um imaginário colectivo. As últimas décadas trouxeram mudanças significativas no que se refere aos factores que influenciam o período de desenvolvimento infantil. Uns bons, outros maus, a verdade é que todos os factores pesam e são cada vez em maior número “as situações de sofrimento das crianças que traduzem as falhas dos adultos e da sociedade em ajudar a crescer saudavelmente as suas crianças e adolescentes. São as perturbações das organizações sociais e familiares que condicionam cada vez mais organizações individuais de risco. O resultado final é o espelho disso mesmo: as crianças e os adolescentes passaram a fazer das suas relações com a família, a escola, a rua, a forma de exteriorização do seu mal-estar.” Strecht (1999, p.26).

Com o aumento crescente de situações de perigo, que respostas eficazes teremos nós no futuro? Como lidaremos com os adolescentes e jovens revoltados, feridos e tristes que não sinalizámos atempadamente enquanto *crianças em perigo* que eram?

As instituições de solidariedade social têm dispendido muito em torno destas questões, não só trabalhando directamente no terreno com estas crianças, mas também alertando a consciência colectiva de que é hora de parar de encobrir estas situações, porque elas existem realmente, e se há crianças que têm sobrevivido às situações devastadoras por que passam, outras acabaram por perecer por terem sido escondidas ou por terem caído no esquecimento. O Estado não tem capacidade para abarcar todas as situações, por isso têm surgido entidades que dão respostas sociais nas mais diversas áreas. A das *crianças e jovens em perigo* é uma delas. “O Estado não tem vocação afectiva nem inteligência emocional, nem pode ser entendido como possuindo um dom de omnisciência social. É necessário termos sempre presente que as respostas neste domínio têm que se pautar por um grande equilíbrio, sensatez e justa proporção na aplicação do princípio da subsidiariedade. Não poderemos transformar a última

das soluções na mais fácil ou expedita para sossego da indiferença, nem subverter a ideia primeira da prevenção.”¹

1.2. A importância do estudo e justificação da escolha

Se o século XX foi considerado o século da criança, por ter tido um lugar de destaque nas políticas sociais, este tem sido também o tempo em que a criança tem encontrado mais dificuldades em realizar as suas potencialidades ou fazer respeitar as dependências que lhe atribuem, tendo um lugar para si ou, pior ainda, em ter um lugar seu, Ferreira (2000, p. 10). A comprovar isto temos visto inúmeros casos de abandono, negligência, maus tratos, abuso sexual, trabalho infantil de que as crianças têm sido vítimas. É urgente denunciar e tratar este tema, é urgente tornar as crianças e os seus direitos não só um assunto prioritário mas também um tema a estudar aprofundadamente, tirando-a da invisibilidade social para a qual tem sido remetida.

Um tema tão complexo como é o das *crianças em perigo*, não pode ser tratado de forma simplista ou superficial. Os direitos das crianças são um fenómeno com múltiplas facetas, devendo por isso ser estudados sob ângulos distintos mas complementares. Este estudo não pretende, contudo, ser mais do que um pequeno passo na investigação sobre questões como: o que são os direitos das crianças; de que forma as políticas sociais os transpõem para a realidade; qual a legislação existente para a protecção dos menores em perigo e de que modo as IPSS respondem à problemática das *crianças em perigo*.

Pode considerar-se que este estudo tem uma pertinência social e política já que as IPSS têm sido, em muitas situações, substitutas do Estado nas áreas em que este não tem capacidade para intervir, por falta de recursos, por falta de proximidade das populações, ou por outras razões que não cabe aqui analisarmos. Portanto, as IPSS, enquanto fenómenos institucionais novos, “actúan por obediência a valores, normas, ideias, desenvolvem certos comportamentos e deixam um traço distinto na sociedade onde actúan por contribuírem para problemas sócio-económicos de grande dimensão. (...) satisfazem necessidades materiais concretas da vida da população, desenhando assim, a existência de um escudo protector do homem em face do poder desproporcional aplicado ao Estado.”, Matos (2001, p.64).

¹ Discurso do Ministro Bagão Félix na tomada de posse da Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e jovens em Perigo

Uma das principais razões que levaram ao estudo do tema da infância, especificamente as *crianças em perigo*, foi o facto de desde muito nova trabalhar com *crianças em perigo*, assistindo a situações de enorme risco social. Uma outra razão da escolha deste tema prende-se com o meu percurso académico residir na Ciência Política, no qual despertei para o papel que as Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham, entendendo que urge prosseguir novas políticas sociais da infância (desde que o Estado esteja disposto a desempenhar o papel que lhe compete de proteger, acompanhar e encaminhar os mais frágeis, os que acabam por ficar excluídos e/ ou isolados da sociedade). Caso contrário, as instituições privadas, de carácter solidário, verão o seu trabalho multiplicado por falta de apoio e competência do Estado.

Além destas razões, é de salientar que apesar do sector solidário ser estudado sob vários âmbitos, não tem recebido um estudo aprofundado por parte das Ciências Sociais, apercebendo-me, por isso, da pertinência que uma investigação como esta, apesar de ainda incipiente e modesta, possa ter para o estudo conjugado das IPSS e do seu papel na protecção das *crianças em perigo*.

2. Objectivos do estudo

2.1.Objectivo geral

Estudar a intervenção de uma instituição particular de solidariedade social na protecção de *crianças em perigo*, percebendo quais as estratégias seguidas, os programas/ projectos, os meios usados e a evolução das situações de perigo/ risco que estão a ser acompanhadas, analisando simultaneamente o perfil social das famílias em que se inserem.

2.2.Objectivos específicos

Para atingir o objectivo global a que nos propusemos foram estabelecidos vários objectivos específicos. Assim, e para chegar ao objectivo geral, serão estudados os diferentes riscos sociais a que as crianças desta instituição estão sujeitas, analisar as dificuldades sentidas pelos técnicos no terreno ao lidar com estas situações, e por último será analisado todo o contexto de actuação desta IPSS no que respeita:

- ao n.º de crianças abrangidas;
- às diferentes situações de perigo;
- aos recursos humanos que trabalham com estas crianças;

- às suas estratégias orientadoras;
- aos projectos que desenvolve;
- às parcerias estabelecidas;
- aos órgãos do Estado com quem articula e como é feita essa articulação.

3. Metodologia

De modo a percorrer todo o caminho de investigação é necessário optar-se pelo “calçado” apropriado. Isto significa que a metodologia a utilizar terá de ser adequada ao objecto de estudo da pesquisa de modo a ter ferramentas apropriadas ao tipo de estudo a ser realizado. Assim, antes de definir a metodologia adoptada é essencial colocar a questão de partida.

3.1. Questão de partida

Que estratégias são usadas pelas IPSS e como as desenvolvem para responder à necessidade de protecção das *crianças em perigo* e qual o perfil social das famílias destas crianças?

Sendo este um estudo de caso, em que tentaremos perceber o que é feito para, e como é posto em prática, talvez não seja pertinente colocarmos hipóteses de estudo, uma vez que não podemos especular sobre o que iremos encontrar. Trata-se de um estudo exploratório que tentará descrever os factos, aprofundando as questões colocadas, de modo a perceber e explicar esses factos.

3.2. Metodologia adoptada

Nesta investigação optou-se por recorrer ao estudo de caso por considerar que é a estratégia indicada para responder a questões de “como” e “porquê”. Além disso, como investigadores, não podemos exercer controlo sobre os acontecimentos, focalizando-nos, pois, na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto. Este estudo de caso pretende ser qualitativo por quatro razões, Carmo (1998, p. 217): “é particular ao focalizar-se numa situação; é descritivo porque o produto final deste estudo pretende descrever de forma rica a situação estudada; é heurístico, por conduzir à compreensão do fenómeno estudado; e é ainda holístico porque tem em conta a realidade na sua globalidade. Assim, será dada uma maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão do que à interpretação”. O Estudo de Caso permitir-nos-á fazer um “exame intensivo tanto em amplitude como em profundidade, utilizando todas as técnicas disponíveis de uma amostra particular,

seleccionada de acordo com determinado objectivo (...) de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes como forma de preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade.”, Almeida e Pinto (1980, p. 163)

Neste estudo de caso serão utilizadas duas técnicas: a análise documental e a entrevista. A entrevista aos técnicos da instituição como forma complementar da recolha documental feita através do acesso às fichas de inscrição das trinta sete crianças e suas respectivas 22 famílias (de salientar que algumas são irmãs), das actas de reuniões de acompanhamento e avaliação dos processos, bem como dos relatórios de registos dos educadores dos progressos e desenvolvimento das crianças sinalizadas e acompanhadas.

Antes de iniciar as entrevistas foi feita uma consulta aos dossiers individuais das *crianças em perigo*, de forma a registar a sua estrutura de registo de dados, o tipo e qualidade da informação ali presente, a regularidade dessas informações em todos os processos e as possibilidades de categorização desses dados.

3.2.1. As entrevistas

As entrevistas foram formalmente organizadas através de um contacto prévio com os entrevistados. Foi estabelecida a data, a hora e o local da realização das entrevistas, tendo sido expostos os seus objectivos e os objectivos do estudo em questão.

Foram feitas seis entrevistas aos seis educadores de infância da instituição e foram realizadas nos meses de Outubro e Novembro de 2005 com uma ordem previamente estabelecida: primeiro a educadora com mais anos de experiência na instituição, fazendo, assim, um pré-teste ao guião, depois a entrevista à coordenadora da instituição e finalmente as restantes quatro educadoras aleatoriamente. Os seis educadores foram entrevistados individualmente, em locais diferentes, por questões de logística.

As entrevistas tiveram uma duração média de 25 minutos e foram gravadas com o consentimento prévio e explícito dos entrevistados, tendo-lhes sido assegurada a protecção das suas identidades. As transcrições das entrevistas foram feitas em computador, inseridas em documentos paginados.

A cada entrevistado foi atribuído um nome fictício. Assim, as citações das transcrições apresentadas ao longo deste estudo estão identificadas com esse nome e o número da página correspondente.

As entrevistas foram realizadas de uma forma semi-estruturada, sendo utilizado um guião centrado em tópicos determinados, servindo para orientar o discurso do entrevistado, dando assim oportunidade para que os entrevistados pudessem abordar temas relacionados, dando exemplos de situações concretas (cf. anexo n.º 2).

Os objectivos das entrevistas eram: a obtenção de elementos acerca das estratégias usadas face a situações de crianças em perigo/ risco social, modo de aplicação junto delas e saber a opinião dos educadores sobre essas estratégias. Desta forma, o guião da entrevista foi elaborado a partir dos seguintes blocos:

- 1) Descrição das situações/ procedimentos
- 2) Medidas de Intervenção
- 3) Apreciação e comentários à acção da instituição e parceiros

Claro que desde o início se vislumbrou a dificuldade que se aproximava na investigação pelo facto de estar dentro da instituição, exercendo nela a minha actividade profissional. No entanto, os problemas de ordem deontológica foram sendo ultrapassados com os conselhos da minha orientadora, tentando sempre dar mais importância à componente científica e analítica. Além disto também foi favorável o facto de não trabalhar directamente com as crianças, permitindo-me um distanciamento em relação à amostra constituída, dado que trabalho noutra área da instituição que em nada está relacionada com as *crianças em perigo*. Actualmente elaboro projectos de intervenção social, exercendo também a assessoria à direcção nos contactos com as instituições públicas e privadas com quem trabalhamos (Câmara Municipal de Cascais, Juntas de Freguesia, IPSS, ONGS nos PALOPs, entre outras), o que me coloca numa posição distante e de total desconhecimento das situações acompanhadas nas valências de creche, jardim-de-infância e ATL, suscitando ainda um maior interesse em realizar esta investigação.

3.2.2. Processo de análise dos dados recolhidos

No que toca à análise dos dados recolhidos no terreno, primeiramente procedeu-se a uma sistematização das informações obtidas nas fichas individuais das crianças de modo a traçar o

perfil social das famílias. Assim, foi elaborado um quadro (cf. anexo n.º 1) que permitiu a sistematização dos seguintes dados:

- a) Composição familiar;
- a) Naturalidade, habilitações literárias e profissão dos progenitores/ responsáveis pela criança;
- b) Habitat;
- d) Situação de risco/ perigo em que a criança se encontra.

No que respeita às entrevistas, tendo esta investigação um cariz qualitativo, a análise das mesmas, como referem Bogdan & Biklen (1994, p. 205) “envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros.”

Assim, procedeu-se a uma análise de conteúdo qualitativa e interpretativa que, segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 221) consistiu em: “à medida que se iam lendo os dados, iam-se repetindo ou destacavam-se certas palavras, frase, padrões ou comportamentos, formas dos actores pensarem e acontecimentos, representavam tópicos e padrões. Estas palavras e frases são categorias de codificação. Estas categorias constituem, assim, um meio de classificar os dados descritivos que se recolheu.”

II. A Infância e as Crianças em Perigo

1. Progressiva relevância social da infância

1.1. Representações da Infância

Pretende-se, neste ponto, fazer um breve resumo histórico sobre a infância, tentando perceber como foram evoluindo os vários olhares sobre ela ao longo do tempo. A História mostra-nos que desde a Antiguidade existiram muitas crianças maltratadas, exploradas, abandonadas e sexualmente abusadas. Uma situação que se verificou por todo o mundo na maioria das culturas. Vários foram os casos de infanticídio sistemático socialmente aceite de crianças nos muitos povos antigos. Na Roma antiga existiam até casas ou altares onde habitualmente eram sacrificados os primogénitos, Ariés (1981).

Durante vários séculos a família constituiu um núcleo social de índole política, mas mais tarde o direito romano já dava ao casamento uma vertente moral e psicológica, considerando os filhos como elementos sagrados. Já nas crenças religiosas na Índia, no Egipto e na China, os recém nascidos eram sacrificados para purificar as divindades. Assim, as crianças eram usadas para demonstrar a devoção religiosa dos seus pais.

Na Idade Média o sentimento da infância era quase inexistente. A criança começava a fazer parte da sociedade adulta desde muito cedo, sendo tratada de igual modo aos mais velhos. Esta característica social estava em consonância com o modelo familiar que então vigorava: a inexistência da intimidade familiar, uma estrutura patriarcal, a família era apenas uma unidade de subsistência onde os afectos e sentimentos não tinham lugar, e onde a obediência era absoluta e inquestionável.

Indubitavelmente foi na época pós-medieval que se deu uma acentuada transformação na perspectiva da infância, passando a ser considerada uma vertente específica da vida social. Assim, ao longo do século XIX, a protecção de menores começou a implementar-se. As famílias começaram a disfarçar as violências físicas devido à crescente pressão social. Quando o abuso físico era denunciado, a reacção generalizada era a de abandono das crianças. O fenómeno da criança em risco começou a ter visibilidade social, constituindo uma preocupação dos trabalhadores sociais da altura, tendo sido até considerado que os maus tratos nas crianças eram, não raras vezes, consequência do uso arbitrário do poder parental.

A mudança de mentalidades sobre a infância e o seu conteúdo não aconteceu repentinamente, mas todo um conjunto de factores políticos, sociais, culturais e económicos contribuíram para que a infância passasse a ser vista como um período fulcral e único da vida humana.

Com a revolução industrial iniciou-se a sociedade moderna, altura em que a família alargada se tornou família nuclear, perdendo assim funções que os membros até aí desempenhavam como um todo. Podemos salientar, a este propósito, que a nuclearização da família parece estar ligada ao crescimento das sociedades industrializadas. Havendo necessidade de muita mão-de-obra, gerou-se um enorme movimento migratório para as cidades, o que levou a que o espaço fosse diminuto para tão grande número de população. Assim, por estas limitações de espaço, pelas carências económicas e até pelas restrições laborais impostas à gravidez, a família nuclearizou-se.

Além destes factores, também outros de foro sócio-cultural levaram a que fosse reduzido o número de elementos na família, entre eles merecem especial destaque: a nova perspectiva da infância que passou a considerar a criança com um valor e entidade próprias; a autonomia familiar que conduziu à liberdade de escolha do casal de ter ou não filhos, decidindo na privacidade familiar; e a descoberta de técnicas contraceptivas que deram à família nuclear o instrumento necessário para gerir a procriação, passando a servir os filhos em vez de utilizá-los como meio de produção de riqueza.

Os maus tratos laborais infantis começaram a ser denunciados durante a revolução industrial, como forma de limitar os abusos sociais suscitados pela ganância dos grupos sociais que enriqueceram repentinamente mas sem o paralelo desenvolvimento cultural. Assim, a preocupação com a infância despertou progressivamente. Apesar de ter sido um processo moroso, a criança até aqui negligenciada e até ignorada, passou a ocupar o centro das atenções, indo até além fronteiras com a fome das crianças em África ou a prostituição das meninas na Ásia, esquecendo-nos demasiadas vezes dos problemas tão semelhantes à nossa porta. Quanto mais perto, mais frios se tornam os sentimentos e há problemas da infância em que é preferível não falar.

Inúmeras declarações e convenções nasceram por e para todo o mundo, mas apesar disso a situação das crianças não tem melhorado ao mesmo ritmo, observando-se ainda acentuadas

discrepâncias entre a perspectiva jurídica e a prática social. Muitos governos de países desenvolvidos dedicam apenas 10% dos seus orçamentos ao apoio directo às necessidades básicas das suas populações. Infelizmente ainda é gasto mais dinheiro em armamento e dívidas externas do que com a saúde e educação. De acordo com dados da UNICEF seriam necessários apenas vinte e cinco mil milhões de dólares anuais para cobrir as necessidades básicas de toda a infância mundial, ou seja, proporcionando-lhes água potável, assistência sanitária básica e educação primária.

Nos países ditos desenvolvidos a situação das crianças teve alguns progressos relevantes nas últimas décadas, tem sofrido uma maior lentidão actualmente e nalguns casos mesmo retrocesso como casos que vieram a público como o da pedofilia na Bélgica e no nosso país. Com a recessão económica mundial os países que estão totalmente endividados são os que maior dificuldade têm de satisfazer as necessidades sociais das suas populações, perdendo completamente o combóio da recuperação económica. Passando para um nível micro, também a pobreza, o espaço reduzido, a insuficiente alimentação, a maternidade precoce, o desemprego, o alcoolismo, o trabalho infantil, a agressividade, os maus tratos físicos e psicológicos e as rupturas familiares marcam a vida de muitas crianças. São estas, as que estão em situação de iminente perigo e grande risco, que têm de merecer de modo redobrado uma preocupação e acção efectivas e eficazes por parte dos governos mundiais.

1.2. O recente aparecimento da Sociologia da Infância

O alcance do problema a investigar não prescinde da articulação de algumas questões do domínio da sociologia da infância. Como nos explica o autor Manuel Sarmiento (2004, p.362) “a constituição de legitimação do campo científico da sociologia da infância está em curso em todo o mundo, desde há pouco mais de uma década. O desenvolvimento recente desse campo de estudos acompanha os progressos verificados no plano internacional, em que a Sociologia da Infância foi reconhecida como o mais recente Comité de Pesquisa da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e um dos últimos grupos de trabalho a serem criados no interior da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF). Também em Portugal este campo está em constituição, tendo suscitado já alguns projectos de investigação, teses, números temáticos de revistas científicas e pós-graduações. A sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem

independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles. Porém, mais do que isso, a sociologia da infância propõe-se interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objecto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo acrescer o conhecimento, não apenas sobre a infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada. A infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social.”

Sem dúvida que a preocupação de estudar a criança no campo da Sociologia não é recente, mas há agora “uma inversão do olhar, isto é, ao assumir a autonomia conceptual das crianças e da infância, reconhece-se que as suas culturas e relações sociais são dignas de serem estudadas em si mesmas, no presente e não no seu futuro como adultas, a partir da sua própria voz e não apenas através daquilo que os adultos dizem delas” cit. Manuela Ferreira.

A Professora Manuela Ferreira apresenta-nos a Sociologia da Infância como uma disciplina que vê as crianças como o seu centro de interesse, a partir de si próprias, mas mostra-nos que existem várias correntes dentro desta disciplina. Uns tentam mostrar que a infância é uma realidade que não termina, mas que envolve várias perspectivas que co-existem, as quais são o resultado de uma construção social e histórica. Outros defendem que mesmo que a infância varie historicamente e os seus membros mudem continuamente, continua a ser uma categoria estrutural distinta e permanente da sociedade. Por último, há ainda quem veja as crianças como actores sociais competentes e valorizem a sua capacidade de decisão e constituição das suas práticas, representações, crenças e valores em sistemas social e culturalmente organizados.

O campo da Sociologia da Infância tem ocupado já um espaço significativo no cenário internacional ao propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças actores sociais plenos. Falar das crianças como actores sociais é algo decorrente de um debate acerca dos conceitos de socialização no campo da sociologia. A visão de socialização considera a importância do colectivo: como as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com os seus pares. Isso significa negar o conceito de criança como receptáculo passivo das doutrinas dos adultos, James & Prout (1997, p.15).

Sem dúvida que a Sociologia da Infância se encontra perante uma dupla missão: por um lado, criar espaço para a infância no discurso sociológico, e por outro confrontar a complexidade e

ambiguidade da infância na qualidade de fenômeno contemporâneo e instável, Delgado & Muuller (2005, p. 1).

Este campo da Sociologia da Infância foi durante muito tempo colocado de lado, ou por desinteresse, ou por causar um certo incômodo aos sociólogos clássicos. Foi sobretudo nos Estados Unidos que começou a surgir o interesse pelo estudo das crianças no campo da sociologia, nos anos 20. Depois de um período de arrefecimento, foram os psicólogos do desenvolvimento e os trabalhadores sociais que começaram a explorar este campo. Os filantropos e reformadores sociais, seguidos pelos médicos e psicólogos foram os pioneiros no desbravamento da sociologia da infância. Durante mais de uma década os sociólogos deixaram esta disciplina de lado, talvez por razões de ordem social, como nos explica Montandon, isto é, os sociólogos não tinham componente clínico como, por exemplo, os psicólogos, ou talvez por razões teóricas, já que a presença de obstáculos metodológicos ou ainda o declínio da Escola de Chicago (da qual provinham os cinco primeiros sociólogos que aprofundaram a área da infância) dificultavam o desenvolvimento de uma sociologia da infância.

Só em 1964, surge a primeira obra a ter como título *Sociology of Childhood*, de Ritchie e Koller. Seguiu-se mais um período de pausa e é, então, nos anos 80 que proliferam as reflexões mais originais da infância.

As principais temáticas desenvolvidas nesta área centraram-se em quatro grupos: os trabalhos que tratam das relações entre gerações; os que examinam os diferentes dispositivos institucionais ligados às crianças; os que estudam as relações entre crianças; e ainda os que abordam as crianças como um grupo de idade, Montandon (2001, p.36).

No primeiro grupo inserem-se estudos sobre as condutas parentais nas situações disciplinares; sobre o desenvolvimento das crianças que vivem em contextos familiares diferentes, entre outros. De forma geral, estes estudos têm por base uma abordagem unilateral da socialização. Neste grupo podemos incluir também os investigadores que tentaram estudar a infância para compreender a idade adulta, relacionando as condições sociais de alguns adultos com os aspectos específicos das suas experiências na infância. Portanto, neste primeiro grupo, há os que consideram uma crescente uniformização entre adultos e crianças e por isso não vêem a utilidades de uma sociologia da infância. E há aqueles que acham que as diferenças entre

adultos e crianças têm sido atenuadas e o importante é considerar as diferenças entre crianças de idade diferentes.

O segundo grupo abarca os estudos sobre os efeitos das instituições sobre as crianças e as suas famílias. De forma geral a vida das crianças nas instituições foi estudada com o objectivo de ver se estas cumpriam bem o seu papel. Porém, começou a estudar-se em que medida os interesses das crianças eram satisfeitos pela institucionalização, tendo-se chegado à conclusão que os estabelecimentos para a guarda diária das crianças visava libertar as mulheres para trabalharem fora e não o desenvolvimento das crianças.

Um terceiro grupo estuda as interacções entre crianças, tendo sido Corsaro um dos pioneiros. Ele foi, sem dúvida, um dos promotores de uma perspectiva interpretativa e construtivista para estudar a socialização das crianças. Segundo esta abordagem, a socialização das crianças não é uma questão de adaptação nem de interiorização, mas sim um processo de apropriação, de inovação e de reprodução. Neste grupo incluem-se vários estudos baseados na observação participante, explorando a forma como as crianças, na ausência dos adultos, definem normas e os limites à sua transgressão, ou ainda examinando como são interpretadas as diferenças de *status* entre grupos de crianças e dentro de um mesmo grupo.

E por último, o grupo que abrange questões mais difíceis de resolver e de certo modo mais importantes para trazer o reconhecimento necessário da sociologia da infância perante a comunidade sociológica. Os estudos tentam esclarecer a posição da infância como grupo social e a sua posição nos vários contextos da vida quotidiana e nas estruturas do poder político e económico. Aqui são de salientar James & Prout (1997) que defendem que não é preciso estudar as crianças como seres futuros, em devir, mas como seres actuais. Também é neste grupo que se destaca Qvortup (1994), não negando a importância do facto de não haver apenas uma, mas uma pluralidade de infâncias.

Por fim, devemos referir que a “construção social da infância” encontra grande ênfase na obra anteriormente citada de James & Prout (1997), salientando algumas proposições para construir um novo paradigma da infância:

- 1) A infância é uma construção social;
- 2) A infância é uma variável da análise social e não pode ser separada de outras variáveis como a classe social, o sexo ou a etnia;

- 3) As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si, não dependendo da perspectiva e dos conceitos dos adultos;
- 4) As crianças são e devem ser estudadas como actores na construção da sua vida social e daqueles que as rodeiam;
- 5) Os métodos etnográficos são particularmente úteis no estudo da infância;
- 6) A infância é um fenómeno no qual se encontra uma “dupla hermenêutica” das ciências sociais evidenciadas por Guiddens, ou seja, proclamar um novo paradigma no estudo sociológico da infância é encaixar-se num processo de reconstrução da infância na sociedade.

Portanto, de tudo isto se pode concluir que a Sociologia da Infância tem vindo a contribuir para um alargamento do campo das Ciências Sociais, apesar de ainda não ser consensual.

2. Intervenção jurídica das sociedades contemporâneas sobre a Infância

2.1. Os Direitos da Crianças

A História mostra-nos que o primeiro diploma legal que dizia respeito à criança surgiu apenas no século XIX, diploma este que estabelecia o limite mínimo de idade para o trabalho nas minas de carvão (era o *Factory Act* promulgado pela Inglaterra).

Embora a Organização das Nações Unidas tenha proclamado a Declaração dos Direitos do Homem a 10 de Dezembro de 1948, só em 1959 é que a Assembleia Geral das ONU promulga a Declaração dos Direitos da Criança.

Só em 1989, com a Convenção Internacional relativa aos Direitos das Crianças, passa a considerar-se a criança como um cidadão dotado de capacidade para ser titular de direitos. Podemos, pois, afirmar que os anos 80 e 90 foram uma década de intensa codificação dos direitos e de elaboração de uma justiça social para as crianças , Tomás (2000, p. 23).

2.2. A Legislação internacional sobre a infância

Em 1924 a 5ª Assembleia da Liga das Nações adoptou a Declaração dos Direitos da Criança. Este instrumento internacional foi a primeira Declaração de Direitos Humanos adoptada por uma organização inter-governamental, precedendo a Declaração Universal dos Direitos do Homem em mais de 20 anos. Nesta Declaração eram consagrados cinco princípios

fundamentais: a) devem ser dados às crianças os necessários meios para o seu normal desenvolvimento; b) as crianças que têm fome devem ser alimentadas; as crianças que estão doentes devem ser tratadas; as crianças que sofrem de atraso devem ser ajudadas; as crianças delinquentes devem ser recuperadas; os órfãos devem ser acolhidos; c) as crianças devem ser os primeiros a ser ajudados em tempos difíceis; d) as crianças devem ser ajudadas a viver a sua própria vida e devem ser protegidas contra qualquer forma de exploração; e) as crianças devem ser educadas de modo a terem consciência de que os seus talentos devem ser usados em favor da humanidade.

Porém, esta declaração nunca pretendeu criar qualquer tipo de obrigação para os Estados, antes colocava as obrigações face às crianças em todos os homens e mulheres de todas as nações, considerando que as crianças podiam e deviam contar com os adultos para garantir a protecção dos seus direitos.

Após a dissolução da Liga das Nações, começou a ser discutida a hipótese de criar uma outra declaração dos direitos da criança que contivesse os princípios de uma nova concepção de bem-estar infantil. Foi então que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração dos Direitos da Criança cujo princípio estruturante era o de que as crianças têm direito a espcia protecção que deverá ser assegurada tendo sempre como valor central o superior interesse da criança. A declaração de 1959 inaugurou uma etapa importantíssima na evolução do regime internacional dos direitos da criança. Nela as crianças surgem como sujeitos de direito internacional com direitos e liberdades fundamentais.

Em 1979 é celebrado o Ano Internacional das Crianças e é, então, que um grupo das Nações Unidas começa a preparar uma Convenção dos Direitos da Infância. Aquele ano assinalou o início do processo de elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.

Será pertinente, a este propósito, fazer uma síntese das convenções internacionais sobre os direitos das crianças e jovens emanadas ao longo do tempo a nível internacional, Tomás (2000, 24).

- A Declaração dos Direitos da Criança, designada também como a Declaração de Genebra, de 1924 (Carta da união Internacional de Protecção à Infância);
- Declaração Universal dos Direitos da Criança, ONU, 20 de Novembro de 1959);
- Convenção sobre o Direito da Criança (ONU, 20 de Novembro de 1989);

- Convenção relativa à Competência das Autoridades e à Lei aplicável em matéria de Protecção de Menores (Haia, 05 de Outubro de 1989);
- Convenção Europeia em matéria de Adopção de Crianças (Estrasburgo, 24 de Abril de 1967);
- Convenção Europeia sobre o reconhecimento e a execução das decisões relativas à guarda de menores e sobre o restabelecimento da guarda de menores (Luxemburgo, 20 de Maio de 1980);
- Convenção sobre os aspectos civis do rapto internacional de crianças (Haia, 25 de Outubro de 1980);
- Convenção Europeia sobre o reconhecimento e a execução das decisões relativas à guarda de menores e sobre o restabelecimento de guarda de menores (Luxemburgo, 20 de Maio de 1980);
- Convenção sobre os aspectos civis do Rapto Internacional de Crianças (Haia, 25 de Outubro de 1980);
- Convenção interamericana sobre conflitos de leis em matéria de Adopção de Menores (La Paz, 24 de Maio de 1984);
- Convenção interamericana sobre restituição internacional de menores (Montevideo, 15 de Julho de 1989);
- Estatuto da criança e do adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Brasil).

É de salientar que desde a Convenção de Genebra (1923) à Declaração Universal dos Direitos da Criança, ao Ano Internacional da Criança e à publicação da Convenção dos Direitos da Criança (1989) as iniciativas proliferaram, como vimos anteriormente, tentando salvaguardar os direitos de provisão (direitos sociais da criança à saúde, à educação, à segurança social, a uma vida familiar), de protecção (direitos da criança a ser protegida contra a discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça), e de participação (onde são identificados os direitos civis e políticos, direito ao nome, à identidade, à liberdade de expressão e opinião, direito de ser consultada e de tomar decisões a seu proveito), Vilarinho (2000).

2.3. A Convenção sobre os Direitos das Crianças

A Convenção sobre os Direitos das Crianças foi o culminar da emergência de uma nova consciência social da infância, tendo sido adoptada em Novembro de 1989 e tendo entrado em vigor em Setembro do ano seguinte. Este é, sem dúvida, o instrumento jurídico internacional mais ratificado em todo o mundo, havendo apenas dois países (os Estados Unidos e a

Somália) que ainda não o ratificaram. Além da contribuição única de alguns países que desde o princípio incentivaram e apoiaram a criação desta Convenção, também foi fundamental o papel das Organizações Não-Governamentais e Agências especializadas das Nações Unidas em todo o processo de elaboração da referida convenção. Foi até criado um grupo *ad-hoc* de ONGs que veiculava mais de três dezenas de ONGs, defendendo os seus pontos de vista e tentando chegar ao consenso no grupo.

Passados dezasseis anos da sua criação, 192 países ratificaram a convenção, tornando-a no instrumento internacional com mais Estados parte e juntamente com os seus Protocolos opcionais dispõe em termos específicos as obrigações legais dos governos em relação á criança. Isto implica que cada Estado fique obrigado a apresentar periodicamente um relatório sobre a aplicação da convenção ao Comité de Peritos dos Direitos da Criança, Fonseca (2002,25).

No que respeita aos seus conteúdos, a Convenção integra três elementos fundamentais:

1. O Preâmbulo, que recorda os princípios fundamentais das Nações Unidas, e reafirma a necessidade de dar protecção jurídica e não jurídica à criança e ressalta a importância do respeito dos valores culturais da comunidade da criança e a responsabilidade da família no que se refere à protecção e assistência, Tomás (2000, p. 27);
2. Os artigos que definem as obrigações dos Estados parte que ratifiquem a convenção, entre os quais se destacam os direitos básicos das crianças; o direito ao desenvolvimento pessoal; direitos a uma protecção especial (para as crianças em situações particulares como deficientes, refugiados, membros de minorias étnicas ou que habitam numa região desfavorecida); direitos que protegem a criança da exploração e abuso; direitos que garantem as liberdades fundamentais de opinião, de informação, associação, vida privada, religião, entre outras.
3. As disposições de execução: que definem as condições para a entrada em vigor e aplicação da convenção.

Aos artigos da Convenção dizem respeito a um conjunto de direitos que podem ser organizados da seguinte forma , Gandra (2004, p. 6).

- ⇒ Direitos relativos à provisão – onde estão patentes os direitos sociais da criança no que respeita, por exemplo, ao acesso aos cuidados de saúde, à educação, à segurança social, aos cuidados físicos, à vida familiar, à cultura e ao recreio;

- ⇒ Direitos relativos à protecção – onde são identificados os direitos da criança relativos à sua protecção contra a discriminação, o abuso físico e sexual, a exploração, a injustiça e o conflito;
- ⇒ Direitos relativos à participação – onde se encontram os direitos civis e políticos, aqueles que implicam o direito da criança ao nome e à identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito a ter acesso à informação, o direito à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões para proveito próprio.

A Convenção actua ao nível das instituições, das atitudes, da ética e das medidas políticas e práticas. Esta Convenção faz uma abordagem integrada dos direitos das crianças, ao reconhecer que o desenvolvimento pleno da criança implica a realização dos seus direitos sociais, culturais, económicos e civis, tentando encontrar um equilíbrio entre os direitos das crianças e dos seus responsáveis legais, concedendo-lhes o direito de participação nas decisões que lhes dizem respeito, Tomás (2000, p. 29).

3. As Crianças em Perigo

3.1. Pobreza e Exclusão Social - a realidade de algumas crianças

Num capítulo que aborda várias vertentes de um dos principais conceitos desta investigação, as crianças em perigo, será importante reflectirmos sobre a realidade que muitas vezes cerca estas crianças, sendo, não raras vezes, coadjuvante da situação de perigo em que se encontram. Assim, faremos uma breve incursão sobre os conceitos de pobreza e exclusão social.

O conceito de pobreza precede o de exclusão social mas a definição de ambos nem sempre tem sido consensual. Os dois conceitos traduzem um conjunto de desvantagens sociais de alguns indivíduos, os quais não conseguem ver satisfeitas as suas necessidades consideradas básicas (Amaro - 2003), embora estes conceitos não sejam equivalentes dado que pode ser-se pobre e não excluído e vice-versa, (Estivill - 2003) e (Amaro - 2003), embora normalmente estejam frequentemente associados.

O conceito de pobreza é o mais antigo e desde cedo esteve associado à insuficiência de recursos financeiros. A pobreza traduzia-se na ausência de riqueza, originando várias privações, mas que podia ser solucionada com pelo crescimento económico ou por ajudas aos

mais desfavorecidos. Os países mais ricos consideravam-se livres desse mal e viam que a solução para os países mais pobres era apenas imitar os seus modelos, baseando-se num crescimento económico de base industrial, Amaro (2003).

Nas últimas décadas surgiram novas formas de pobreza, fazendo com que os países desenvolvidos repensassem a sua posição face a este grave problema, já que na sua evolução a pobreza tem vindo a abranger outras dimensões da vida humana, surgindo um novo conceito de pobreza, que para além de considerar o nível de rendimentos, também abrange “a não participação no padrão de vida dominante devido a factores como a escolaridade, a idade, a falta de afectos, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da informação cibernética”, Amaro (2003, p. 18).

É assim que o conceito de exclusão social começa a emergir, estando relacionado com a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano que se encontra em situações em que não pode realizar o que deseja para si e para a sua família. Este conceito traduz-se no desmembramento dos laços e redes sociais, na fragmentação da sociedade, passando “pela heterogeneidade dos valores e imagens centrais, a dificuldade de constituir outros núcleos de confluência e identificação e de encontrar respostas colectivas transversais que superem as sucessivas rupturas e distâncias”, Estivill (2003, p. 15). A exclusão pode definir-se como a ausência de poder económico, de decisão, de influência, de participação na vida da comunidade, não exercendo, pois, os seus direitos e deveres de cidadão, Amaro (2003).

Por não ser um estudo cujo principal enfoque é a pobreza e exclusão social não nos vamos deter na explicação das suas causas, mas antes abordaremos estes problemas ao nível da infância, tentando perceber aí o seu impacte e consequências.

O conceito de pobreza infantil distingue-se do conceito de pobreza pelo seu conteúdo. A pobreza infantil não se pode definir pela escassez de recursos, uma vez que a criança não possui tais recursos, mas traduz-se na privação a vários níveis como iremos analisar adiante.

A pobreza infantil é um dos problemas mais chocantes das sociedades modernas, opondo-se à igualdade de oportunidades fixada na Convenção dos Direitos da Criança anteriormente referida. A situação de bem-estar das crianças é consequência directa das condições de vida das suas famílias. “A pobreza infantil é um fenómeno intrínseco ao da pobreza em geral”,

Bastos (1999, p. 82) e a privação que afecta as crianças decorre do empobrecimento das respectivas famílias, passando pela precaridade de recursos económicos e a decorrente incapacidade de prover a satisfação das necessidades básicas e garantir um nível de vida digno, até às carências nos domínios da saúde, habitação, educação, cultura, manifestando-se assim como factores de risco privilegiados na reprodução social e geracional da pobreza.

Mesmo antes do seu nascimento, as crianças de famílias pobres têm os seus direitos limitados. As condições dos pais no que respeita à saúde, nutrição, informação e educação para a família, sobretudo no planeamento familiar, influenciam a qualidade de vida futura da criança. Depois de nascer, surgem os problemas com o acesso aos cuidados de saúde, a qualidade da alimentação, a higiene e salubridade da habitação e os estímulos ao desenvolvimento psico-social.

A pobreza infantil pode ser primária ou secundária. Primária quando há escassez de recursos básicos como alimentação, prevenção de doenças, escolarização e o alojamento. Este é o tipo de pobreza característico dos países em vias de desenvolvimento. A secundária, característica dos países desenvolvidos, define-se pelas carências ao nível da inserção social, uma vez que as crianças pobres são alvo de segregação e discriminação.

A pobreza infantil manifesta-se através de carências a vários níveis: habitação, saúde, educação e inserção social, neste ponto seguimos de perto Bastos (1999).

Ao nível da habitação sabemos que as famílias pobres vivem em barracas, em casas degradadas ou ainda em partes de casas como anexos. Em todas elas é notória a falta de condições de higiene e salubridade, muitas vezes não existindo rede de esgotos, fazendo que toda a área em redor da habitação tenha problemas graves de higiene e condições para as pessoas circularem. São exactamente estes os locais onde as crianças brincam, estando assim sujeitas a muitas doenças parasitárias, alergias e problemas respiratórios. As habitações são espaços exíguos, superlotados, em que as crianças além de não terem espaços próprios para cada actividade (brincar, estudar, dormir, comer...), vêem-se na contigência de dormir acompanhadas, gerando toda uma panóplia de problemas sociais, psicológicos, entre outros.

Uma outra carência grave é a da saúde. As crianças pobres são especialmente vulneráveis à doença, correndo o risco de morrer mais cedo. Logo à partida, as condições de gestação da

mãe condicionam o percurso da sua vida. A alimentação deficiente, os trabalhos pesados que muitas vezes têm de fazer, a falta de seguimento médico, o elevado número de filhos num curto espaço de tempo e a idade precoce em que normalmente estas mulheres iniciam a maternidade, são factores de alto risco para a saúde destas crianças. No seu desenvolvimento verificam-se atrasos ao nível da linguagem e da parte psicomotora. Os constrangimentos sentidos reflectem-se numa fraca auto-estima e num comportamento tantas vezes agressivo, exteriorizando a revolta que sentem interiormente. Muitas vezes a excessiva possessão relativamente aos seus professores e educadores, vêm demonstrar a falta de atenção por parte dos pais tão preocupados em superar as privações e dificuldades quotidianas.

No que respeita à educação, sabemos que a falta de escolaridade é uma característica marcante das famílias pobres. As crianças de famílias pobres caracterizam-se, não raras vezes, pelo insucesso e absentismo escolar, e nas situações limite, pelo abandono do sistema de ensino. O ambiente envolvente, as deficientes condições de habitabilidade e as lacunas ao nível do seu desenvolvimento são um entrave ao prosseguimento dos estudos. Nestas famílias, mais uma força de trabalho é essencial para aumentar os recursos financeiros, por isso as crianças são obrigadas a trabalhar, abandonando os estudos, mas esta acção vai pôr em causa a sua futura inserção no mercado de trabalho enquanto adulto, e na sociedade em geral.

E finalmente ao nível da inserção social, este é um domínio de privação com uma natureza diferente das que anteriormente referimos. Todos os factores analisados, habitação, saúde e educação contribuem para a exclusão social das crianças de famílias pobres. Claro que outros factores como a fraca auto-estima, a ausência de disciplina, a imprevidência também contribuem para o agravamento dessa exclusão que passa de pais para filhos. A pobreza infantil manifesta-se através de um conjunto de carências que lhes limitam fortemente as escolhas e oportunidades de vida, presentes e futuras. As fracas habilitações literárias apenas lhes permitirão o desempenho de funções precárias e pouco qualificadas. A saúde débil condiciona-lhes o sucesso escolar e mais tarde a produtividade. Os problemas habitacionais comprometem a sua saúde e estimulam o sentimento de exclusão social com que geralmente crescem.

3.2. Infância excluída: análise de um problema social

O século XX foi considerado o século da criança. Em nenhum outro período da história foi dada tanta importância às crianças. Mas, infelizmente, e dada a complexidade das sociedades actuais, muitas crianças ainda são excluídas, marginalizadas.

A partir do momento em que um indivíduo nasce, o seu crescimento, desenvolvimento e socialização são condicionados e determinados pelo meio em que este se insere. As instituições sociais que o envolvem influenciam a sua socialização, havendo assim uma inter-relação constante, inclusive sobre aqueles que por circunstâncias forçadas, ou por vontade própria se encontram excluídos.

É inquestionável que à criança devem ser proporcionados todos os elementos positivos de socialização que lhe permitam um desenvolvimento harmonioso e completo para que ao chegar à idade adulta seja um indivíduo livre e responsável pelas suas acções. A criança, no seu processo de desenvolvimento, passa por várias etapas e por diferentes instâncias socializadoras como a família, a escola, o grupo de pares, os media... se um momento dessa socialização é interrompido por uma falha ou vazio, então surgirá uma lacuna nos padrões normalizados de conduta que mais tarde podem constituir um entrave à plena inserção social. Perante isto, podemos perceber que da infância marginalizada fazem parte as crianças que carecem das necessidades vitais mínimas como a saúde, a educação, a estabilidade e o afecto. Muitas vezes estas lacunas surgem associadas a contextos familiares disfuncionais, com níveis culturais e económicos extremamente fracos. Muitas vezes, uma criança excluída faz parte de uma família que também ela sofre de exclusão social.

Se qualquer falha que ocorra na socialização da criança produz nela consequências negativas, então quando essa falha ocorre no seio familiar, as sequelas serão ainda mais marcantes já que a família tem um carácter socializador privilegiado. É a família que transmite à criança valores, normas e objectivos, influenciando, pois, toda a estruturação da personalidade dos menores, a sua perspectiva da vida e a sociedade, e a sua aprendizagem dos papéis sociais.

Há autores que defendem dois tipos de marginalização: um que é causado pelas características da criança (sofrer de determinada doença ou incapacidade física ou psíquica); e o outro causado pela própria família, subdividindo-se em diferentes situações:

- problemas devido a relações internas (falta de carinho, afecto e atenção para com a criança);
- problemas causados por factores externos (a morte da família, incapacidade absoluta dos pais de cuidar do filho e conseqüente abandono; os filhos não planeados; a família numerosa; a família patológica, que recorre ao uso de álcool, drogas, maus tratos, exploração económica, entre outras situações).

Daqui concluímos que o problema da criança surge quando a família deixa de ter capacidades de protecção e de educação, transformando-se num espaço vazio, de perigo e fonte de maus tratos físicos e/ou psicológicos. Caso não haja uma intervenção precoce nestas situações, posteriormente poderão surgir novos elementos da família com problemas, dando assim continuidade ao ciclo de marginalização/exclusão.

De forma global os problemas e situações em que a criança pode ver-se envolvida, abarcam diversos espaços, desde os pessoais aos estruturais (sócio-económicos e sócio-políticos), psico-sociais, socioculturais, psicopedagógicos, judiciais, político-criminais, Tomás, (2000,20) remetendo para a importância da prevenção da marginalização/ exclusão, havendo várias alternativas para uma intervenção eficaz sobre esta célula social fundamental: a família. Na generalidade dos casos, aqueles que por comportamentos ou por características pessoais visíveis fogem à norma, sendo considerados desviantes, levam a sociedade a adoptar certas reacções e atitudes. No que diz respeito às crianças marginalizadas, a sociedade cria a barreira do isolamento como forma de defender-se delas.

3.3. Crianças em Perigo: estado da arte

Depois de vários anos em que uma certa cegueira social deixou de lado a realidade das crianças em risco, começaram finalmente a ser dados alguns passos não só na sua protecção como também na investigação e estudos sobre estas crianças que passaram a ser chamadas “em perigo”. Ainda assim, alguns autores desde cedo mostraram-se preocupados com esta temática, escrevendo algumas obras a este respeito.

Pesquisando o que foi dito e escrito sobre as crianças em risco, maltratadas ou em perigo como são definidas actualmente, vemos que inicialmente eram apenas focados os problemas que afectavam as crianças em termos familiares e o perigo que a própria família podia constituir para a criança. Prova disto é o primeiro artigo escrito sobre os maus-tratos infantis,

publicado em 1860 por Ambroise Tardieu, professor de Medicina Legal em Paris. Foi, portanto, na área da medicina que as mentes começaram a despertar para o grave problema dos maus-tratos infantis, tendo sido analisadas trinta e duas autópsias em crianças com menos de cinco anos que tinham sofrido morte violenta, chamando-se a atenção para a provável agressão por parte dos pais, Canha (2003, p. 22) e Almeida (1999, p. 97).

Na evolução dos estudos das *crianças em perigo* podemos notar que poucos se preocupavam com a prevenção do perigo, actuando só depois do perigo se tornar fatal para a criança. O célebre caso de Mary Ellen, nos EUA, foi bem exemplo disso. Uma criança de nove anos que foi encontrada em casa, amarrada, malnutrida e com sinais de agressões físicas. A peculiaridade deste caso é que foi tratado pela *American Society for the Prevention of Cruelty of Animals*, com base no argumento da criança também fazer parte do reino animal. Isto porque, como explica a autora Jeni Canha (2000, p. 23) não existia nenhuma associação congénere em prol da criança e tinham falhado todos os apelos dirigidos à polícia, a entidades judiciais e a instituições de caridade. Já em 1996 foi referida a história de uma outra criança, de oito anos, que foi retirada à família pelo tribunal devido a maus tratos físicos, tendo sido esta a primeira decisão judicial conhecida nesta matéria, Canha (2000, p. 23).

Durante vários anos os estudos sobre *crianças em perigo* centravam-se apenas na vertente das crianças maltratadas², sendo sobretudo produzidos por pessoas ligadas à medicina: radiologistas, pediatras, obstetras entre outros. Nos anos cinquenta, Henry Kemple, pediatra norte-americano, lidera um grupo constituído por outro pediatra, um radiologista e um obstetra, que estudou durante alguns anos centenas de crianças maltratadas em vários hospitais de todo o país. Em 1956, estando já reunidos todos os elementos necessários, Kemple preparava-se para apresentar os dados na *Society of Pediatric Research* com o título *Child abuse*, mas a sua comunicação não foi aceite. É então em 1961 que apresenta esta comunicação mas sob o título *The Battered Child Syndrome*, sendo definido como a “*situação em que as crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais ou seus substitutos*”, Canha (2000, p. 23). Este artigo trouxe uma grande inovação ao referir a necessidade de uma equipa multidisciplinar na intervenção junto de uma criança

² É de salientar que esta é uma das situações que tem gerado polémica por ser “difícil definir fronteiras muito nítidas entre criança em risco ou criança maltratada na medida em que o risco se situa exactamente na fronteira entre a forte probabilidade de vir a acontecer e o acontecer efectivamente. Ora como os maus tratos resultam de processos dinâmicos e contínuos nem sempre é possível determinar com exactidão onde acaba um e começa o outro.”, Penha (1996, p. 11).

nesta situação para uma orientação correcta da criança e do seu afastamento temporário dos pais, tendo em vista a sua protecção.

Rapidamente ficou demonstrado que esta definição de criança batida não incluía todas as possíveis situações de perigo, alargando assim para outros domínios, passando a adoptar-se a definição de criança maltratada, que abrangia não só a criança batida, mas também a criança que, “*sem sinais evidentes de agressão física, apresente manifestações de privação emocional, afectiva e nutritiva, de negligência ou de agressão*”, Canha (2000, p. 26). Sem dúvida que este novo conceito e definição estão mais de acordo com o que hoje se define por *criança em perigo*.

A autora Jeni Canha mostra ainda que em 1969, com D. Gil, há uma evolução na definição de mau-trato, sendo considerado “*qualquer acto deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento*”, Canha (2000, p. 26).

Até aqui fizemos uma breve retrospectiva do modo como evoluiu o conceito de *criança em perigo*, em que vários autores o abordaram e definiram, sobretudo no campo da Medicina. Posteriormente e apesar de ainda assim não se ter chegado a uma definição comum, alguns investigadores começaram a observar a realidade empírica de modo a melhor perceberem o mundo das *crianças em perigo*, surgindo conseqüentemente estratégias e planos de acção a vários níveis.

Kempe, autor supracitado, fundou em 1977 a *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect* cujo objectivo era planear estratégias para a prevenção dos diversos tipos de maus-tratos, do trabalho infantil, da exploração sexual e da prostituição infantis.

As Organizações Internacionais, incentivadas sobretudo pelo exemplo da ONU, têm vindo a contribuir para tornar visível este problema junto da opinião pública, encorajando simultaneamente os Estados a adoptarem medidas de protecção das crianças e estratégias de prevenção de situações de risco, Almeida (1999, p. 98). Assim, em 1989, na Assembleia Geral das Nações Unidas foi aprovada a Convenção dos Direitos da Criança, diploma que aprofundaremos noutro capítulo deste trabalho.

Em Portugal este problema só começou a ser estudado com maior cuidado nos anos oitenta. Começou por ser objecto de estudo da comunidade pediátrica, tendo sido depois divulgado e alargado à restante comunidade científica e à sociedade. Desde o início houve a tentativa de alargar a participação a uma equipa multidisciplinar que se sabia indispensável, sobretudo nas vertentes médica, social e jurídica. A respeito disto é de destacar o trabalho de articulação estabelecido entre a Secção de Pediatria Social, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) de Lisboa e algumas instituições e associações de solidariedade social.

Por iniciativa da Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP) foi realizada em Lisboa, em 1986, a primeira reunião subordinada ao tema da criança maltratada. Nesta reunião foram abordadas as perspectivas médica, social, psicológica, sociológica e judicial. Foi apresentado o resultado do estudo epidemiológico efectuado pelo CEJ no ano anterior, cujas estimativas apontavam para cerca de 300000 novos casos por ano (6000 vítimas de maus-tratos, 23000 vítimas de negligência e 1000 vítimas de abuso sexual), Canha (2000, p. 28).

Em 1986 o Professor Fausto Amaro publica “Crianças Maltratas, Negligenciadas ou Praticando a Mendicidade”, no Centro de Estudos Judiciários, fazendo a primeira tentativa de abordagem sociológica dos maus tratos às crianças em Portugal. O estudo baseava-se numa amostra de freguesias representativa dos distritos do continente, procurando quantificar e simultaneamente caracterizar essas situações de maus tratos, negligência, abuso, mendicidade entre outros problemas encontrados.

Em 1990 foi ratificada em Portugal, pela Assembleia da República, a Convenção dos Direitos da Criança, de acordo com o que já tinha sido promulgado nas Nações Unidas em 1989.

Em 1994 Sílvia Saramago, na sua tese de Mestrado sob o título “O lugar dos espaços domésticos nos processos de construção das identidades das crianças”, faz uma abordagem aos espaços domésticos enquanto lugar significativo nos processos de construção das identidades das crianças, Saramago (1994, p. 102). Na sua investigação a autora observou de que modo a família se assemelha a um complexo matizado, mostrando como as crianças interpretam e constroem os seus lugares domésticos. Esta autora, apesar de não se debruçar sobre a temática das *crianças em perigo*, aborda pelo menos uma questão importante para o nosso estudo. Saramago conclui que a “família se localiza centralmente nos universos das

crianças”, Saramago (1994, p. 102), isto far-nos-á pensar que as *crianças em perigo* sendo, não raras vezes, crianças sem família, ou com famílias desestruturadas, são marcadas pela imensa falta de uma família estável, com bases sólidas para cada criança. Esta autora conclui também no seu estudo que “a centralidade dos espaços domésticos nos quotidianos infantis é sem dúvida produtora de assimetrias provenientes, quer das dissemelhanças instituídas socialmente sobre o conteúdo dos papéis masculinos e femininos, quer das diferentes características dos diversos ambientes e espaços familiares” Saramago (1999, p. 106).

Em 1996 a Dr.^a Maria Teresa Penha publicou o estudo “Crianças em Risco” no Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação da Direcção – Geral de Acção Social. Este é um estudo aprofundado em que além de identificar os vários factores que podem constituir risco para as crianças, também são dadas “algumas pistas de estratégias de acção”, Penha (1996, p. 61) para a identificação e posterior resolução do problema. Sem dúvida que é um estudo bastante completo cujo objectivo é olhar para a criança como um todo em si própria (objectivo, aliás, do Programa Ser Criança do Instituto de Segurança Social que estava a ser implementado na altura). O estudo foi “o resultado de um trabalho de pesquisa sobre os factores limitativos de um são desenvolvimento das crianças e da identificação de indicadores que indiciem situações potencialmente desfavoráveis ao desenvolvimento infantil numa perspectiva sócio-familiar”, Penha (1996, p. 9). A autora define factores de risco de natureza social, diferenciando-os em dois níveis: macro e micro, Penha (1996). Penha distingue entre os de nível macro a pobreza e a desadequação entre as capacidades e necessidades da família nuclear e a organização da vida e do trabalho, e no nível micro identifica o stress social, as famílias funcionalmente deficitária, a falta de suportes sociais, os estilos de vida e os factores culturais. Ao contrário de outros autores que apresentam uma definição para o conceito de criança em perigo e a partir dele desenvolvem o seu estudo, esta autora optou por identificar as variadas situações externas que originam o perigo para a criança, analisando depois situações em que crianças se encontram causadoras de perigo como a deficiência de uma criança, a fraca inserção da família numa rede de suporte social, os baixos rendimentos da família ou ainda a presença de factores perturbadores como a doença crónica ou comportamentos desviantes no seio familiar.

Mas a revisão da literatura que fizemos mostrou-nos uma outra autora que vai incidir o seu estudo, abordando os conceitos de mau trato e de negligência, passando também pela evolução do conceito de Criança e de Infância, chegando depois àquele que é o seu objecto de estudo: a criança maltratada e a evolução da mesma como um problema social. Maria

Manuela Calheiros publica a sua tese de mestrado em Psicologia Social e Organizacional, intitulada “Definição, Avaliação e Factores Psico-Sociais do Mau Trato e da Negligência a Crianças na Família”. Calheiros teve três objectivos com a sua investigação: definir o conceito de mau trato e negligência; construir um instrumento que permitisse a avaliação em crianças dos diferentes tipos de mau trato e negligência; e ainda caracterizar o mau trato e negligência com esse instrumento, bem como dos factores psico-sociais a ele associados. Para alcançar estes objectivos a autora recorreu a um estudo exploratório sobre a definição de mau trato e negligência, e um estudo do questionário de avaliação e caracterização das situações de crianças maltratadas e negligenciadas. Uma conclusão importante a que a autora chegou é de que “o mau trato e negligência de que a criança é vítima é diferente em função do agente activo da situação ser uma figura parental primária ou um outro elemento do agregado. Sendo o papel da mãe culturalmente definido como central nas áreas da saúde, higiene, acompanhamento diário, relação, interacção e supervisão escolar da criança, esta aparece associada aos níveis mais graves de mau trato psicológico e negligência física da criança. Ou seja, quando estes aspectos falham na educação das crianças, verifica-se que o problema é atribuído sobretudo à mãe”, Calheiros (1996, p. 183). À semelhança do que Maria Penha fizera, esta autora consegue abordar com clareza este assunto melindroso, das *crianças em perigo*, apontando os contextos (familiares) onde normalmente surgem estas situações, dando simultaneamente pistas de diagnóstico destas situações.

Numa altura em que o tema das crianças em risco (assim, então, designadas) estava na ordem do dia e havia um despertar da opinião pública para a questão, também os estudantes da área das Ciências Sociais, e não só, se interessavam pelo assunto, fazendo dele o mote das suas teses de licenciatura e de relatórios de estágio. Assim, Maria do Rosário Carneiro coordena, em 1997, uma publicação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, designada “Crianças em Risco”. Este livro foi resultado de estágios curriculares da licenciatura de Política Social, em que três alunas elaboraram o relatório de estágio sobre estas crianças em diferentes contextos culturais. Este livro reflectiu a “preocupação temática que agrega o objecto de estudo dos três estágios escolhidos. Preocupação prioritária para um combate atempado na prevenção da exclusão: identificar situações de risco, analisar causas na acumulação dos insucessos, sistematizar vias possíveis de inversão da exclusão, Carneiro (1997, p. 7). Este livro é assim composto por resumos dos relatórios de estágio apresentados, tendo, por isso mesmo, um encadeamento naturalmente académico.

João Sebastião é outro autor que deu um contributo importante ao tema das *crianças em perigo*. Em 1998 publica o estudo “Crianças da Rua. Modos de vida marginais na cidade de Lisboa.” Neste livro dedica um capítulo às políticas sociais de infância e juventude, onde mais uma vez é referido o facto destas políticas continuarem na obscuridade, raramente surgindo na primeira linha da investigação. O autor refere mesmo que “é particularmente claro nas políticas sociais da infância e juventude a forma como o Estado intervém na sociedade, reforçando ou enfraquecendo as instituições privadas e a forma como a constituição de um corpo burocrático especializado acaba por constituir um elemento fundamental de definição das políticas sociais neste campo.”, (Sebastião 1998, p. 16).

Este autor escreve um breve artigo em 2000 intitulado “A Infância em Portugal: alguns equívocos e interrogações”, no qual reforça novamente a importância das políticas sociais da infância e juventude, fazendo simultaneamente um resumo dos indicadores sobre a situação da infância em Portugal. Sebastião salienta, tal como fizera no seu livro anterior, a questão da delinquência infanto-juvenil, apresentando vários quadros que permitem traçar algumas causas e aspectos sociais dos menores em juízo nos vários anos apresentados, dando-nos uma perspectiva real destas situações.

De 1998 a esta parte o pedopsiquiatra Pedro Strecht tem vindo a abordar a temática das *crianças em perigo* numa perspectiva clínica, por ser este obviamente o seu campo de trabalho. Assim, publica “Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes”, que “é um livro de histórias vivas de crianças e adolescentes que crescem no abandono, negligência e maus tratos psíquicos”, Strecht (1998, p. 29). É um livro que desperta no leitor o desejo de participar numa “verdadeira cultura de protecção à infância”, Strecht (1998, p. 29). O autor retrata de forma profunda e por vezes até dolorosa o dia-a-dia de muitas crianças e adolescentes que atende no seu consultório e sem dúvida que este é um livro que “pode serenamente transmitir a esperança de que nenhuma voz será em vão”, Strecht (1998, p. 29).

Dois anos depois Strecht publica o livro “Preciso de Ti - Perturbações psicossociais em Crianças e Adolescentes”. Nele o autor tenta “tornar mais clara situações de risco responsáveis por descabros humanos. Assim, este livro contém inevitavelmente o desejo de poder contribuir para a construção de pessoas e sociedades mais justas, fraternas e saudáveis”, Strecht (1999, p. 27). Nesta obra o autor deixa no ar perguntas que nos fazem parar e pensar

no que está a acontecer a tantas crianças e adolescentes que durante anos esperam que a justiça decida o que fazer com elas, tratando-as como problemas e não como crianças e reforçando a sua condição de “órfãos de pais vivos, crianças que quando ninguém quer, se arriscam a cair na rua”, Strecht (2000, p. 75).

“À margem do amor - Notas sobre a delinquência juvenil”, publicado em 2003 é um livro do mesmo autor, que se estende desde a origem dos problemas das crianças de risco, salientando a importância da prevenção, passando pelas respostas institucionais e terapêuticas e intervenções pedopsiquiátricas, acabando no tema do abuso sexual de crianças e das sequelas que lhes ficam para toda a vida.

Também a autora M.^a Emília Vilarinho reforça a necessidade de políticas sociais da infância, nomeadamente de políticas educativas e pré-escolares ao escrever na revista Fórum Sociológico, n.º 3/ 4 um artigo intitulado “Somos Gente! As crianças entre a Família, o Estado e a Sociedade”.

Outros autores debruçaram-se sobretudo sobre a questão do mau trato e da negligência parental, como é o caso do estudo de M.^a Manuela Calheiros e M.^a Benedicta Monteiro “Mau trato e negligência parental – Contributos para a definição social dos conceitos”, sendo este um trabalho que vem no seguimento da dissertação da tese de Mestrado supracitada de M.^a Manuela Calheiros. Depois de analisarem 123 entrevistas, de nove relatórios técnicos e do que o Direito Português diz nesta área, as autoras chegaram à conclusão de que a apreensão dos significados de mau trato e negligência obtida nas três fontes de informação resultou em 18 subcategorias que se organizaram em quatro categorias distintas, obtendo-se desta forma uma definição integrada de mau trato (actos) e negligência (omissões) que integra os seguintes conteúdos: “o mau trato psicológico, o mau trato físico, a negligência psicológica e a negligência física”, Calheiros e Monteiro (2000, p. 163).

Também Ana Nunes de Almeida fez vários estudos sobre os maus tratos às crianças em Portugal, um deles apresentado em 1999, feito a pedido da Assembleia da República ao Centro de Estudos Judiciários. Este estudo fez um levantamento da informação sobre as crianças maltradas em Portugal. À semelhança do estudo de Calheiros, este propôs uma noção abrangente de mau trato, e definiu como objectivo principal a construção de uma tipologia de formas de abuso e negligência. Este estudo traz uma inovação ao distinguir tipos de maus

tratos que noutros estudos são englobados num só conceito. Assim, Almeida (1999, p. 111) identifica nove tipos de maus tratos: abuso emocional com agressão física; agressão física com sequelas; intoxicação; abuso sexual; trabalho abusivo; ausência de cuidados básicos; ausência de guarda; abandono definitivo e mau trato *in utero*.

Em 2003 é publicada uma tese de doutoramento defendida na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa com o título “Criança Maltratada” de Jeni Canha. Esta autora fez um estudo prospectivo de cinco anos sobre o papel de uma pessoa de referência na recuperação dessa criança. Ao fazer uma abordagem da história dos estudos sobre maus tratos e negligência parental, Canha contribui igualmente para a definição de mau trato, na perspectiva da medicina mas que acaba por se aplicar a todas as áreas que estudam este fenómeno, e de negligência, considerando-a como “uma forma muito frequente de mau trato, insidiosa e de graves repercussões para a criança”, Canha (2003, p. 33). Nestas definições a autora inclui ainda o abuso e exploração sexual e o mau trato psicológico ou emocional. Tal como o autor Pedro Strecht, mas de uma forma menos abrangente, também Jeni Canha reforça a importância da prevenção deste fenómeno. Canha distingue prevenção primária inespecífica dirigida à população em geral, cultivando uma cultura anti-violência, preparando técnicos que trabalham com crianças, medidas a nível social, melhorando as condições de vida, de saúde e de emprego; o combate ao trabalho infantil, ao alcoolismo e à toxicodependência, entre outras, Canha (2003, p. 39). Um segundo nível de prevenção é a primária específica, tendo por principal objectivo a identificação das crianças e famílias de risco. E finalmente a prevenção secundária, consistindo em evitar a recorrência do mau-trato, promovendo o regresso da criança a casa, sem riscos, após o diagnóstico. Após terminar o estudo a autora concluiu, entre outros factos, que além de ser frequente, o mau-trato tem um carácter recorrente mas pode ser combatido através da intervenção de um elemento idóneo e prestigiado da família na educação da criança.

De todos estes estudos, teses, investigações destacam-se algumas conclusões importantes. Primeiramente, e é uma preocupação que ficou demonstrada por Pedro Strecht, João Sebastião e M.^a Emília Vilarinho, surge a necessidade da existência de políticas sociais da infância integradoras, que abordem a criança numa visão holística e que sejam realmente postas em prática no terreno.

Referida por quase todos os autores que citei, a prevenção das situações de risco/ perigo surge como medida urgente para que muitas destas crianças não venham a cruzar-se com a justiça, “contudo, é com muita apreensão que se assiste ao facto de muitos desses “primeiros encontros” se darem já com a criança na posição de infractor o que (...) representa por si só uma tremenda ironia que relata a falha de todo um sistema de protecção à infância”, Strecht (2000, p. 131). Não só a criminalidade espreita, mas como referiu Carneiro (1997, p. 7). “a não intervenção junto das crianças de risco, representa a porta bem larga e aberta à ocorrência dramaticamente crescente das situações de exclusão”.

Importante e também de referir é que quando se trata de maus tratos às crianças, os perpetradores desses maus tratos são geralmente familiares próximos, nem sempre os pais biológicos, mas outras pessoas que vivem no agregado, como referem Manuela Calheiros, Pedro Strecht, M.^a Teresa Penha e Jeni Canha.

Uma última conclusão a que chegamos ao ler todos estas investigações é que na maioria dos casos, os estudos feitos em Portugal sobre crianças em perigo, dizem respeito às crianças maltratadas e negligenciadas. Poucos estudos foram encontrados que digam respeito ao papel das instituições na protecção destas crianças, a não ser um estudo de caso do Colégio de S. Fiel respeitante ao Direito de audição dos menores, situando-se, portanto, numa perspectiva jurídica.

3.4. Desenvolvimento social e humano: as lacunas das crianças em perigo

Quando falamos de Desenvolvimento temos de pensar na vertente económica, ambiental, social e humana. Um país que se empenha no Desenvolvimento, além de considerar o crescimento económico, a protecção do ambiente, não pode negligenciar as necessidades e capacidades das pessoas. Assim, será pertinente referirmo-nos aqui aos conceitos de Desenvolvimento Social e Humano a propósito da questão das crianças em perigo.

É essencial estabelecer uma relação entre o respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e o compromisso de garantir os limiares mínimos de sobrevivência e dignidade humana, Amaro (2004). A satisfação das “basic needs” é imperativa em qualquer processo de desenvolvimento, o que passa por ter uma vida longa e saudável, ter educação, ter um padrão de vida digno e gozar liberdades cívicas e políticas para participar na vida da comunidade em

que se insere.³ O Desenvolvimento Humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade.

O Desenvolvimento Humano é definido como “o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens”, PNUD (2003).

No que respeita à infância, podemos aplicar este conceito de Desenvolvimento Humano, uma vez que ele pode ser revisto no facto destas crianças não terem nem uma vida saudável, nem condições para uma vida digna, nem educação e, em muitas situações, nem sequer alimentos. São crianças com famílias desestruturadas, com empregos precários ou no desemprego, onde é muitas vezes negligenciada a educação e formação académica, e onde as questões básicas de saúde e dieta alimentar são esquecidas ou até desconhecidas. Para além disso são de referir as muitas crianças que em Portugal são obrigadas a trabalhar, deixando precocemente a escolaridade, fazendo disparar os níveis de abandono escolar. Com este panorama continuamos a não poder falar de pleno Desenvolvimento em Portugal.

Convém aqui salientar a lei 147/99 de 1 de Setembro que define, no seu artigo 3º, alínea 2, as *crianças e jovens em perigo* como as que se encontram numa das seguintes situações:

- “a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais ao seu desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

³ Este conceito concebeu um novo indicador, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que inclui três dimensões: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno.

Perante isto podemos considerar que o conceito de Desenvolvimento Humano está profundamente relacionado com a situação destas crianças, havendo nelas lacunas muito graves. Assim sendo, enquanto os governantes não delinearem políticas sociais para a infância que efectivamente abordem estas questões e as eliminem ou, pelo menos, as minimizem, não poderão afirmar que há um pleno Desenvolvimento.

Por seu lado, o Desenvolvimento Social é definido como o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais, Amaro (2004).

No que se refere ao Desenvolvimento Social, podemos considerar que através das políticas sociais passou a haver um compromisso dos Estados para com os cidadãos. Dada a situação das tantas *crianças em perigo* em Portugal, se o Estado não protege, têm de ser os actores da sociedade civil a intervirem, neste caso as IPSS e outras instituições. Na ausência de responsáveis por estas crianças, ou na presença de pais ausentes, estas crianças ficam, não raras vezes, entregues a si próprias, ficando à parte da escolaridade mínima, dos cuidados básicos de saúde, e dos níveis e condições mínimas de uma vida digna.

Sem dúvida que com o despertar do conceito de Desenvolvimento Social foram estabelecidas metas e objectivos sociais comuns, identificando-se os mínimos sociais e os mínimos de dignidade humana, ficando o Estado comprometido em garantir às populações esses mínimos. Mas este compromisso não tem sido tomado tão seriamente como devia pelo Estado Português, e, sendo assim, o panorama das *crianças em perigo* torna-se ainda mais desagradável.

O artigo 69º da Constituição da República Portuguesa, refere que:

“ 1. As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

2. O Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.”

Seria ideal se isto acontecesse na realidade, mas a verdade é que as dificuldades no cumprimento da lei têm sido flagrantes. Os casos de *crianças em perigo* sinalizados à Segurança Social e às Comissões de protecção de crianças e jovens (CPCJ) são muitas vezes encaminhados para IPSS locais que trabalham e acolhem estes casos, demonstrando desta forma, que um serviço do próprio Estado como é o ISS recorre às IPSS talvez por conhecer a eficácia e integração destas difíceis situações. O Desenvolvimento Social implica que o Estado assuma o acolhimento, acompanhamento e encaminhamento/ resolução destes casos. O bem-estar social das crianças é essencial para o desenvolvimento ao longo da vida, daí que deva zelar-se por uma cuidada e rápida integração das crianças num meio o mais semelhante possível do familiar, de forma a não ocorrerem brechas emocionais que possam afectar a vida da criança. Se a responsabilidade parental é fraca ou nula, por situações associadas ao crime, prostituição, tráfico e consumo de droga, ou a incapacidades físicas ou mentais, então o Estado deve criar condições para que estas crianças não sejam desprovidas do que é básico nos primeiros anos de vida. Estas são as crianças sobre as quais não se pode continuar a olhar senão sob a forma de preocupação geral, que por fazerem parte de uma realidade nacional crescente, implicam mudanças nas famílias, nas comunidades e nas escolas. Estas são o tipo de crianças que, sem nenhuma intervenção apropriada ou atempada, têm tudo a favor para, no futuro, aumentarem o número dos que anualmente são excluídos do sistema de ensino obrigatório, dos que cedo se iniciam no consumo de drogas e no risco de comportamentos delinquentes. São crianças que, apresentando graves dificuldades na escola, não dizem apenas respeito a um problema na área da educação. São a expressão de organizações sociais e familiares de risco que funcionam como as verdadeiras raízes dos problemas.

3.5. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Infância excluída

Na sequência dos conceitos abordados anteriormente de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social será importante salientarmos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, metas estabelecidas pelas Nações Unidas para atingir a médio prazo.

Em Setembro de 2000 na Cimeira do Milénio, nasceu a Declaração do Milénio, adoptada por 189 países, na qual ficaram definidos os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Estes objectivos são 8 e desdobram-se em 18 metas de maior especificidade:

- 1 – Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2 – Alcançar o ensino primário universal;
- 3 – Promover a igualdade do género e dar poder às mulheres;

- 4 – Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 – Melhorar a saúde materna;
- 6 – Combater o HIV/ SIDA, malária e outras doenças;
- 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental;
- 8 – Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Sem dúvida que este Pacto do Milénio, como entretanto passou a denominar-se, veio trazer um grande desafio a todas as nações. Claro que o cumprimento por si só de todos estes objectivos não viria resolver todos os problemas que afectam as crianças a nível mundial, mas com certeza faria do mundo um lugar melhor para elas viverem. Adotar as intervenções imediatas e as iniciativas de longo prazo recomendadas aumentará as possibilidades de realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio até 2015, mas ainda assim há milhões de crianças que talvez não venham a ser abrangidas por essas iniciativas. São crianças que actualmente estão fora de leis, orçamentos, programas, investigações... Essas crianças estão excluídas do acesso aos serviços de saúde, educação, água limpa e saneamento adequado, correndo também o risco de ser excluídas da participação plena da sociedade, quando adultos, UNICEF (2006). As crianças são consideradas excluídas em relação a outras crianças quando correm risco de não ter acesso a um ambiente que as proteja contra a violência, abusos e exploração, ou quando não têm acesso a serviços e bens essenciais, sendo ameaçadas quanto à possibilidade de participar futuramente na sociedade de forma plena. As crianças podem ser excluídas pela comunidade, pelo governo, pela sociedade civil, pelos meios de comunicação, pelo sector privado e por outras crianças.

A exclusão de acesso a serviços e bens essenciais afecta claramente a capacidade da criança para participar na sua comunidade, tanto no presente como no futuro. Mas há outras violações de direitos que restringem a sua mobilidade e liberdade, limitando a sua representação ou a sua identificação como uma criança com direitos especiais. A exclusão vai para além da pobreza material, se a pobreza coloca em risco o direito da criança à sobrevivência, a exclusão pode levar à invisibilidade total da criança, nunca permitindo a participação da criança na comunidade pela inúmeras privações a que está sujeita. Ao nível da educação muitas crianças também se encontram excluídas como veremos no próximo ponto.

O segundo ODM estabelece que todas as crianças devem concluir a educação primária mas colocar as crianças na escola é somente o princípio, porque é igualmente fundamental garantir

que frequentem a escola com regularidade e que concluam os seus estudos. Crianças-soldado, crianças apanhadas na rede de tráfico infantil e de prostituição, crianças refugiadas, crianças que são obrigadas a casar prematuramente, crianças que trabalham, entre outras, são as principais excluídas no acesso à educação.

As raparigas são alvo de uma forte exclusão no acesso à educação. Paridade no género para todos os níveis de educação – o 3º ODM – é essencial para a transformação nas relações de género e na garantia que meninos e meninas tenham as mesmas oportunidades para alcançar o seu pleno desenvolvimento. A propósito da questão do género é de salientar que a falta de capacitação das mulheres leva à exclusão dos filhos. Esta questão leva-nos ao 4º, 5º e 6º ODMs, a educação das mulheres leva a uma redução da mortalidade infantil, já que saberão cuidar melhor dos seus filhos; por outro lado leva a que os índices de saúde materna aumentem pelos conhecimentos que as mães têm ao nível de cuidados a ter, ao mesmo tempo que remete para o 6º objectivo, travando a disseminação de doenças como o HIV/SIDA, a malária, entre outras, pelo maior conhecimento que têm de formas de higiene, protecção e prevenção.

Se os objectivos forem cumpridos ao longo dos próximos 10 anos, milhões de crianças serão poupadas da doença, da morte prematura, da pobreza extrema ou da desnutrição e terão uma educação de qualidade, assim como o acesso a água potável e a instalações de saneamento adequadas.

3.6. Direitos Humanos e Desenvolvimento:

o exemplo da educação que gera empowerment

Em boa razão pode afirmar-se que as crianças em perigo estão numa posição em que alguns dos seus direitos lhes são negados, provocando, directa e indirectamente, um obstáculo ao Desenvolvimento. Se o bem-estar das pessoas (e aqui se incluem muitas áreas da vida como a educação, a saúde, a segurança, o nível de vida) for esquecido nos processos de Desenvolvimento para dar-se a primazia à questão económica, de modo algum serão atingidos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A educação é um direito humano universal, porém sabemos que em todo o mundo milhares de crianças (e adultos) não têm acesso a uma educação gratuita e de qualidade. Os países que investem na educação primária de alta qualidade para todos – especialmente para as raparigas

– têm extraordinários ganhos para o Desenvolvimento. A educação das raparigas é provavelmente o maior e mais eficaz investimento no desenvolvimento que um país pode fazer. Actualmente 113 milhões de crianças em idade de frequentar a escola primária nunca foram à escola e cerca de 150 milhões de crianças abandonaram a escola depois de poucos anos, ainda sem saberem ler, escrever ou trabalhar com números.

Sem dúvida que este é um direito que todas as crianças têm e que a própria lei portuguesa de protecção de *crianças em perigo* refere, mostrando que a sua negação constitui um perigo para a criança se esta “assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, **formação, educação** ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (Lei 147/99 de 1 de Setembro). Muitas das crianças em situação de perigo têm um maior absentismo escolar, menor aproveitamento e muitas vezes um abandono escolar precoce.

Um dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio é o de fazer chegar de forma igualitária a educação a rapazes e raparigas, sendo esta considerada o alicerce para tirar as populações da pobreza profunda. Aqui devemos centrar-nos na questão essencial da educação das raparigas. Nos nossos dias ainda existe uma forte discriminação no acesso à educação com referência ao género. Muitas são as raparigas que não frequentam a escola por terem de trabalhar em casa, ficando com irmãos mais novos (como acontece em Portugal), por serem obrigadas a entrar nas redes de prostituição infantil como acontece nalguns países asiáticos, ou até por serem obrigadas a casamentos precoces. Contudo, os países têm consciência que investir na educação é uma estratégia fundamental que protegerá os direitos de todas as crianças para uma educação de qualidade e uma estratégia que ajudará a alcançar todos os outros objectivos de Desenvolvimento.

Frequentar a escola transforma qualquer criança e no que se refere às raparigas possibilita que com o aprender elas percebam o seu potencial, aumentem a sua autoconfiança, as suas capacidades sociais e de negociação, a sua habilidade de proteger-se da violência e de doenças. O preço de perder alguns anos de escolaridade é demasiado alto mas não será pago somente pelas próprias crianças, mas também pela sua família, pela sociedade e pelo país. Os efeitos negativos de não frequentar a escola são maiores para as raparigas do que para os rapazes, efeitos esses que passarão para a geração seguinte. Com ou sem educação as

raparigas são mais vulneráveis a doenças como o HIV/ SIDA, exploração sexual e tráfico de crianças. Sem o conhecimento e capacidades que se adquirem no contexto escolar, estes riscos multiplicam-se. Assim, podemos afirmar que a escola permite que as crianças e as suas famílias se protejam, e o absentismo escolar traz múltiplas exposições a esses riscos.

Consideramos pertinente perceber porque as raparigas são sistematicamente excluídas da escola, as mulheres excluídas dos processos políticos e os países vão, assim, deixando para trás avanços no desenvolvimento. Antes de mais porque a educação das raparigas raramente é discutida nos círculos políticos como um modo de assegurar o progresso social. Como resultado disto, o investimento na educação das raparigas é muitas vezes posto em segundo plano.

Por seu lado, muitas famílias não podem pagar as despesas de ter uma criança a estudar, mesmo quando a educação é formalmente gratuita, subsistem os custos directos sob a forma de despesas com livros, alimentação e transportes. Estes custos podem atingir até 20% do rendimento de uma família, tornando demasiado cara a educação para muitos (vendo-se na necessidade de obrigar as crianças a trabalharem por constituir mais uma fonte de rendimento para a família ao mesmo tempo que não têm as despesas com os custos indirectos).

Em terceiro lugar, historicamente o desenvolvimento tem olhado mais para as questões económicas do que para as questões sociais e da educação, e em particular a das raparigas. Os paradigmas do desenvolvimento têm falhado em não considerar as relações desiguais entre homens e mulheres e não têm levado em conta o potencial das mulheres para contribuírem para o desenvolvimento do sector público e privado do desenvolvimento dos países, UNICEF (2004).

Por último, as perspectivas tradicionais têm falhado em não considerar as questões do género que afectam as crianças no acesso à escolaridade, relacionadas com as diferentes necessidades de rapazes e raparigas, e dos seus papéis, responsabilidades e identidades.

Como referimos anteriormente a educação faz com que as crianças percebam o seu valor, e nomeadamente para as raparigas, a educação levará a que posteriormente elas possam actuar noutros âmbitos: desde a saúde das mulheres e os cuidados pré-natais e a ter com os bebés,

passando pela nutrição, saneamento e empowerment da comunidade, até à redução do trabalho infantil e outras formas de exploração, até a resolução pacífica de conflitos.

Se as raparigas que receberam educação se tornarem mães, provavelmente também colocarão os seus filhos na escola, fazendo assim multiplicar os benefícios quer para eles quer para a sociedade, gerando um efeito positivo e intergeracional. Além disto, quando a sociedade assegura que as mães recebam educação (se não tiveram essa oportunidade enquanto crianças), as crianças serão melhor cuidadas, mais saudáveis e menos morrerão.

Perante estes factos, concluímos que a educação é geradora de empowerment, quer para rapazes quer para raparigas, embora tenhamos focado a situação das raparigas por ser considerada uma forte barreira ao desenvolvimento dos países. A educação permite, assim que as mulheres tenham um maior controlo da sua vida e dá-lhes capacidades para poderem contribuir para a sociedade em que se inserem. Capacita-as a tomarem decisões por si próprias e a influenciarem as suas famílias. É este “poder” que produz todos os outros benefícios sociais que geram o desenvolvimento. A participação das mulheres e a sua influência no governo, família e comunidade, na economia e provisão de bens é fundamental. Isto levará a um desenvolvimento mais igualitário, famílias mais fortes, melhores serviços e melhor saúde infantil.

3.7. As crianças em perigo e a Convenção sobre os Direitos da Criança

Na medida em que a promoção e protecção do princípio do superior interesse da criança está intimamente relacionada com a forma de articulação entre a acção do Estado, da sociedade civil e da família, e conscientes de que esta articulação triangular assume formas diversas nos vários Estados, os autores da Convenção sobre os Direitos das Crianças tentaram consagrar um modelo de equilíbrio entre estes actores, especialmente visível no conjunto de princípios que serão reflectidos em cada sistema nacional de protecção e promoção dos direitos das *crianças em perigo* (artigos 5º, 9º, 18º, 19º, 20º e 25º).

Salienta-se o facto da Convenção considerar a família como o meio natural de protecção e promoção dos direitos das crianças. Deste modo, considera-se que a protecção à infância deve ser, preferencialmente, assumida no âmbito da família mas que, ao Estado e à sociedade cabe um importante papel na promoção dos direitos da criança, nomeadamente quando a família não cumpre o seu papel, colocando a *criança em perigo*.

No seu artigo 19º, a Convenção consagra a responsabilidade dos Estados em tomar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de maus tratos e abusos a que esteja sujeita enquanto sob a guarda dos seus responsáveis legais. Tais medidas de protecção devem incluir programas sociais de apoio não só à criança, mas também aos que detêm a sua guarda, bem como outras formas de prevenção e de acção face a casos de maus tratos infligidos à criança, compreendendo, se necessário, processos de intervenção judicial (artigo 19º), Fonseca (2002, p. 27).

O artigo 9º da Convenção determina que uma criança não poderá ser separada dos seus pais contra a vontade destes, excepto se uma autoridade competente, cuja decisão esteja sujeita a controle judicial, determinar que a separação é necessária no interesse superior da criança. Essa decisão poderá ser necessária, por exemplo, em situações de abusos ou negligência parental. Nestes casos as partes interessadas deverão ser ouvidas nos respectivos processos, nomeadamente a criança.

Daqui se conclui que a Convenção estruturou um esquema de protecção e promoção dos direitos das crianças em situação de perigo fundamentado na família, ficando a intervenção do Estado limitada às situações em que a própria família está na origem do perigo. Resumindo, a Convenção sobre os Direitos das Crianças no que toca às crianças em perigo inclina-se para um modelo social, abrindo, contudo, a possibilidade de intervenção judicial.

4. Políticas Sociais da Infância e das Crianças em Perigo

4.1. Principais tendências

A política social tem por objectivo proporcionar mudanças das condições de vida dos indivíduos e de grupos sociais a fim de participarem na sociedade. A perspectiva da infância como um fenómeno social inclui necessariamente a questão de que contributos pode e deve dar a política social da infância para incrementar as oportunidades de participação das crianças. Os requisitos fundamentais para uma correcta e justa política social da infância estão relacionados com fenómenos como a protecção, a exclusão e a dependência, as quais têm vindo a emergir, assim como todas as consequências que daí advêm para as crianças, Engelbert (2000, p. 295).

A protecção da infância é entendida por alguns teóricos como abrangendo toda a população infantil de uma comunidade e sendo executada através de medidas que favorecem ou proporcionam o seu desenvolvimento físico e psicossocial. Outros consideram a protecção da infância apenas como protecção especial dirigida à população infantil que se encontra numa situação anómala, confrontando-se com dificuldades ou carências a vários níveis: físicas, psíquicas, sociais ou outras.

As políticas sociais na sua globalidade emergiram num período em que havia grande necessidade de regulação dos conflitos originados pelas transformações das sociedades contemporâneas com o desenvolvimento do capitalismo, Sebastião (1998, p.15). A implementação de políticas sociais não foi somente resultado das consequências da industrialização e urbanização, como a pobreza e a desagregação social, mas também resultaram da actuação de pensadores e reformadores sociais. Portanto, a formulação de políticas sociais é o resultado de um processo perante o qual o poder público de uma comunidade ou grupo social define objectivos, critérios e meios de alcançar um fim ou fins concretos, confiando na gestão das instituições jurídico-administrativas, Tomás (2000, p. 37).

No caso de Portugal, os problemas sociais surgem com maior evidência e visibilidade com a alteração do regime político em Abril de 1974, ao mesmo tempo que as populações tomam consciência das suas necessidades reais, reivindicando e criando por si próprias serviços de resposta a essas necessidades. Assim, surgiu a Caixa de Previdência, passando-se depois para o regime de Segurança Social generalizado a toda a população: não só os esquemas de prestações pecuniárias foram abrangendo maior número de situações, como a criação de equipamentos dirigidos à infância aumentou consideravelmente, Caramelo (1999, p. 160). Nota-se que o Estado ao legislar sobre a educação pré-escolar tenta intervir no campo da infância como até ali não o fazia, mas na prática isso não veio a concretizar-se já que a implementação foi ineficaz, Ferreira (2000, p. 155). Esta medida veio subentender que a criança era reconhecida como um cidadão de direito, significando que aos direitos que lhe eram dados pelo Estado, correspondiam uma série de deveres que eram da responsabilidade da família, que se falhasse no seu cumprimento, punham em causa a autoridade parental. Isto veio fazer com que a tutela da criança sob a influência de um controlo social e público serve de vigia com poder para limitar ou intervir quando a criança é considerada em perigo, Ferreira (2000, p. 155).

De acordo com a autora M.^a Emília Vilarinho, a sociologia das políticas de protecção das crianças tem chamado a atenção para a existência de duas perspectivas: a primeira inscreve os problemas das crianças no campo dos problemas das famílias decorrendo desta a ideia de que as medidas de protecção da família resolvem os problemas das crianças. A segunda perspectiva assenta na ideia da criança com membro da sociedade de bem-estar (welfare child), de criança como membro da família (family child) e da imagem psico-jurídica da criança (child psychological-jurisdiction). De salientar que esta segunda perspectiva acaba por autonomizar as políticas para a infância e orienta-se por uma perspectiva proteccionista da criança que se materializa no aparecimento de serviços de atendimento especializados em diferentes áreas, Vilarinho (2000, p. 95). Sem dúvida que ambas as perspectivas constituem uma barreira à explicação sociológica da infância por conterem um visível “adultocentrismo”, impedindo de olhar a criança como um actor social, levando à promoção de políticas de interesse dos adultos, deixando as crianças, as maiores interessadas, totalmente à parte. O facto de ver-se a criança como membro da sociedade de bem estar e como membro da família, colocou-as, então, numa condição de dependência relativamente a estes dois elementos. Além disso o facto do próprio Estado definir a sua menoridade, através de várias exclusões, colocam-na numa posição de poder subordinada aos adultos, pais ou representantes legais, incluindo o próprio Estado ou as suas instituições. As funções do Estado relativamente à infância podem ser vistas como a regulação do trabalho infantil, preservação da vida, o controlo da educação, visualizando até que ponto e por que meios a sua socialização é levada a cabo. Deste modo o Estado consegue intervir numa área que até aí lhe estava vedada: a família, Ferreira (2000, p. 180).

Neste contexto das políticas sociais de protecção da infância é de salientar as políticas de educação que, por todas as razões que apontámos anteriormente, são fundamentais para o desenvolvimento do país. É fundamental um sistema integrado e sustentável que proporcione uma educação primária de alta qualidade a todas as crianças.

Apesar de toda a evolução na área de protecção da infância e da forma como é visto este período da vida humana, de há alguns anos a esta parte podemos notar alguma travagem ou até regressão no que toca à situação da infância e à sua protecção. Seguindo de perto o autor João Sebastião, (2000, p. 114), podemos referir alguns factores de foro económico e cultural que têm levado a esta tendência. Primeiramente surge o facto dos direitos e protecções que as crianças tinham adquirido começarem a esvanecer subtilmente mesmo nos países pioneiros na

conquista desses direitos, como é o caso da proibição do trabalho infantil nalguns países desenvolvidos. Isto será, em parte provocado pela desregulação crescente dos mercados promovida pelos recentes tratados de comércio livre.

Depois surge o notório crescimento das assimetrias sociais e económicas, já que a redistribuição da riqueza tem-se desequilibrado a favor do capital e em detrimento do trabalho, levando a que grandes camadas da população caiam em situação de pobreza e exclusão social.

Em terceiro lugar vem a dificuldade existente em muitas zonas do mundo de criar ou manter estruturas e processos políticos democráticos. Um exemplo disto é a instabilidade política provocada pelas permanentes guerras civis em África destruírem todos os esforços de criação de sistemas de ensino e de saúde, provocando a morte de milhares de crianças, não só por serem recrutadas como soldados, mas por sofrerem as consequências da guerra a vários níveis.

Há ainda a salientar o aparecimento de pandemias, sobretudo da SIDA, que para além de deixarem uma geração de órfãos, também acarreta um imenso gasto para o sistema de saúde do Estado. Nomeadamente nos países subdesenvolvidos isto gera ainda menos apoios na saúde pré-natal, causando elevadíssimas taxas de mortalidade infantil.

Por último é de referir a massificação da exploração sexual das crianças. O surgimento de redes internacionais de pedofilia e de tráfico de crianças tem assumido contornos de verdadeira ameaça à segurança das crianças e lançado um alerta mundial sobre a situação da infância em muitas partes do globo.

4.2. Evolução das políticas sociais de protecção à infância em Portugal

Ver-se a infância como um período frágil, cheio de incertezas e vulnerável aos mais diversos perigos, levou bastante tempo, tendo o seu início nos finais do século XVIII, mas felizmente perdurando até aos dias de hoje. A tomada de consciência pública dos problemas a que a infância estava sujeita levou à intervenção dos Estados no processo de socialização das crianças e na vida privada das famílias, tentando melhorar as suas condições de vida.

O autor Donzelot identificou três etapas de intervenção do Estado no processo de protecção da infância: moralização, normalização e contrato-tutela. Durante estas três etapas os Estados foram criando várias leis relativas às relações familiares e à família como instituição, formulando leis que regulamentaram a união familiar, a habitação social, a saúde pública, o

trabalho feminino, a vacinação obrigatória das crianças, a vigilância das amas de leite e o trabalho infantil, Vilarinho (2000, p. 96). Contudo, face ao incumprimento constante das leis, os Estados viram-se obrigados a promulgar leis sobre os direitos dos pais sobre as crianças, leis de tutela de crianças abandonadas e de correcção de crianças difíceis, levando à criação do Tribunais de menores, e criando condições legais para a passagem das crianças de famílias desestruturadas e sem condições para a protecção de sociedades filantrópicas e institutos de assistência pública ou para famílias estáveis e estruturadas, através de mandatos de juizes.

Só no final do século XIX, início do século XX, a protecção à infância deixa de ter um carácter caritativo para gradualmente se assumir como um dever público. Especificamente no que respeita à protecção de crianças em perigo foram criadas (em 1780 e em 1834 respectivamente) instituições como a Casa Pia de Lisboa e a Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida, prestando um serviço público importante.

É, então, nesta área das políticas de educação e de protecção da infância que a fragilidade do Estado-Providência português foi notória. Esta fragilidade começava a avistar-se quando ainda eram dados os primeiros passos na redefinição das medidas de protecção social, enquanto a conjuntura internacional estava ameaçada devido à crise do petróleo, pondo em causa o modelo Keynesiano que sustentava o Estado-Providência. Este panorama internacional, aliado à crítica situação de Portugal como as grandes mudanças políticas e económicas, condicionaram a constituição de uma Estado-Providência forte, Vilarinho (2000, p. 100).

Contudo, e apesar desta crise, entre 1974 e 1985 as creches quintuplicaram, tendo surgido também o sistema público de educação pré-escolar. Os grandes impulsionadores na área da protecção e educação de infância surgiram do movimento popular, da sociedade civil, criando gradualmente contextos formais e informais para acolher as crianças que não encontravam resposta no sistema estatal.

Paralelamente ao aumento da taxa de emprego feminino, a procura de estruturas de guarda de crianças pequenas dispara, observando-se este fenómeno sobretudo nas sociedades urbanas e industriais. Surgem, então, creches e jardins-de-infância criadas em grande parte por comissões de moradores, organizações recreativas e culturais, juntas de freguesias, paróquias entre outros. Claro que as condições físicas das instalações, os recursos materiais, e os

recursos humanos eram normalmente escassos e precários, mas ainda assim constituíam a única resposta para as famílias com crianças em idade pré-escolar.

No relatório da Fundação Calouste Gulbenkian sobre a Educação de Infância em Portugal, foram apresentados dados que vieram confirmar a diferenciação social entre as crianças que frequentavam as instituições existentes. Os dados mostram que as crianças a frequentar os jardins-de-infância privados com fins lucrativos eram de nível socio-económico elevado e que as que frequentavam as instituições dependentes da Assistência Social pertenciam às camadas sociais mais baixas.

Todas as aceleradas mudanças sociais originaram uma série de medidas protectoras, legais ou institucionais de modo a tentar garantir um adequado desenvolvimento social.

Em 1995 registaram-se algumas melhorias no campo das políticas sociais, nomeadamente com a criação do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (que veio substituir o anterior Ministério do Emprego e da Segurança Social), assim como a criação do Alto Comissariado para as questões da Promoção, da Igualdade e da Família. Em 1997 foi criada a Comissão de Reforma da legislação de Protecção da Criança, e no mesmo ano foi posto em execução o Programa Adopção 2000. Ainda em 1997 e 1998 começaram a funcionar com uma nova estrutura as Comissões de Protecção de Menores (hoje designadas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens), tendo sido criadas condições para a abertura de 24 centros de acolhimento temporários.

Emerge também a consciência da necessidade de intervir no contexto em que a criança está inserida quando há sinais ou marcas visíveis de perigo para ela, levando à criação da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco que mais à frente analisaremos.

Surge entretanto a regulamentação da protecção das crianças e jovens através da Lei n.º147/99 que subscreve uma abordagem integrada dos direitos da criança, reconhecendo que o seu desenvolvimento implica a realização dos seus direitos sociais, culturais, económicos e civis. Um dos grandes objectivos implícitos nesta lei é que, numa perspectiva ecossistémica, de incentive o apoio às famílias por forma a melhorar o seu desempenho, dotando também as crianças e os jovens de competências pessoais e sociais, para o exercício de uma cidadania plena, activa e responsável. “Com este objectivo reforça-se o papel do Estado, criando condições estruturais para fortalecer a família, reconhecendo-a como elemento fundamental

da sociedade, nomeadamente no desenvolvimento e qualificação de intervenções, centradas nos níveis preventivo e reactivo, dirigidas prioritariamente às famílias mais vulneráveis, com vista à melhoria das suas condições de vida e que visam prosseguir objectivos inerentes ao superior interesse da criança.”, Sequeira (2004, p. 10).

Nesta fase o Estado-Providência ainda considerava as crianças apenas como resultado do papel intermediário dos adultos, ou seja, as crianças tinham as suas necessidades satisfeitas apenas de modo indirecto e implícito, Makrinioti (2000, p. 274). Esta posição levava a que as necessidades das crianças pudessem intervir nos jogos políticos de outros grupos sociais. Contudo, era necessária uma atenção especial à forma como eram satisfeitos os cuidados com a infância e às restrições a que esses cuidados estavam sujeitos. Estas restrições referiam-se aos pré-requisitos das políticas sociais articuladas de modo a regular a forma como o cuidado é prestado, sobretudo a três níveis: os cuidados com a infância devem estar integrados nas políticas sociais para a infância; os cuidados devem controlar os processos de socialização das crianças; e os cuidados devem ainda contribuir para a reprodução das condições sociais necessárias para a perpetuação da dependência infantil e de um estatuto de membro incompleto ou ajustar as mudanças a nível social com um mesmo propósito, Makrinioti (2000, p. 274).

Podemos, pois, ver que nos últimos anos deram-se em Portugal importantes mudanças políticas e legislativas nesta matéria:

- ⇒ Criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), medida concebida como prioritária no combate à exclusão social; dos Comissariados Regionais do Norte e Sul de Luta contra a Pobreza;; sub-programa INTEGRAR;
- ⇒ Negociação de um Pacto de Solidariedade de Cooperação, estabelecendo cooperação entre o Estado e instituições particulares de Solidariedade Social, para o desenvolvimento de serviços de suporte;
- ⇒ Criação de várias comissões e grupos de trabalho com o objectivo de monitorizar a política da infância, como por exemplo, a Comissão dos Direitos da Criança (1996);
- ⇒ Criação do Conselho Nacional da Família;
- ⇒ Reformas da Segurança Social.

4.3. Estado e IPSS: parceiros ou concorrentes na protecção da infância?

Será importante, antes de mais, tentarmos perceber qual a relação que o Estado português tem mantido com as IPSS nesta área de protecção da infância. As IPSS são instituições sem fins lucrativos, privadas que desempenham um papel fundamental a vários níveis sociais. As IPSS são “constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e prestação de serviços: a) apoio a crianças e jovens; b) apoio à família; c) apoio à integração social e comunitária; d) protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; e) promoção e protecção da saúde nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; f) educação e formação profissional dos cidadãos; g) resolução dos problemas habitacionais das populações”.⁴

No pós 25 de Abril de 1974 deu-se uma reestruturação profunda nas políticas de protecção social, afectando também os moldes em que actuavam as Instituições Particulares de Assistência. No campo social tentavam encontrar respostas nas áreas de prestação de apoio e serviços à infância. A relação com o Estado destas iniciativas da sociedade civil foi bastante ambígua, pois se por um lado estes grupos de cidadãos eram reconhecidos e valorizados pelo trabalho que prestavam na resolução das questões em que actuavam, por outro lado houve pouca flexibilidade da organização burocrática para acolher as novas formas organizativas da participação dos cidadãos na renovação do sistema de protecção social. O Estado levantou, nesta altura, vários obstáculos a nível legal e burocrático para o reconhecimento e aceitação destas organizações como entidades credíveis para negociar com o Estado os regimes de cooperação, ou mesmo como suporte institucional dos serviços prestados à população.

Então, face às extremas carências sociais, muitas destas instituições reorientaram a sua actuação, tentando proporcionar respostas nas áreas de maior necessidade, com especial enfoque na organização de serviços para a infância. Este estatuto abrange todas as instituições que se proponham facultar serviços ou prestações de Segurança Social, comportando desde as associações de solidariedade social, as misericórdias, as associações de socorros mútuos e as

⁴ Artigo 1º, decreto-lei n.º 119/83

fundações, assim como as associações de voluntários sociais e cooperativas de solidariedade social, e ainda as uniões ou federações que se constituam na base da associação de um conjunto de instituições de solidariedade, Hespanha (2000, p. 133).

Contudo, a regulamentação das IPSS nos termos constitucionalmente previstos só veio a ter lugar com o respectivo estatuto aprovado em 1979. As IPSS foram assim caracterizadas: instituições sem fins lucrativos; criadas por iniciativa particular; com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos; e com o objectivo de facultar serviços ou prestações de segurança social. Estas instituições podiam revestir umas destas formas: Associações de solidariedade social; Irmandades da Misericórdia; Cooperativas de Solidariedade Social; Associações de Voluntários de acção social; Associações de Socorros mútuos; Fundações de solidariedade social, Teixeira (1996, p. 9).

Com a revisão e alteração do Estatuto das IPSS em 1983, algumas alterações surgiram. Mais alguns elementos definiam agora as IPSS, como o facto de não serem administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, e para prossecução de objectivos como se acção social; de promoção e protecção da saúde; de educação e formação profissional; e de resolução de problemas habitacionais das populações, Teixeira (1996, p. 17).

Depois deste Estatuto, já houve nova alteração em 1985 e em 1986, mas as mudanças não foram significativas, se não em pormenorizar algumas situações. Também com a revisão constitucional de 1989, houve uma pequena mas importante alteração, no facto de passar a afirmar-se “o direito de constituição de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas com vista à prossecução de objectivos de segurança social”.

Se há quem defenda que o papel do Estado está actualmente mais activo, há quem considere, por outro lado, que o Estado tem adormecido no que respeita à protecção das crianças. Sobretudo ao nível da educação pré-escolar, um dos maiores instrumentos de protecção à infância, há autores como Vilarinho (2000, p.106) que “o actual programa de expansão da Educação Pré-Escolar valoriza uma diversificação de oferta e nota-se a tendência de manter os cuidados e a protecção social na esfera da sociedade civil ou com ela estabelecer parcerias de forma a atingir os objectivos previstos naquele programa.” A nova Lei Quadro da Educação Pré-Escolar tem levado as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) a

desconfiarem constantemente das novas medidas que aqui são descritas. Em primeiro lugar porque esta obrigatoriedade de, através da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, proporcionar este nível de educação de forma gratuita, quer nas unidades de natureza pública ou privada solidária, leva a que o Estado tenha de compartilhar os custos da componente sócio-educativa às famílias carenciadas, o que não acontece com a celeridade necessária. Em segundo lugar, o Estado ao promover esta necessidade de expansão da rede pré-escolar tem vindo a produzir o “mito da imprescindibilidade da frequência da educação pré-escolar para o sucesso educativo, e o mito da expansão deste nível de educação a todas as crianças independentemente da sua condição sócio-económica.”, Vilarinho (2000, p.106). Sem dúvida que este forte investimento, pelo menos ao nível de divulgação, da educação pré-escolar tem vindo a provocar verdadeiras enchentes aos jardins-de-infância das instituições particulares de Solidariedade Social, já que o Estado não cria infra-estruturas suficientes para tão grande necessidade social.

Assim, o Estado ao chamar para si a educação pré-escolar apresenta-se como “pai supremo”, representando o interesse comum dos que ainda não estão em condições de o fazer sozinhos, encontrando, pois, argumentos, que lhe permitem a sua intervenção em domínios que anteriormente lhe estavam vedados, uma vez que define os seus deveres para com a infância como protector e defensor dos seus interesses. Isto vem permitir que a criança entre em contacto com um espaço educativo que pode ser ocupado não só pelos pais, mas também pelo Estado, através das suas instituições, Ferreira (2000, p.155).

Tudo isto leva a que a dependência económica das IPSS relativamente ao Estado seja cada vez maior, levando-as a regerem-se por normas prescritas pelo próprio Estado, além de terem de assumir novas responsabilidades (como a gratuitidade da componente lectiva e a aproximação ao estatuto remuneratório da função pública dos educadores de infância). O maior perigo é que com a crescente burocratização das IPSS, estas se tornem numa extensão da burocracia do próprio Estado. Há aqui a salientar ainda o facto de que apesar de uma das grandes finalidades das IPSS ser a prestação de um serviço de utilidade pública na vertente social, não tendo como objectivo central a obtenção de lucros, para poderem sobreviver estas instituições vêm-se obrigadas a captar um número suficiente de utentes que lhes garanta o *plafond* financeiro negociado com o Estado, permitindo assim assegurar a prestação desses serviços. Aliado a este problema surge o facto da tabela de comparticipação do Estado ser uniforme e não ter em conta as diferentes capacidades económicas das instituições. Aqui emerge outra questão importante: a da relação contratual entre o Estado e a IPSS. Esta relação

de cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares, “tem vindo a acentuar uma forma mercadorizada (ainda que não lucrativa) de prestação de serviços de acção social. A provisão negociada entre as partes, na base dos custos financeiros e no pressuposto de que esses custos serão suportados pelo consumidor (utente ou, na sua impossibilidade, pelo Estado), Hespanha (2000, p. 142).

Portanto, a autonomia financeira das IPSS passa pela capacidade de gerar e gerir recursos próprios, porém está bem patente que essa é uma capacidade reduzida já que para além dos protocolos de cooperação do Estado e de outros eventuais apoios, uma das poucas fontes de recursos é a mensalidade paga pelas famílias pela frequência das crianças nessas instituições, Vilarinho (2000, p. 07).

De tudo isto pode concluir-se que a crise do Estado-Providência veio permitir a reabilitação das IPSS, dando-lhes também uma função de grande utilidade: a complementaridade na realização dos papéis sociais, competência, aliás, do próprio Estado.

4.4. - A protecção de crianças e jovens em perigo em Portugal

Portugal, ao ter ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança está obrigado a apresentar relatórios periódicos ao Comité dos Direitos da Criança. Assim, o Ministério da Justiça apresentou o primeiro relatório em 1994, intitulado “Relatório sobre a Aplicação da Convenção dos Direitos da Criança em Portugal”. É um documento abrangente que pretende caracterizar a situação e estado dos direitos das crianças portuguesas relativamente aos princípios definidos na Convenção. O relatório é composto pelos seguintes capítulos:

- Definição de criança;
- Princípios gerais;
- Direitos e liberdades civis;
- Meio familiar e protecção de substituição;
- Saúde, Tempos livres e actividades culturais;
- Medidas especiais de protecção da criança: crianças em situação de urgência, em conflito com a lei, em situação de exploração e crianças de minorias étnicas ou grupos autóctones.

Em cada um dos capítulos é feita uma adequação entre os princípios contidos na Convenção e as medidas legislativas nacionais que contemplam tais pressupostos, muitas das quais

anteriores à própria Convenção. Os princípios nela definidos, e concretizados através das medidas legislativas nacionais, dizem respeito a quatro aspectos centrais:

- a) Não discriminação – salvaguardado pelo artigo 13º da CRP no qual é defendido o princípio da igualdade para todos os cidadãos;
- b) Interesse superior da criança;
- c) Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento – considerado o primeiro e mais importante de todos os direitos;
- d) Respeito pelas opiniões das crianças – o relatório refere que depois da reforma do Código Civil de 1977, esta dimensão foi reforçada, já que a concepção autoritária de família foi substituída por uma mais solidária, em que aspectos como o direito das crianças a serem ouvidas e o reconhecimento de autonomia para a organização da sua vida acrescentaram uma nova dinâmica, pelo menos legalmente, nas relações entre crianças e adultos, Tomás (2000, p. 32).

Em caso de violação dos direitos consagrados na Convenção, a denúncia pode ser feita às autoridades policiais que comunicarão depois a situação ao Ministério Público, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou ao Juiz de Menores. Existem também, sobretudo para casos de maus tratos e abandono, serviços telefónicos como a linha SOS Criança do Instituto de Apoio à Criança (IAC), serviço este que só em 2004 recebeu 5108 chamadas.

Em Abril de 1998 foi criada a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (decreto-lei nº 98/98 de 18 de Abril de 1998, 1ª série) cujos objectivos passam por planificar a intervenção do Estado; coordenar, acompanhar e avaliar as acções dos organismos públicos e da comunidade em matéria de protecção de crianças e jovens em risco.

Como anteriormente referimos foi também promulgada a lei 147/99 de 1 de Setembro, designada Lei de Protecção de *Crianças e Jovens em Perigo*. Esta lei, além de introduzir alterações ao nível da protecção destas crianças e jovens, veio também alterar a designação de risco para perigo. Quando a 1 de Setembro foi promulgada a Lei de Protecção de *Crianças e Jovens em Perigo* (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro), esperava poder dar-se uma melhor e mais rápida resposta aos casos de negligência, abuso, maus tratos, exploração e muitos outros que atingiam milhares de crianças em Portugal. A verdade é que passados seis anos de promulgação da lei, continuam a existir em Portugal 100 000 *crianças e jovens em perigo*.

Podemos afirmar, de certo modo, que todas as crianças são susceptíveis de viver experiências menos felizes, ou tensões, pela própria fragilidade da sua natureza, mas sabemos que existem grupos duplamente vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar ou social. São estas as crianças consideradas de risco ou, de acordo com a lei supracitada, em perigo.

4.4.1. - O papel das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e da Segurança Social

Um actor fundamental na protecção das *crianças e jovens em perigo* são as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (adiante designadas CPCJ). Estas comissões criadas pelo decreto-lei n.º 189/91 de 17 de Maio são compostas por representantes das várias áreas institucionais ligadas a esta problemática e possuem autonomia funcional, actuando sempre, e apenas, de acordo com a lei, no prosseguimento dos direitos e melhor interesse das crianças. Desempenham acções de natureza preventiva e de colaboração com os tribunais e têm competência para aplicar medidas de protecção a crianças, até à idade de 18 anos, que se encontrem em situação de delinquência ou manifestem comportamentos socialmente desajustados e a crianças, independentemente da idade, em situações de perigo para a sua saúde, educação e formação.

No plano nacional as entidades que mais mobilizaram as CPCJ foram os estabelecimentos de ensino, os estabelecimentos de saúde e os tribunais. Depois vêm os familiares e as autoridades policiais. As IPSS e o Ministério público também recorrem às comissões, mas com menor incidência. Assim, os serviços do Estado, escolas, hospitais, segurança social, são os principais intermediários entre a sociedade e a protecção não-judiciária de crianças e jovens em perigo.

De forma geral as situações que levam à apresentação de denúncias às CPCJ prendem-se com casos de negligência, desamparo e maus tratos. Em segundo plano surgem casos de relevância criminal ou inadaptação social. Na grande maioria das situações as crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ vivem com a família biológica e o tipo de família mais comum é a família nuclear com filhos, é porém de salientar o aumento de casos de famílias monoparentais de base feminina. Normalmente o nível de escolaridade dos pais destas crianças e jovens é bastante baixo, o que se reflecte, claro está, na sua precária situação no mercado de trabalho. Ao nível da saúde, um grande número destas crianças encontram-se inseridas em agregados familiares com problemas de alcoolismo e toxicod dependência. Por fim

há a salientar o facto da maioria destas famílias serem de proveniência estrangeira, sobretudo dos PALOPs, Fonseca (2002, p. 182).

Depois desta breve caracterização das situações que são sinalizadas e acompanhadas pelas CPCJ, vamos perceber um pouco melhor o tipo de actuação que estas comissões desenvolvem.

Ao serem sinalizadas crianças às CPCJ, de imediato é preenchida uma Ficha de Processo Individual, um instrumento que permite estruturar a intervenção e que tem por objectivo operacionalizar os princípios orientadores da intervenção. O modelo de intervenção subjacente à elaboração da Ficha de Processo Individual é o da abordagem centrada na família adequado ao contexto de actuação das CPCJ, tentando obter uma visão sistémica da criança/jovem.

Quanto à estrutura interna da Ficha de Processo Individual, esta é composta por três partes distintas, que se referem a três diferentes fases do processo que poderão ou não ser subsequentes. O preenchimento dos itens da ficha está prioritariamente condicionado à análise técnica sobre a pertinência dessas informações para o diagnóstico e avaliação de cada situação em concreto, devendo prevalecer os princípios da intervenção proporcional e actual, o direito à privacidade e a intervenção mínima. De referir que é sempre obrigatória a obtenção do consentimento escrito por parte dos sujeitos objecto de intervenção, consagrando-se deste modo um direito constitucional e a potenciação da participação e responsabilização parental.

Em muitos casos as CPCJ aplicam medidas de acompanhamento, o que lhes permite manter a criança ou jovem inserido na sua família, trabalhando com ela e acompanhando-a. Assim, as CPCJ aplicam várias medidas deste tipo, acompanham a família ao nível dos cuidados de saúde da criança, do seu processo educativo e de socialização. Num plano secundário surgem as medidas de colocação da criança fora do seu meio familiar, quer numa família de acolhimento, quer em instituições. O índice de aplicação destas medidas tem aumentado, o que vem demonstrar a vigilância activa das comissões sobre a vida das crianças e das famílias como um indício do cada vez mais intenso controle social sobre a infância e a juventude e de um processo de reconstrução do conceito sociológico de criança em perigo, Fonseca (2002, p.196).

Concluindo e citando o artigo “Conclusões dos Encontros de Avaliação da actividade das CPCJ em 2000” de Paulo Santos, há conclusões fundamentais a ter em conta na actuação das CPCJ. Primeiro a criança só deve ser institucionalizada quando esgotadas todas as alternativas não institucionais; depois a intervenção na família:

- implica um diagnóstico apurado e em todas as suas vertentes, nomeadamente social, psicológica, educativa e de saúde;
- pressupõe a inexistência de preconceitos;
- deve basear-se nas capacidades e recursos positivos das famílias, devendo ser trabalhados e mobilizados, por forma a terem um efeito desmultiplicador;
- pressupõe o envolvimento da família como agente da sua própria mudança;
- pressupõe a rentabilização das respostas existentes, nomeadamente os serviços com responsabilidade na área da infância e juventude, os projectos, os programas, as medidas;
- pressupõe a mobilização das potencialidades da rede social;
- deve ser sistémica.

Ao tratarmos da questão da protecção de *crianças e jovens em perigo* no nosso país, não poderemos deixar de salientar a actuação dos serviços de Segurança Social. Os principais mobilizadores destes serviços são outros organismos do Estado (sistema de justiça, autoridades policiais e CPCJ). Se isto é verdade para as idades mais novas, sobretudo inferiores a um ano, também é verdade que a comunidade, os indivíduos de *per si* apresentam mais denúncias à segurança social sobre crianças e jovens mais velhos, sobretudo entre os 13 e os 18 anos.

No que respeita às situações mais participadas à Segurança Social, predominam os casos de crianças em perigo por negligência, abandono, maus tratos e abusos sexuais. Também são significativos os casos de perigo para as crianças e jovens por casos de alcoolismo, toxicodependência e prostituição dos progenitores ou da família com quem vivem.

Os serviços de segurança social intervêm em todos estes casos sob uma abordagem pluridisciplinar e articulada, de forma a trabalharem no seio da família, onde são facilmente encontradas as causas da problemática da criança ou jovem.

5. Revisão de conceitos

Antes de prosseguirmos será pertinente fazermos uma revisão dos conceitos-chave que estão aqui em destaque, de modo a que na análise no terreno tenhamos a percepção clara do que significa cada um deles.

Para compreendermos a problemática das *crianças em perigo* é necessário, antes de mais, entender o que é esta fase da vida humana: a infância. É um conceito que tem encontrado várias definições, sendo que para percebê-lo há que ter em conta a sua extensão (por referência ao tempo que dura), a sua natureza (por referência às qualidades particulares que a distinguem do adulto) e o seu significado (quão importantes estas diferenças são consideradas), Ferreira (2000, p. 24). Existem, então, três aspectos em que o conceito de infância pode variar: as suas fronteiras (a definição de quando começa e quando acaba); as suas dimensões (diferentes perspectivas tentam definir os atributos específicos da infância como da idade adulta); e as suas divisões (o período da infância desde o nascimento até à juventude pode ser subdividido em várias fases). Deste modo, ao falarmos de infância e da criança, o primeiro conceito evoca um período de existência que constitui uma camada da população universal, estando presente em toda a sociedade; enquanto que o segundo conceito se refere a um ser humano. Portanto, qualquer definição quer de infância, quer de criança, acaba por funcionar como construção social que existe como representação social.

Os conceitos infância e criança são habitualmente usados de forma indistinta, mas é pertinente distingui-los de modo mais claro e profundo. Ao falarmos de infância, acedemos a um conhecimento da realidade distinto de criança, mentalmente estruturado, construído a partir da existência de crianças, mas em que ela é singularizada e reduzida a um único conceito. Podemos considerar a infância como um conjunto social constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada fase da vida, prevalecendo a busca de aspectos uniformes e homogéneos característicos dessa fase da vida humana.

A infância é, segundo autores como Manuela Ferreira, um objecto socialmente construído com propriedades sociais, históricas e antropológicas, podendo assim falar-se de construção social da infância, a qual aparece como estrutura específica e de componente cultural das diversas sociedades. A infância pode ser representada como uma unidade (ao ser referida como fase da vida, diferente da do adulto, mas essencial em termos do desenvolvimento humano), e como diversidade (ao estarmos perante diferentes atributos sociais que fazem

distinguir as crianças umas das outras e subentendem diferentes trajetórias biográficas). Perante isto, falar de infância, significa estar perante a construção de um conceito socio-histórico, plural, desigual e conflitual, Ferreira (2000).

Por seu lado, ao ser referido o conceito de criança também falamos de um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas infantis consoante as diferentes classes a que pertencem, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses e ainda diferentes níveis etários.

Devemos, a este propósito, referir que talvez a definição mais simples do conceito de criança seja dada pela Convenção sobre os Direitos da Criança (sobre a qual falarei adiante), que no seu artigo 1º define criança como “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Consideraremos, perante isto, que infância é o período de tempo em que um ser humano é criança. Apesar de parecer demasiado simplista, esta definição será, certamente, acessível a todos, já que nós, cientistas sociais, temos de nos expressar numa linguagem clara e perceptível.

Tem havido, pois, uma equivalência entre ser criança e atingir todos os direitos cívicos. Outros contextos e tradições jurídicas, que não os portugueses, consideram que a infância termina mais cedo (por exemplo, no fim do ensino obrigatório). A nível da legislação internacional, o limite do que é considerado “infantil” tem baixado para os 16 anos.

De toda esta discussão conceptual pode concluir-se que não há uma forma só de ser criança. A infância não é uma experiência universal com uma duração fixa, mas constrói-se de várias formas, fazendo transparecer as diferenças individuais relativas à inserção do género, classe, etnia e história. Cada criança, com a sua história, o seu meio socio-económico-cultural constrói o seu próprio mundo da infância.

Mas sem dúvida que o conceito base de todo este estudo é o de *criança em perigo* (até há bem pouco tempo designada como criança em risco). A criança, por definição, e pelas várias vulnerabilidades associadas ao ser criança está exposta a riscos acrescidos. Assim, o conceito lato de *Criança em risco/ perigo* abrange um vasto leque de situações. Para uma correcta definição deste conceito não podemos esquecer que a família é o primeiro responsável pela sobrevivência da criança, satisfazendo as suas necessidades primárias, físicas (alimentação e

protecção contra o perigo) e sócio-emocionais (interacção, afecto, atenção, estímulo e aceitação). Nesta perspectiva pode definir-se criança em perigo/ risco aquela que pelas suas características biológicas ou pelo seu contexto familiar está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva. Podem ser considerados vários tipos de risco, Penha (1996, p. 12):

- ❖ Crianças em risco estabelecido – crianças que precocemente apresentam um desenvolvimento atípico, relacionado com deficiências ou doenças;
- ❖ Crianças em risco biológico – crianças com grande possibilidade de apresentarem alterações e atrasos no seu desenvolvimento devido a lesões de tipo biológico (condições pré e peri-natais, parto prematuro, complicações durante a gravidez);
- ❖ Crianças em risco envolvental – crianças em situação de privação sócio- afectiva (pobreza, marginalidade, falta de cuidados primários, perturbações mentais dos pais, entre outros).

Actualmente considera-se que os factores de risco demonstram não existir uma causa única, verificando-se que os problemas graves são consequência da acumulação de factores de vária ordem. Portanto, a etiologia do risco tem sempre de ser problematizada num quadro referencial interactivo, no qual as condições sócio-económicas e culturais da família, as características biológicas da criança e as características da personalidade dos pais, actuam de forma dinâmica e recíproca, Penha (1996, p. 12).

No fundo e como as definiu o autor Pedro Strecht, (2003, p.60) “estas são crianças sobre as quais não se pode continuar a pensar se não sob a forma de uma preocupação geral, que por fazerem parte de uma realidade nacional crescente, implica mudanças nas famílias, nas comunidades, nas escolas. Estas são o tipo de crianças que, sem nenhuma intervenção atempada, têm tudo a favor para, no futuro, aumentarem o número dos que anualmente são excluídos do sistema de ensino obrigatório, dos que cedo se iniciam no consumo precoce de drogas e no risco de comportamentos delinquentes. São crianças que, apresentando graves dificuldades na escola, não dizem apenas respeito a um problema na área da educação. São a expressão de organizações sociais e familiares de risco que funcionam como as verdadeiras raízes dos problemas.”

III. Estudo de caso: a intervenção da Associação de Beneficência Luso-Alemã na protecção das crianças e jovens em perigo

1. Breve resenha histórica da instituição – enquadramento social e comunitário

A Associação de Beneficência Luso-Alemã, fundada em Fevereiro de 1984, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), reconhecida como Pessoa Colectiva de utilidade Pública. As instalações da Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA) foram construídas num terreno cedido em Direitos de Superfície pela Câmara Municipal de Cascais, tendo um total de 2000 m² de superfície coberta

A instituição sedeadada em Carcavelos, ficava, assim, localizada perto de dois bairros degradados do Concelho de Cascais – o Bairro das Marianas, em Carcavelos, e o Bairro das Taínhas, na Parede – que eram, na altura, considerados bolsas de pobreza, e cujos habitantes estão actualmente inseridos no âmbito do Programa Especial de Realojamento, já a decorrer.

Tal como a maioria das IPSS, também esta tem várias valências, sendo os serviços prestados de natureza diversa, abrangendo um grande número de utentes.

O Centro Social Infantil recebe diariamente cerca de duzentas crianças, na sua maioria de minorias étnicas, essencialmente provenientes do Bairro das Marianas, ou de famílias que ali moravam mas que já foram realojadas. O Centro está dividido em três valências de apoio à infância - Creche (para crianças dos 4 meses aos 2 anos); Jardim de Infância (para crianças entre os 3 e os 5 anos); ATL (para crianças dos 6 aos 10 anos), sendo que todas as famílias pagam uma mensalidade calculada em função do seu rendimento per capita.

A ABLA tem também trabalhado com adolescentes e jovens através do seu “Clube Arco Íris”. Este clube é um espaço “porta aberta” a todos os jovens que queiram aderir às suas actividades desportivas e de animação. Também tem lugar no Clube Arco Íris o apoio escolar a crianças e adolescentes que já não frequentam o ATL, mas que necessitam de auxílio nos

trabalhos de casa não só por terem pais ausentes, mas sobretudo porque as dificuldades nos estudos são bem notórias.

A ABLA presta ainda apoio e aconselhamento a toxicodependentes, através de uma Equipa de Rua que percorre diariamente, numa autocaravana, os bairros degradados do Concelho de Cascais, ou os pontos de afluência de toxicodependentes. A equipa é constituída por dois psicólogos, uma enfermeira e três mediadores sociais. Actualmente a equipa tem a designação de “Encontros com Resposta II”, sendo já o terceiro ano do projecto, tendo sido criada ao abrigo de um protocolo celebrado entre a ABLA, a Câmara Municipal de Cascais e o Instituto da Droga e da Toxicodependência, no âmbito do Programa de Redução do Risco e Minimização de Danos da Toxicodependência. O serviço prestado pela equipa enquadra-se no âmbito da prevenção terciária, e tem como objectivo principal a recuperação e posterior reinserção social e profissional dos toxicodependentes. De referir que a ABLA, nos últimos dois anos, contribuiu directamente para a reinserção profissional de três ex-toxicodependentes, integrando-os no seu corpo de funcionários.

Também no âmbito da toxicodependência, a instituição tem desenvolvido um outro projecto de prevenção, mas ao nível da primária, levando semanalmente duas equipas de educadoras de infância às escolas públicas do 1º ciclo, trabalhando áreas como decisões, valores, sentimentos e auto-estima. Para além disso, na própria instituição é feito um trabalho contínuo de prevenção primária em cada sala do pré-escolar.

A ABLA presta também serviços no âmbito do combate à info-exclusão, principalmente dirigidos à população carenciada do concelho. O Espaço Internet, diariamente aberto, possibilita o acesso gratuito à Internet, proporcionando aulas de informática de nível básico com a atribuição do respectivo Diploma de Competências Básicas (DCB) reconhecido por lei.

De forma regular e acompanhada a ABLA tem um serviço de atendimento social, recebendo mensalmente cerca de cinquenta famílias. É prestado um trabalho técnico de serviço social, e é dado apoio em géneros alimentares, vestuário e medicação, provenientes de doações de diversas instituições e empresas. Duas vezes por ano a ABLA é incluída no Programa

Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados, organizado pelo ISS, dando um cabaz de alimentos mais completo às famílias apoiadas pela instituição. Além disto, no Natal, a Câmara Municipal de Cascais atribui um cabaz com produtos próprios daquela quadra a cada família sinalizada pela ABLA, sendo feita uma distribuição de alimentos pela e na própria instituição.

Deve ser aqui referida a iniciativa promovida pela instituição do apadrinhamento de crianças desfavorecidas. No âmbito desta acção, 210 crianças são apadrinhadas de forma que todos os meses, uma família voluntária, previamente referenciada, doa uma quantia de €26, que reverte a favor de uma criança. Este montante é aplicado na compra de medicamentos, alimentos, roupa ou na formação escolar da criança. Os padrinhos podem visitar a criança e, em princípio, mantêm um certo contacto com ela. Além disso uma técnica da instituição contacta e visita regularmente a família e a criança apadrinhada.

A mais recente valência da ABLA, que teve início no decorrer desta investigação é o Serviço de Apoio Domiciliário. Um serviço que tem por objectivo auxiliar pessoas dependentes e idosas na sua higiene pessoal, na limpeza da sua casa, tratando de documentação e distribuindo-lhes também refeições.

A instituição dispõe de um serviço de alojamento, principalmente dirigido a doadores, mas não só, no sentido de proporcionar férias com preços e qualidade competitivos no mercado. Este é um serviço cujas verbas são uma fonte de sustento desta instituição.

Por último, esta instituição trabalha em parceria com várias organizações Não-Governamentais nos PALOPs, enviando ajuda humanitária, através de contentores, complementada com algumas deslocações ao terreno, ajudando a implementar e acompanhando processos de Desenvolvimento Comunitário na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

2. Diagnóstico, caracterização das crianças em perigo e perfil social das suas famílias.

Desde há vinte anos no terreno a instituição tem-se deparado com várias situações de *crianças em perigo* ou mesmo sendo já alvo de maus tratos ou abuso no seio familiar. Assim, depois de

um percurso com algumas dúvidas e com a experiência adquirida, anualmente e à medida que se conhecem melhor as crianças e as suas famílias, tem sido feito um diagnóstico das *crianças em perigo* na instituição.

No decorrer desta investigação, a ABLA fez uma candidatura ao Programa Ser Criança, promovido pelo Instituto de Segurança Social, I.P, sendo abrangidas nessa candidatura apenas as crianças em situação de perigo. Para isso foi feito um levantamento exacto de quantas crianças estavam nesta situação (ano lectivo 2004/2005), tendo-se concluído que trinta e sete delas se encontravam em perigo, pertencendo a 22 famílias (já que algumas delas são irmãs.)

Pretende-se neste ponto caracterizar as crianças, de acordo com a análise do dossier individual. Apresentando o diagnóstico das crianças em perigo, é caracterizada a criança através dos dados referentes ao seu agregado familiar, faixa etária, naturalidade e situação de risco em que vive, traçando, pois, o perfil social das famílias.

Quadro 1

Caracterização das *crianças em perigo* segundo a situação familiar

Tipos de Agregados Familiares		Totais
		N.º
Nucleares	Nuclear com irmãos	12
	Nuclear sem irmãos	2
Monoparentais	Monoparental materna com irmãos	6
	Monoparental materna sem irmãos	2
Totais		22

Os menores são maioritariamente originários de um tipo de grupo doméstico do género nuclear (12), composto por pai, mãe e irmãos encontrando-se também a predominância das famílias monoparentais maternas com irmãos, notando-se com a análise deste quadro que contrariamente ao que é do senso comum na sua maioria as crianças em perigo não derivam de famílias monoparentais, mas a maioria delas vive com pai, mãe e irmãos, os problemas surgem noutra âmbito como analisaremos adiante. É interessante notar que nenhuma das crianças provém de uma família monoparental paterna, o que nos leva a concluir que a mãe é o elemento suporte das famílias analisadas. Muitas vezes o pai além de estar totalmente

ausente, por motivos de desentendimento conjugal ou outros, também não expressa qualquer intenção de auxiliar financeiramente no sustento dos filhos. Além disto, o que se verifica é que por vezes as crianças são filhas de pais diferentes, estando a mãe sozinha com todas elas e a figura masculina constituir outra família.

Quadro 2
Caracterização das famílias segundo as
habilitações literárias dos progenitores/ responsáveis

Habilitações Literárias	Feminino	Masculino	Total
Sem habilitação	5	0	5
1º ciclo do ensino básico	3	6	9
2º ciclo do ensino básico	5	2	7
3º ciclo do ensino básico	6	3	9
Ensino Secundário	3	1	4
Ensino Superior	0	1	1
Total	22	13	35

Nota: Informação em falta de 9 pais de crianças, já que no dossier individual não constava essa informação, na maioria porque os pais não vivem com a família.

Pela análise do quadro conclui-se que, na sua maioria, os progenitores/responsáveis pelas crianças apresentam um baixo índice de capital escolar: apenas nove possuem o ensino primário, sendo que cinco não chegaram a completar o 1º ciclo. É de salientar o facto de não existir nenhum analfabeto. Considero ainda interessante o facto de haver um licenciado, o que vem contradizer a ideia de que as situações de perigo para as crianças só surgem nas famílias com baixas habilitações literárias. Ainda assim e relembrando o que anteriormente foi dito sobre a importância da educação, estes dados vêm comprovar que pais que não estudaram têm menos capacidades de proporcionar à criança todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento (afectivas, pedagógicas, cuidados de saúde, entre outras). As situações de risco identificadas dizem respeito, na maior parte dos casos, à negligência sócio-afectiva e física (falta de higiene, falta de uma dieta alimentar adequada, falta de interesse e acompanhamento das questões escolares da criança, falta de acompanhamento médico adequado à idade). Podemos, pois, confirmar que a educação leva as pessoas a terem

consciência do seu papel enquanto actores sociais, logo, o conhecimento ajuda-as nas actividades diárias.

Também o que foi discutido na segunda parte desta investigação, sobre o acesso desigual de rapazes e raparigas à educação é confirmado por estes dados. Os números mostram-nos que as mulheres têm habilitações literárias mais baixas, percebendo-se que na geração anterior a esta este procedimento era habitual: os rapazes frequentavam a escola e as raparigas trabalhavam em casa ou serviam nas casas de pessoas ricas.

Quadro 3

Caracterização das famílias segundo a profissão dos progenitores/ responsáveis

Profissão	Mãe	Pai	Total
Trabalhadores qualificados	0	1	1
Trabalhadores não qualificados da indústria e da construção	1	10	11
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	14	0	14
Desempregado	7	3	10
Total	22	14	36

Nota: Por ausência de informação nos dossiers individuais de algumas crianças, falta a profissão de 8 pais, tendo apenas a informação relativa às mães.

Quanto à situação profissional dos progenitores/ responsáveis das crianças, e como consequência das habilitações literárias anteriormente analisadas, verifica-se a predominância de trabalhadores não qualificados quer da indústria e construção (11) quer dos serviços e comércio (14), notando-se ainda uma grande incidência do desemprego (7) sobretudo entre as mulheres, já que muitas delas por terem vários filhos vêm-se na contingência de ficar em casa, sendo domésticas por obrigação. Além disto o facto de terem baixas habilitações prejudica-as no acesso ao mercado de trabalho, dada o aspecto da menor força física, da exigência de uma maior disponibilidade pessoal para cuidar dos filhos, sendo que os homens apesar de também terem poucas habilitações, têm um mais directo e rápido acesso ao mercado de trabalho.

Os homens exercem na sua maioria profissões pouco qualificadas na indústria e construção, sendo que as mulheres são empregadas nos serviços ou comércio como empregadas de mesa ou balcão, ajudantes de cozinha ou empregadas de limpeza.

Quadro 4
Caracterização das famílias segundo a nacionalidade
dos progenitores/ responsáveis ⁵

Origem familiar	N.º
Angola	2
Brasil	1
Cabo Verde	2
China	1
Guiné-Bissau	7
Portugal	9
Totais	22

Do quadro anterior concluímos que quase metade das crianças em perigo da instituição provém de famílias de origem portuguesa (9), e não de famílias africanas. Dentro das famílias africanas, predominam as de origem guineense (7), cabo verdiana e angolana com igual número (2). Estes números explicam-se não só pelo facto desta instituição ter como público-alvo o povo africano em Portugal (já que o objectivo da sua fundação era auxiliar os refugiados das ex-colónias), mas também porque a grande massa migratória para o nosso país até há uns anos era africana, instalando-se nos bairros formados por aglomerados de barracas, aos quais a ABLA sempre deu especial apoio pelo seu carácter beneficente.

Quadro 5
Caracterização das crianças em perigo segundo a valência que frequentam

Valência	N.º	N.º total de crianças na valência	%
Creche (0 aos 2 anos)	7	56	12,5
Jardim-de-Infância (3 aos 5 anos)	10	82	12,2
ATL (6 aos 11)	20	52	38,4
Totais	37	190	19,4

⁵ De notar que nos casos da convivência dos dois responsáveis na mesma habitação da criança, ambos têm a mesma nacionalidade, daí não haver distinção do feminino e masculino.

No que respeita à valência que as crianças frequentam, verifica-se pela análise do quadro que mais de metade estão inseridas nas Actividades de Tempos Livres (ATL), portanto frequentam o ensino básico da rede pública e depois das aulas são acompanhadas na ABLA não só ao fazer os trabalhos de casa, mas também com actividades que lhes proporcionam lazer e divertimento. É na faixa etária dos 0 aos 2 anos que as situações de perigo são em menor número, ainda que nos leve a duvidar se são realmente mais reduzidas, ou se existem mas por serem idades em que expressam de maneira diferente (menos visível) o que vivem em casa não é tão fácil diagnosticar o perigo.

Quadro 6

Caracterização do habitat em que vivem as famílias das *crianças em perigo*

Habitat	N.º
Barraca	6
Anexo	1
Apartamento	13
Vivenda alugada	1
Estalagem	1
Totais	22

O habitat é um dos aspectos que influenciam as condições de desenvolvimento e o bem-estar das crianças, tendo repercussões não só ao nível físico, como também nos comportamentos sociais e organizacionais da família. Pela análise do quadro vemos que a maioria das crianças vive num apartamento (13), o que por si só vem contradizer a ideia de que só as crianças de bairros de barracas estão em perigo, sendo que seis famílias habitam em barracas, um numa estalagem e ainda outra num anexo. Sem dúvida que não podemos deixar de reconhecer a influência negativa que as condições degradadas de alojamento exercem sobre o indivíduo com reflexos profundos nos comportamentos, no status e no relacionamento social, Penha (1996, p. 39). Certamente não é indiferente nascer num bairro degradado, onde existem situações de pobreza crónica extrema, viver em condições habitacionais abaixo do limiar do inimaginável, ter de aceitar realojamentos camarários feitos sem respeito por condições humanas básicas, assistir a desemprego contínuo ou emprego muito precário dos membros da família, Strecht (1999, p. 203).

Se o direito a uma habitação condigna é um direito de qualquer criança (qualquer ser humano), é notória a negação destes direitos à maioria destas crianças. A realidade é que não só as barracas são lugares sem as mínimas condições de salubridade e higiene, impróprias para qualquer pessoa, muito menos para uma criança, mas também alguns apartamentos apresentam não têm as mínimas condições habitacionais. Nestes casos a falta de condições advém das enormes lacunas que os pais têm ao nível dos cuidados básicos de higiene talvez porque poucos adquiriram esses princípios.

Quadro 7

Caracterização das crianças segundo a situação de perigo/risco em que vivem

Perigo/ Risco	N.º
Violência Doméstica	6
Abuso Sexual	1
Alcoolismo no seio familiar	2
Toxicoddependência no seio familiar	1
Maus Tratos	3
Negligência (sócio-afectiva e física)	9
Totais	22

Por último, analisando as situações de perigo em que as crianças vivem, verificamos que a maioria delas vive lado a lado com a violência doméstica (6), quer sendo vítimas directas ou projectando-se entre cônjuges ou dos pais para com os irmãos. Verifica-se que 9 destas crianças sofrem de negligência, quer ao nível sócio-afectivo, quer a nível físico (na satisfação das suas necessidades básicas). Esta negligência resulta de três tipos de situações (cf. anexo n.º 1): situações de monoparentalidade materna em que a mãe muda de parceiro com frequência, e em que as crianças têm todas pais diferentes; situações de instabilidade familiar normalmente criadas pela figura paterna com quadros de depressão, sendo a mãe a base familiar; e situações de doença psíquica de um dos progenitores. Aliada a estas três situações está a pobreza destas famílias. Para além disto encontramos 2 situações de alcoolismo dos progenitores, provocando, na maioria dos casos, situações de violência doméstica no seio familiar, projectando-se também em maus tratos para com as crianças. Portanto, como tão bem definiu Pedro Strecht “a cultura específica de meios sociais de risco, onde a pobreza, o

isolamento, e a intensidade envolvente de actos ilícitos, como o tráfico e consumo de drogas, a prostituição ou o roubo, são o livro de conduta pelo qual se é obrigado a ler a realidade envolvente”, Strecht (2003, p. 46).

É importante referir aqui a divisão das situações que constituem perigo para a criança. Alguns autores consideram os maus tratos em várias situações: o mau trato físico, a negligência, o abuso sexual e o mau trato psicológico, Canha (2003, p. 33). Enquanto outros autores como Manuela Calheiros, distinguem maus tratos, de negligência e de abuso sexual. Os maus tratos são vistos como a agressão física à criança, enquanto que a negligência surge quando não há a satisfação das necessidades básicas da criança. O abuso sexual, como o próprio nome indica, surge quando a criança é abusada sexualmente.

Neste estudo optaremos por esta última distinção, já que é também a definição seguida pela instituição, e que está presente nas fichas individuais das crianças.

Em síntese, e tal como fora constatado no estudo referido no ponto 4.4 desta investigação, concluímos que a família tipo destas crianças em perigo é uma família nuclear com irmãos, cujos progenitores ou tutores têm um baixo índice de capital escolar que varia entre o 2º ciclo para a figura masculina e o 1º ciclo para a figura feminina, advindo daqui profissões não qualificadas como a da construção para os homens e empregadas de limpeza para as mulheres. Esta família poderá ser de origem portuguesa ou guineense, habitando num apartamento e estando a negligenciar (sócio-afectiva e fisicamente) a(s) criança (s) a seu cargo. É interessante que os resultados de um estudo feito há seis anos a nível nacional, são similares aos obtidos num universo muito mais pequeno, de apenas 22 famílias num contexto institucional.

Toda esta análise leva-nos a concluir que estas famílias têm um baixo índice de Desenvolvimento Humano, uma vez que, e conforme vimos na definição deste conceito, estas famílias, e conseqüentemente as suas crianças:

- não têm uma vida saudável (a negligência ao nível da saúde é acentuada também pela falta de conhecimento de como se protegerem de determinadas doenças),
- não adquirem conhecimento (além das baixas habilitações não procuram incrementar o estudo e a necessidade de formação por não terem possibilidades financeiras e pessoais),

- não têm acesso a alguns dos recursos necessários para terem um nível de vida digno (a pobreza leva-os à exclusão de alguns serviços)
- e ao mesmo tempo acabam por não ter segurança pessoal (o facto de muitos morarem em zonas habitacionais degradadas ou de realojamento leva à falta de segurança).

3. Apresentação dos resultados das entrevistas

Neste capítulo pretende-se apresentar o resultado das perguntas, feitas aos educadores de infância da ABLA, seguindo um guião semi-estruturado (Anexo n.º 2) centrado em determinados tópicos, de modo a proporcionar uma maior amplitude dos temas a abordar pelos entrevistados.

Antes de passarmos à explicação de como foram analisadas as entrevistas, deveremos apresentar um quadro dos entrevistados, de forma a caracterizar a amostra deste estudo.

Nome fictício	Experiência profissional	Tempo de serviço na ABLA	Idade	N.º anexo
Sílvia	14 anos	14 anos	36	3
Célia	6 anos	6 anos	31	4
Cidália	3 anos	3 anos	27	5
Deolinda	30 anos	7 anos	48	6
Filipa	7 anos	7 anos	36	7
Carmo	16 anos	16 anos	38	8

Para análise das entrevistas procedeu-se a uma análise de conteúdo por ocorrências. Assim, depois de transcritas as entrevistas em documentos paginados, como referi anteriormente, à medida que se iam lendo os dados, destacaram-se palavras, frase, padrões de comportamento, formas dos educadores pensarem e acontecimentos que representavam padrões para eles. Assim, passou-se à construção de um sistema de codificação que exigiu a leitura e re-leitura de todos os materiais na procura de regularidades e padrões, bem como de tópicos neles presentes. Emergiram, então, 8 categorias principais, as quais são apresentadas no quadro seguinte.

Categorias Principais	Sub - categorias
I Diagnóstico	1.Comportamentos e atitudes das crianças. 2.Negligência
II Situações mais frequentes	Situações que ocorrem com mais frequência nas várias valências.
III Procedimentos	Etapas percorridas pelos educadores ao detectarem uma criança em situação de perigo.
IV Trabalho na sala de aula	Diferenças do trabalho com crianças em perigo e crianças fora desta situação.
V Reacções	Reacções e atitudes da família da criança sinalizada.
VI Recursos e articulação	Identificação das entidades parceiras e aferição do grau de eficácia dessa articulação.
VII Avaliação da acção	Avaliação feita pelos educadores das estratégias e procedimentos seguidos actualmente na instituição.
VIII Novas estratégias	Proposta de novas formas de abordagem em situações de crianças em perigo.

Passamos, então a apresentar os resultados obtidos na análise se conteúdo das entrevistas feitas aos educadores de infância: Diagnóstico (1); Situações mais frequentes (2); Procedimentos (3); Trabalho na sala de Aula (4); Reacções (5); Recursos e Articulação (6); Apreciação (7) e Novas estratégias (8).

3.1. Diagnóstico

A primeira categoria de codificação encontrada como resultado da análise de conteúdo feita às entrevistas realizadas foi o diagnóstico. Este decorreu da primeira pergunta colocada a todos os entrevistados e foi abordado sobre dois aspectos: Comportamento (1) e Negligência (2).

3.1.1 Comportamento

A sub-categoria comportamento que não é comum é o que desperta imediatamente a atenção do educador de que alguma coisa na criança não está bem.

Muitas vezes está associado às expectativas das crianças, normalmente pode estar acompanhado de uma grande agressividade, de uma necessidade muito grande de fazer mal aos outros (...) Outras vezes a situação provoca nos miúdos alguma inactividade, abstêm-se

completamente das actividades, de relacionamentos dentro da própria sala, acompanhada por uma tristeza profunda (...) e a frustração. (Sílvia: 1)

(...) o principal sinal é o comportamento da criança. (...) são mais excitadas, outras também são demasiado caladas, optam pelo silêncio. (Célia: 1)

(...) quando observamos o comportamento dela na sala com as outras crianças. (...) há crianças que podem demonstrar de uma forma agressiva mas também podem demonstrar de outra forma, recusando-se a comer, ou até mesmo a vomitar, chorando muito, podem ser sinais de alerta. (Cidália: 1)

Muitas vezes agente observa que a criança muda o comportamento, ou porque está mais agressiva, ou a chorar, ou inquieta, não consegue concentrar-se. (...) perturbações no sono, ou nega-se a comer, às vezes vem a vomitar o que come, são alterações, são alertas. (Deolinda:1)

Nós estamos atentos aos comportamentos das crianças. (...) ela punha-se sempre debaixo das mesas, (...) eu achava que não eram comportamentos adequados para uma menina. (Filipa:1)

(...) descontrolo em termos de esfíncteres, outros sinais em termos de uma enorme instabilidade emocional, alguns através de dificuldades de desenvolvimento global, outros com problemas de fala. (...) Miúdos com 4 e 5 anos que têm mesmo problemas em termos de articulação e de exprimirem aquilo que lhes vai na alma. (Carmo: 1)

Em termos de comportamento há dois opostos: o da agressividade e o da apatia e isolamento. São duas formas completamente distintas da criança mostrar que algo não está bem na sua vida, na sua família, na sua casa e que isso a afecta. *Cada uma tem a sua forma de exteriorizar (Célia:1)*

Dependendo da personalidade da criança e da situação vivenciada, ela vai reagir de diferentes maneiras.

Todos estes comportamentos e atitudes advêm de causas tão diversas como o modelo de violência observado em casa, os relacionamentos conflituosos dos pais, ou sofrimentos infligidos às crianças (abuso sexual, maus tratos, negligência, entre outros).

(...) se vive isso em casa, também vai vivenciar isso aqui na escola na forma como vai lidar com as outras crianças. (...) nomeadamente uma situação, em que a criança assistiu o pai a maltratar a mãe (...) às vezes o pai ainda bate na mãe quando faz visitas espontâneas. A criança aparentemente até é um pouco calma, mas vivencia muito estas situações que são bastante traumáticas. (Célia:1)

(...) os relacionamentos entre os pais afecta muito as crianças e isso também se tem notado muito na sala de aula (...) Posso dar o exemplo daquele menino que não come, aos 2 anos ele ainda come tudo passado (...) os pais estão separados. (Cidália:1)

(...) ela estava sempre debaixo da mesa (...) mais tarde eu venho a saber que ela era abusada sexualmente.(Filipa:1)

(...) o pai usava a violência, batia à mãe, ele chegou a dizer que pegava no chinelo para bater no filho mas só como medida de repreensão. (...) A própria mãe apareceu marcada e ela não negava a dizer que era o marido. (Filipa:2)

3.1.2. Negligência

Outra situação que desperta o diagnóstico por parte dos educadores é a negligência (2ª subcategoria) visível na criança, nos pequenos pormenores do dia-a-dia.

(...) por parte dos pais uma negligência, quando uma criança apresenta na escola falta de higiene, uma criança que se queixa que tem fome, é sinal que não comeu, uma criança que não quer ir embora, sistematicamente não gosta de ir embora, quando vê o pai ou a mãe não vai de uma forma espontânea ter com os pais, olha e ignora. (...) há falta de alimentação, nem sempre a higiene também é feita. (Célia:1)

(...) ver também a forma como ela vem cuidada de casa ou não cuidada, se há falta de higiene. (Cidália:1)

(...) as crianças não se apresentam como têm o direito de estarem limpinhas na instituição. (Carmo: 2)

Para além da negligência ao nível das suas necessidades básicas (higiene e alimentação) ser um sinal de alerta para os educadores, também observam que essa negligência parental pode estender-se ao nível afectivo e relacional:

(...) uma grande falta de carinho, de afectividade para com os filhos (...) há muita falta de tempo de qualidade, o tempo que os pais passam com eles não tem qualidade. (Célia:1)

Este educador refere os dois opostos:

(...) os pais muitas das vezes parece que estão tão atarefados no dia-a-dia que se esquecem do tempo para com os filhos. São as babysiters electrónicas, colocam as crianças à frente delas, os que têm essa possibilidade financeira de ter DVDs, vídeo, computadores.

(...) Os que moram em bairros sociais, não têm os computadores, os jogos para jogarem, os DVDs para verem, muitas vezes ficam na rua a brincar até altas horas da noite, muitas vezes sem jantar, depois chegam a casa cansados e não há um banho. (Célia: 2)

Como defende Penha (1996, p.11) “o grupo familiar constitui o primeiro contexto responsável pela “supervivência” da criança, através da satisfação das necessidades primárias, físicas (alimentação, abrigo e protecção contra o perigo) e sócio-emocionais (interacção, afecto, estimulação, aceitação e jogo).” Os educadores entrevistados referem as lacunas existentes exactamente nestes dois aspectos: negligência parental ao nível dos cuidados básicos e necessidades da criança, assim como a falta de afectos no relacionamento entre pais e filhos. A educadora Carmo refere também a negligência ao nível do acompanhamento dos filhos no percurso escolar, na sua educação e formação.

(...) Há outro tipo de negligência, que são pais que estão pouco envolvidos em tudo o que diz respeito à família... não parecem quando são solicitados, trazem os filhos quando lhes apetece, sente-se que os meninos andam perdidos, não têm uma boa relação. (Carmo: 3)

3.2. Situações mais frequentes

Quando questionados sobre as situações mais frequentes nas suas salas, os educadores elegem duas principais de entre uma tipologia de 6 situações (ver quadro 7):

A questão de negligência nas duas vertentes acima referidas é novamente focada, especificando:

(...) há uma grande falta de carinho, de afectividade para com os filhos, por vezes as condições financeiras como são escassas, há falta de alimentação, nem sempre a higiene também é feita. São casos que temos muito patentes na sala. (Célia:1)

(...) A maior problemática, na minha experiência tem sido a falta de cuidado dos pais em casa e falta de rotinas e de regras que as crianças também vivem e vêem em casa. (Cidália:1)

(...) Com mais frequência surgem situações de negligência mas também de maus tratos. (Deolinda:1)

(...) Temos muitas famílias monoparentais, temos famílias desestruturadas, pais separados, mães jovens e tudo isso de certa forma caracteriza um grande número da nossa população. (Carmo:1)

Aqui aparecem as famílias funcionalmente deficitárias, incapazes de assumirem as funções parentais por falta de maturidade, desorganização estrutural ou déficit na capacidade empática, estes são factores perturbadores de desenvolvimento físico e emocional da criança, Penha (1996, p. 13).

(...) aquela criança não sabia estar no espaço (...) aquela criança não tinha regras, porque não tinha uma mesa em casa, não sabia estar à mesa porque não a tinha (...) Ocupavam todos o mesmo espaço para dormir...portanto aquela criança não sabia como estar porque não recebia (...) aquela criança não recebia estímulos da parte familiar que no fundo é a parte basilar da estrutura emocional da criança. (Filipa:1 e 2)

Este educador referiu implicitamente a problemática da negligência, neste caso causada pela pobreza, estando também associada a uma situação de doença psíquica da mãe.

Tal como vimos no quadro 7, a violência doméstica também é das situações mais frequentes. Os educadores conseguem perceber isso depois de observação do comportamento, normalmente agressivo da criança e de várias abordagens à família.

(...) A violência doméstica, quando um dos pais agride o outro, verbalmente ou mesmo fisicamente e a negligência (Sílvia:1)

Daqui se conclui que as perturbações da vinculação pais-criança nos primeiros anos de vida estão vulgarmente presentes nos casos mais graves. Muitas vezes o que encontramos são

padrões extremos de relação ou comunicação: demasiado abandonados ou demasiado intrusivos. No primeiro grupo incluímos as situações de vida marcadas pelas separações, perdas, ausências, descontinuidade, intermitência na prestação de cuidados. No segundo grupo, caracterizadas pelos maus tratos e abusos emocionais, físicos ou sexuais. Em ambos, as experiências relacionais são pobres ou distorcidas e, por isso, sentidas como pouco gratificantes. Acresce ainda o facto de, muitas vezes, a falta de regras e limites dar origem a um funcionamento onipotente que potencia comportamentos de oposição e provocação, Strecht (1999, p. 205).

3.3. Procedimentos

Uma outra categoria de codificação encontrada é a dos procedimentos tomados quando é diagnosticada uma criança em situação de perigo.

Verificou-se que de uma forma geral os procedimentos abrangem três fases que nem sempre têm a mesma sequência: falar com a criança; levar a situação a reunião de educadores (aqui normalmente solicita-se a avaliação por uma educadora de ensino especial (já que normalmente as situações de perigo como as 6 que enunciámos, estão sempre associadas dificuldades a nível do desenvolvimento da criança); e falar com a família. Se for ainda uma situação de risco que ponha em causa eminente o bem-estar, educação, segurança, saúde e integridade física da criança, o caso é sinalizado à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

3.3.1. Abordagem à criança

(...) Em primeiro lugar começo por questionar a criança, pronto, ou tentar conversar com ela sobre o que poderá eventualmente estar a levá-la a ter esse comportamento. Normalmente, peço a alguém da equipa para observar comigo depois, provavelmente é a auxiliar que está na sala, comparamos atitudes ao longo do dia, (...) para percebermos se é uma constante ou se é esporádico (Sílvia:1)

(...) Primeiro nós sondamos e vamos ter a certeza de que as coisas estão a ocorrer (Deolinda:1)

(...) primeiro nós (...) abordamos, para tentar perceber um bocadinho se é uma situação pontual ou se já houve outras situações. (...) Fala-se com a criança, tenta-se perceber o que é

que aconteceu (...) estamos sempre atentos à criança, àquilo que ela diz e às suas atitudes. (Carmo:1)

Esta abordagem à criança é feita com muito cuidado já que a criança pode retrair-se ainda mais e o educador ficar sem perceber o que se passou.

3.3.2 Apresentação da situação em reunião de educadores

Denota-se uma grande preocupação em pôr a equipa a par da nova situação observada, de forma a que todos possam cooperar na sua resolução.

(...) Depois levo a situação a reunião de educadoras, onde conversamos sobre aquilo que se está a passar, e onde eu normalmente em conjunto com elas, pergunto quais os passos que vamos seguir. (Sílvia: 1)

(...) no meu caso falo com a coordenadora, refiro porque é que a criança me está a preocupar, porque é que eu acho que é uma situação de alarme. (Célia: 2)

(...) gostamos sempre de pedir a opinião às nossas colegas para saber se realmente também concordam ou não. É feita a análise em equipa, falando em equipa sobre aquilo que temos estado a observar. (Cidália:1)

(...) levamos a reunião, temos uma reunião semanal, levamos esses assuntos e ali procuramos, porque às vezes eu tenho uma criança e a minha colega tem o irmão dessa criança e assim vamos comparar como as coisas se passam e se ela também já observou alguma coisa e depois sinalizamos essas crianças junto da coordenação. (Deolinda:1)

(...) primeiro comentamos umas com as outras e de facto chegamos à conclusão que há ali qualquer coisa que não está a funcionar correctamente. O comentar é no sentido de tentar esclarecer dúvidas que vão surgindo, não para badalar a família ou o estado da criança. (Filipa: 2)

(...) os procedimentos não são iguais nem rígidos, se bem que nós temos as coisas mais ou menos parametrizada, ou seja, vai depender da situação. Depende se já houve antecedentes (...)
(...) Olhamos para a situação sempre com um olhar atento no sentido de dar a resposta

imediate relativamente à problemática. Por exemplo se for uma situação em termos emocionais, problemas de desequilíbrio em termos familiares, normalmente a educadora junta-se comigo e conversamos acerca da problemática em questão, reflectimos um bocadinho sobre a família e se achamos que se calhar tem que haver alguma medida tomada rapidamente, pensamos quais as estratégias a adoptar. (Carmo: 3 e 4)

É importante para todos os educadores falarem da situação em equipa, até porque, como referiu um dos entrevistados, um colega pode ter um irmão dessa criança que ele sinalizou e pode também ter observado alguns sinais de alerta. A discussão em equipa parece constituir uma mais valia de forma a chegar ao âmago da questão o mais depressa possível para resolver a situação que está a afectar a criança.

Nesta fase normalmente é solicitada também a apreciação e avaliação da educadora dos apoios educativos de modo a ajudar a criança em perigo, (nestes casos pelas suas próprias características, não por factores externos) a ultrapassar dificuldades ao nível motor, cognitivo, comportamental, entre outros.

(...) depois é pedido a uma educadora de ensino especial para observar a criança, fazendo-se depois um relatório, encaminhando a criança para a área em que precisa de ser acompanhada. (Cidália:1)

(...) vamos falar com as pessoas que trabalham junto de nós e que podem também observar, e às vezes nós achamos que é uma coisa ou temos a ideia de que é uma situação e depois a especialista que é uma pessoa que tem muito mais experiência na área, faz uma observação e ainda nos abre mais o leque, ficamos com uma visão ainda maior. (Deolinda: 1 e 2)

(...) falamos com a Adélia, a educadora dos apoios educativos, é a pessoa que nos dá uma mão nesse sentido e é quem mais facilmente consegue movimentar-se nesses meios, falamos com ela, faz uma avaliação e se for para encaminha a coordenadora e a Adélia passam a agir. (Filipa:2)

(...) falamos com a educadora dos apoios educativos, tentamos encaminhar para uma avaliação psicológica ou conduzir a mãe e/ou o pai para uma terapia familiar. (Carmo:4)

(...) quando há algum sinal de alerta (...) temos uma educadora especializada, e pedimos a essa educadora para fazer uma avaliação um olhar externo, não tão directo por vezes é mais clarificador. Aí, essa educadora dos apoios educativos faz uma avaliação, senta-se com a educadora da criança, compara os dados e depois a partir daí definem a estratégia a adoptar. Ou a educadora especializada faz um plano individual para dar resposta às necessidades da criança, ou pode não ser essa a necessidade, e apenas dá algumas directrizes e estratégias à educadora para trabalhar de uma forma mais específica numa ou noutra área. (Carmo: 6)

Mais uma vez transparece nos vários discursos a importância do trabalho em equipa e o recorrer a outros meios complementares de diagnóstico e avaliação das situações. A Educadora dos Apoios Educativos é um elemento fundamental nesta equipa, que embora não esteja a tempo inteiro na instituição, é destacada para trabalhar dois dias por semana com as crianças sinalizadas. Esta educadora faz parte da ECAE (Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos) de Cascais, abrangendo várias instituições que, como esta, intervêm e fazem acompanhamento de crianças em situações de perigo.

3.3.3. Conversa com a família

Este é um passo fulcral e sempre difícil, mas no qual acabam por desvendar-se questões importantes que ajudam a perceber toda a situação que envolve a criança..

(...) Normalmente depois as famílias são convocadas (...) para uma conversa em que pode dar-se como desculpa o desenvolvimento da criança, depois fala-se sobre os comportamentos que estão alterados. (...) combino com a pessoa o que é poderemos fazer juntos. (Sílvia: 1 e 2)

(...) A seguir vou falar com os pais, pronto, se é família monoparental com quem a criança vive, se são pai e mãe, chamo os dois, e tento sondá-los, saber se há alguma alteração familiar, falar um pouco daquilo que se está a passar, tentar sondar os pais, perceber um pouco o que está a passar no seio familiar. (Célia: 2)

Como veremos a respeito de outra categoria de codificação, o confrontar as famílias com o problema nem sempre é fácil e as reacções são geralmente semelhantes entre si, dependendo, claro está, do tipo e gravidade da situação.

3.3.4. Sinalização à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Uma última fase, e quando já todas as hipóteses de intervenção foram esgotadas, os educadores levam o caso à CPCJ, de forma a haver uma intervenção mais específica, com técnicos especializados e cuja função é trabalhar exaustivamente com a família para eliminar a situação que constitui o perigo para a criança. Como foi referido a propósito do papel das CPCJ na intervenção nestas situações, estes órgãos apenas desempenham acções de natureza preventiva e de colaboração com os tribunais e têm competência para aplicar medidas de protecção a crianças, daí ser sempre fundamental a sinalização das crianças às comissões.

(...) é necessário partir para outras parcerias ou instituições que possam acompanhar o caso. (Sílvia: 2)

(...) normalmente depois todos os técnicos que estão envolvidos com a criança em questão reúnem-se, tentam promover acordos com a família para melhorar a situação, que depois são avaliados com alguma frequência e depois se houver evolução, continuam a ser feitos acordos no sentido da melhoria, se não há evolução, se não há de facto dos pais uma tentativa de melhorar, normalmente as coisas vão para o Ministério Público. (Sílvia: 4)

(...) temos que pedir a intervenção de técnicos especializados noutras áreas: psicólogos, terapeutas, protecção de menores e todos os outros órgãos que estão a trabalhar em parceria connosco que nos ajudam a solucionar estes casos. (Célia:2)

(...) tentamos encaminhar para as entidades competentes, APAV e diversas instituições que poderão dar uma resposta mais adequada. (Carmo:4)

(...) Os procedimentos não são iguais nem rígidos, mas as coisas estão parametrizadas, ou seja, vai depender da situação. Depende se já houve antecedentes, depende também se estamos a falar de maus tratos é uma coisa, se estamos a falar em termos de diagnóstico de alguma dificuldade nalguma área aí o procedimento já é outro. Olhamos para a situação sempre com um olhar atento no sentido de tentar dar a resposta imediata relativamente à problemática. (Carmo:3)

3.4. Trabalho na sala de aula

No que toca ao trabalho na sala de aula encontram-se alguns factos surpreendentes. Os entrevistados focaram bastante o trabalho como um todo, trabalhando com a criança como sendo única, um ser individual, mas integrada no grupo.

(...) À partida, por exemplo se é uma criança que não vem com a sua higiene feita, é um trabalho feito com todas, com o grupo também porque não gostamos de expor a criança individualmente, nem fazer um trabalho só com elas. Normalmente é um trabalho que é feito todos os dias, nas rotinas, quando vão à casa-de-banho, ter a preocupação que quando saem da sanita têm de lavar as mãos (...) mais particular com quem não tem esses hábitos e procuramos, no fundo, estar mais atentos para ver se eles fazem ou não (Sílvia:3)

(...) Em relação a maus tratos, normalmente as coisas também passam pelo grupo porque nós trabalhamos com as crianças o respeito pelo outro. Claro que se o pai bate na mãe ou a mãe bate no pai, a criança não está a vivenciar uma situação de respeito mas que é trabalhada, no fundo, na sala, no relacionamento deles com os amigos, com os adultos, com os colegas de outras salas. (Sílvia:3)

(...) todas as crianças, tentamos enquadrá-las de uma forma igual. Mas a nível emocional, no directo, muitas vezes há diferenças porque são crianças que... algumas isolam-se e nós precisamos de ir lá, conquistá-las. São crianças que muitas vezes precisam de estar sempre ao nosso lado para conseguirem fazer alguma coisa (...) eles precisam por vezes sentir a figura do professor, a presença ali ao lado deles, nós transmitimos essa segurança para eles. (...) Podemos sempre delegar-lhes tarefas já que a auto-estima está bastante em baixo, delegar-lhes responsabilidades neles para se sentirem valiosos, importantes. Nomeadamente as diferenças que poderão existir baseiam-se muito a nível afectivo e emocional, valorizá-los, sentirem-se muito amados, sentirem que nós estamos ao lado deles, que acreditamos neles, que estamos com eles. (Célia:4)

(...) Tentamos que as crianças que não têm famílias ajustadas, estruturadas, com equilíbrio, tentamos de todas as formas que elas se integrem e não se sintam à parte ou discriminadas por causa da situação. (Deolinda: 3)

(...) Ao nível de passar as actividades para as crianças nota-se uma grande diferença. Enquanto que uma criança que é estimulada pela família aprende e interioriza muito mais facilmente, as outras que têm dificuldades nós notamos que estamos sempre a batalhar no mesmo e sentimos que elas não estão a assimilar aquilo que nós no fundo pretendemos que eles aprendam para enriquecer os conhecimentos. (...) Trabalhamos sempre num todo (Filipa: 3)

(...) Nós acreditamos que o nosso trabalho não é um trabalho de colectivo, é um trabalho individualizado. (...) Não podemos pensar que só a escola é que resolve os problemas por si, não, é de mãos dadas com a família que conseguimos fazer alguma coisa. (Carmo:5)

O trabalho referido pelos educadores passa muito pelo mostrar aos pais como se faz, o dar o exemplo na instituição para ajudar a cuidar.

(...) diariamente, com atitudes afectivas com a criança, no fundo a pedir aos pais que tenham essa atitude ao pé de nós com as crianças, e normalmente também falamos individualmente com os pais da importância do afecto. (Sílvia:2)

(...) No caso da alimentação procuramos sempre com a família se é um problema económico e de que maneira é que nós, instituição, podemos ajudar. (...) É no fundo o ensinar, o procurar ajudar que eles sejam sábios também na escolha dos alimentos. (Sílvia:2)

(...) Se for de higiene há que fazer todo um trabalho com a família. (...) temos muitas vezes nós que dar banhinho, mimar nesta área para eles perceberem a importância e perceberem que se vierem cuidados, os outros à partida estão muito mais disponíveis para estarem com eles. (Sílvia: 3)

(...) Tentar mostrar à mãe que a filha tem um pouquinho de mau cheiro, uma menina que claramente não toma banho quando necessário. É uma mãe que quando dou um alerta, a senhora tem mais cuidado e faz, nota-se uma melhoria no seu estado de higiene (...) e fazemos também para eles terem o modelo correcto porque muitas vezes não têm o modelo em casa, mas têm o modelo na escola. (Célia: 4)

(...) somos nós a tomar a iniciativa, damos banhinho, desparasitamos, arranjamos roupinha e falamos com a mãe. “Olhe, hoje sentimos necessidade de dar banho ao seu filho porque queríamos dar colinho e não estava na melhor das condições” (...) Depois então fazemos uma, duas vezes, envolvemos a família e pronto, normalmente conseguimos que os pais percebam qual é a postura que eles têm que adoptar, qual é o comportamento que eles devem ter perante os seus filhos em termos de higiene. (Carmo: 3)

Para além deste trabalho com o todo, é interessante o pormenor revelado por um dos educadores ao dizer que (...) *Quando surge eventualmente um caso em que a criança tem à vontade e vem e fala connosco, nessa altura procuramos ficar sozinhos e tratamos individualmente com aquela criança.* (Sílvia: 4)

É fulcral este trabalho com as crianças na sala de aula dado que através de vários conteúdos programáticos irão ser reforçadas as competências destas crianças no sentido de melhor enfrentarem as situações de perigo. O empowerment gerado pela educação, por este reforçar de competências, deste trabalho em áreas específicas será uma forma de poderem ultrapassar e pedir ajuda nas vivências de perigo.

3.5. Reacções

Anteriormente salientámos que um dos passos dos educadores era interrogar/confrontar a família sobre a situação que a criança está a vivenciar que tem provocado este ou aquele comportamento. Uma das questões depois levantadas foi qual a reacção das famílias perante a interrogação dos educadores sobre o seu educando.

(...) a primeira reacção da família é negar. Se é maus tratos do pai para com a mãe, normalmente o primeiro confronto, a primeira conversa é a negação.(...) Quando eles começam a aperceber-se que a situação é patente aos nossos olhos e não têm como negá-la, já começam a assumir. (...) os pais têm de se sentir seguros e sentir confiança da nossa parte também para se abrir, porque muitas das vezes eles também são vítimas das situações que são consequência de algo, que os filhos também são consequência deles, posteriormente vai haver alguém que também vai sofrer essa consequência. É um embrenhado de factos, de condicionantes, que eles próprios também têm que ser ajudados mas tudo passa pela confiança que eles têm connosco, de nós mostrarmos que não estamos no papel de acusadores, que queremos ajudar os filhos, queremos ajudá-los a eles próprios e então depois de alguns encontros começa-se a sentir essa abertura da parte deles para connosco e podemos então começar a intervir e tem havido casos de sucesso (Célia: 3 e 4)

(...) Apesar da grande aproximação que temos com as famílias, desse elo de confiança, do à vontade, há algumas que às vezes não querem aceitar ou não querem admitir que se esteja a passar isso e há às vezes uma certa resistência por parte dos pais. (...) (Deolinda:2)

(...) Por norma negam (...) os pais de facto não admitem que as coisas não estão a funcionar...procuram contornar a situação de maneira que eles saiam bem, de uma forma airosa. (Filipa: 2 e 3)

Como é tendência natural do Homem, a primeira reacção é abster-se de qualquer culpa. Sobretudo quando se trata de maus tratos para com a criança ou violência doméstica a que a criança assiste, a família com quem vive (podem não ser os progenitores) nega que tal situação esteja a acontecer. O perpetrador desses maus tratos encobre ao máximo os seus actos, inventando várias situações para explicar as marcas na criança ou algo que ela tenha contado ao educador.

Como referiu um dos entrevistados: eles são consequência de alguma coisa e os filhos vão ser consequência do que os pais são, lembra-nos do aparentemente invencível ciclo de pobreza geracional (pobreza persistente) que se apresenta em tantas famílias. Os pais nasceram numa família pobre, os filhos agora crescem numa família pobre e as condições são sempre as mesmas. Surge então a questão do empowerment como a necessidade de serem ajudados a sair desse ciclo. Se as suas competências forem reforçadas e validadas, será possível quebrar este ciclo.

(...) dizem que caiu, por exemplo no caso da criança aparecer marcada, “dei-lhe uma chapada e magoei sem querer” (Filipa: 2)

(...) ele chegou a dizer que pegava no chinelo para bater no filho mas só como medida de repreensão, quando nós temos essa plena consciência de que não é verdade. (Filipa: 2)

(...) poderei dar um exemplo, em que a criança vinha com a orelha bastante ferida, chamámos o pai e a mãe, disseram que o menino caiu e que bateu com a orelhinha na cadeira, não foi isso que a criança nos transmitiu. (Carmo: 2)

No que concerne à negligência, algumas famílias vão buscar razões para explicarem porque não proporcionam à criança a satisfação das suas necessidades sociais, afectivas e físicas.

(...) Muitas crianças ainda vivem em bairros degradados (...) a semana passada quando eu estava a abordar uma mãe por causa da higiene da menina, ela respondeu-me “estou desejava de ir para minha casa, agora é tudo cheio de lama, lá no bairro está tudo sujo” e realmente é muito complicado para nós quando ouvimos estas coisas, nós que temos casa, carro, a nossa comodidade, exigir aos pais certos níveis de higiene que são difíceis para eles

de conquistar por causa das condições financeiras que se calhar não lhes permite ter a casa que deveriam ter. (Célia: 6 e 7)

As questões ligadas à pobreza dos agregados, em péssimas condições habitacionais é aqui levantada, sendo esta uma das “desculpas” (talvez até válida) para a negligência constatada. O próprio tipo de habitação (cf quadro 6) é referido por um dos entrevistados como condicionante da apresentação da criança na escola.

3.6. Recursos e articulação

Uma outra categoria de codificação encontrada foi os recursos da instituição e a articulação entre eles. Quando questionados sobre as entidades e instituições com quem trabalham, a maioria dos educadores identificou-as sem problemas, demonstrando que são conhecedores dos recursos que têm disponíveis para resolver estas situações, apesar de nem todos saberem como articular, como movimentar-se nesse meio, remetendo essa responsabilidade para a coordenadora pedagógica da instituição.

(...) p’ra já são todos os recursos que temos dentro da instituição, desde a técnica social, desde a educadora dos apoios educativos, eventualmente alguma estagiária psicóloga (...) procuramos recorrer depois a órgãos oficiais que existem, portanto a nível da negligência tratamos com as assistentes sociais das juntas de freguesia das zonas de residência das crianças (...) normalmente depois se as situações de impõem de uma forma muito rápida claro que as situações são depois sinalizadas à Comissão de Protecção de Menores. (Sílvia:4)

(...) Nós articulamos com a Comissão de Protecção de Menores, quando há algum caso de risco em que precisamos de solicitar a intervenção deles, em relação à Câmara de Cascais há também alguns apoios, áreas, gabinetes que a Câmara tenha, Segurança Social, nós também trabalhamos muito com eles, assistentes sociais. Tudo neste âmbito. Estas são as instituições com quem trabalhamos, provavelmente estou a esquecer-me de algumas, porque quem faz normalmente esses contactos, não somos nós, passa sempre pela coordenação, é a coordenadora da instituição que procede aos contactos, nós fazemos os relatórios, muitas vezes temos de estar nas reuniões, mas quem faz esta parte de articulação é a coordenadora da instituição. (Célia: 5 e 6)

(...) temos uma educadora de ensino especial que está disponível para trabalhar connosco e ajudar-nos a encaminhar para outras entidades (Cidália: 2)

(...) Articulamos com a Comissão de Protecção de Menores, a Segurança Social...e são instrumentos valiosos para que a situação tenha algum encaminhamento (Filipa:3)

(...) Trabalhamos em parceria com o Centro de Saúde da Parede, com os Centros Comunitários à nossa volta, aliás, temos um grande número de crianças na nossa instituição precisamente porque vieram sinalizadas pelos Centros Comunitários à nossa volta e depois a partir daí, por exemplo a criança já está na nossa instituição, e sabemos que o Centro Comunitário tem uma bolsa de emprego, encaminhamos a mãe para lá de forma a conseguir organizar a família. Sabemos que a mãe tem problemas a nível psíquico e precisa de apoio específico, falamos para o Centro de Saúde e tentamos encaminhar a mãe, ou o pai, para consultas de psiquiatria ou de psicologia. No fundo tentamos trabalhar no seu todo criança-família com as respostas que estão ao nosso alcance, que são entidades públicas e algumas semi-privadas, IPSS. Depois articulamos também com a Câmara de Cascais, com as juntas de freguesias, com a Segurança Social, entre outros organismos. (Carmo: 6)

Apesar de considerarem importante o trabalho em rede, quando questionados sobre a eficácia da articulação com as instituições de protecção à infância e órgãos do próprio Estado, a maioria foi unânime em afirmar que essa articulação não é facilitadora do andamento das situações, sendo mesmo um entrave à acção da própria instituição.

(...) Agora se me perguntarem se as entidades funcionam, responderia que não. P'ra já porque normalmente as entidades funcionam com pessoas que são voluntárias, que não estão disponíveis ou motivadas para agir com rapidez e pronto, acaba por ser complicado. Claro que não se pode atropelar depois a legislação, nem fazer uma série de coisas que dá vontade de fazer, às vezes em detrimento da própria criança não é? Se as coisas não funcionam, se as entidades não funcionam, isso acaba por reflectir-se na situação da própria criança. (Sílvia:5)

(...)A articulação é sempre positiva porque todos nós precisamos uns dos outros e nunca podemos dizer “eu consigo fazer tudo sozinho”, portanto considero fundamental essa articulação. (Célia: 5)

(...). Depois daqui é que as coisas complicam um bocadinho, demoram muito tempo, é complicado, não são assim tão eficazes, as coisas demoram um bocadinho até vir a resolução

do problema. (...) não há assim tanta disponibilidade. Acho que o principal problema nos órgãos públicos é a rapidez, é necessária rapidez. A Comissão de Protecção de Menores às vezes não actua tão rápido como gostaríamos e achamos que é necessário para o bem das crianças. (Cidália: 2)

(...) Eu acho que as coisas demoram muito tempo a acontecer. Na intervenção precoce não, nós sinalizávamos e aquilo tinha um andamento rápido e víamos que as coisas aconteciam. Nas demais instituições eu acho que as coisas demoram muito tempo, as crianças são sinalizadas então marca-se uma reunião, então vai-se lá e varia um pouco a nível dos sectores, porque se tem de passar por mais do que um as coisas demoram muito tempo, e a situação da família fica na mesma e os apoios não chegam (Deolinda: 4)

(...) Por vezes dificultam um pouco o trabalho, temos o caso do Ambrósio, que se não fosse a associação a mexer-se um bocadinho mais e a pressionar esses órgãos, as coisas continuavam na mesma. Na última reunião, a Coordenadora e a Técnica Social repararam que as coisas não estavam a fazer muito, não havia um empenho da parte delas... tem que se fazer para melhorar as situações destas crianças desfavorecidas e em perigo. (Filipa: 4)

(...) É fundamental, cada vez mais temos a noção e sentimos que não faz sentido trabalharmos sozinhos. (Carmo: 6)

Neste ponto devemos salientar uma constatação importante: ao falarem da articulação com outras instituições de solidariedade social é dito que a situação se resolve mais rapidamente do que quando nalgum momento têm de articular com serviços do Estado. Aqui tudo anda mais lentamente, talvez em parte devido à pesada máquina do Estado, e à própria estrutura em que assenta. Um dos entrevistados deu até o exemplo de uma articulação muito bem sucedida, neste caso com um projecto com um tempo limitado, que nasceu numa Instituição de Solidariedade Social. Infelizmente quando o projecto chegou ao fim, não houve condições para continuar por não haver entidade financiadora.

(...) Tive uma criança que nós sinalizámos e teve intervenção precoce, uma equipa que tomou conta do caso e realmente foi muito positivo, e estamos a colher os frutos desse trabalho. (Deolinda: 3)

3.7. Avaliação da acção

Esta categoria de codificação é fundamental, ela permite-nos perceber como os entrevistados vêem o seu próprio trabalho, e o da instituição como um todo onde estão inseridas.

(...) o que eu gostaria, como educadora, e enquanto educadora era ter um grupo de crianças muito mais reduzido, onde eu pudesse dar-lhes muito mais. O meu grupo neste momento são 25 crianças, tenho várias situações de risco, várias crianças sinalizadas, bastantes e para mim sinto-me um pouco incapaz de responder às necessidades que eles apresentam. São crianças que precisavam que eu pudesse despende muito mais tempo, tivesse muito mais oportunidades de estar a sós, brincar a sós com elas, dar-lhes muito mais mas devido à limitação da sala, ao número de crianças que eu tenho, é muito complicado. Nisso eu sinto uma falha da minha parte porque não directamente por mim, mas devido às circunstâncias e às condições que me são dadas para trabalhar por vezes escapa-me muito isso. Nem sempre respondemos da forma como gostaríamos de responder e que nós achamos que é mais adequado. Precisávamos de lhes dar mais colo, mais beijinhos, muito mais dedicação só que realmente é complicado. (Célia: 6)

(...) Dentro da instituição nós tentamos fazer o nosso melhor e estamos alerta e tentamos ver se há alguma coisa mal, para tentar ajudar e corrigir (...) às vezes há muita burocracia, há muitos papéis para preencher, há muitas reuniões e às vezes na prática não há a resolução efectiva do problema. (Cidália: 2)

(...) Enquanto instituição eu acho que nunca conseguimos dizer que estamos a agir da maneira mais correcta. Acho que temos sempre que ter em mente procurarmos fazer melhor e por isso estamos sempre atentos, tentamos articular e conhecer outras realidades que poderão ser parecidas ou não com as nossas, tentar auscultar também como é que outras entidades fazem, eu acho que só assim é que nós nos podemos enriquecer em termos profissionais. O que também tem sido muito favorável é o que a Câmara tem promovido, é o trabalhar em rede, tem sido uma mais valia p'ra nós e p'ra todas as instituições que trabalham com crianças. Isso tem-nos ajudado bastante, tem-nos dado ferramentas, e as respostas que nos não conseguimos dar, sabemos os recursos que temos à nossa disposição na comunidade circundante. Isso p'ra nós tem sido muito positivo. (Carmo: 6 e 7)

Nesta sub-categoria percebemos que o excessivo número de crianças por sala (limite permitido por lei) é um entrave a um melhor trabalho com cada criança, não permitindo que haja um trabalho mais de perto com cada uma, sobretudo com as que estão em perigo.

Para além deste, também é revelado o factor burocracia, demasiadas reuniões, excesso de papéis que acabam por protelar intervenções e decisões. Neste caso não é atribuída a preponderância deste factor à estrutura da instituição, mas sim à sua articulação com outras instituições quer públicas, quer privadas (como, aliás, já vimos na categoria recursos e articulação).

3.8 Novas estratégias

Por último, é de focar a categoria das novas estratégias. Em resposta a uma das questões, os entrevistados realçaram algumas alterações que gostariam de ver na resolução das situações de perigo. Não delinearão pontos pormenorizados de uma estratégia mas apontaram alguns tópicos que demonstram o desejo de mudança, o que acaba por estar relacionado com a categoria Avaliação acima mencionada. Mais uma vez foi referido o entrave burocrático, apontando mesmo a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) mais como um obstáculo do que como uma (suposta) ajuda. Apela-se muito à intervenção eficaz e efectiva no terreno, deixando os gabinetes e os papéis, passando-se para a acção directa com as famílias, de modo a eliminar o risco. Chega a ser referida a política das comissões, denotando-se aqui a preocupação da (ir) responsabilidade do Estado sobre as comissões.

(...) Nesta situação, sei lá, é muito complicado dizer porque depois corre-se o risco de não respeitar os procedimentos. Se pudesse deixava de trabalhar com a Comissão de Protecção de Menores...às vezes dá vontade de chegar lá e fazer assim ou daquela maneira. Há que fazer o trabalho, mas depois também há que fazer algum acompanhamento dessa situação (Sílvia: 6)

(...)Acho que devia haver alguém que com mais rapidez tentasse resolver os problemas destas crianças (Cidália: 2)

(...) Não sei bem o que fazer mas acho que precisávamos de ter uma estratégia que fizesse as coisas acontecerem de uma forma mais rápida. (Deolinda: 4)

(...) Eu acho que é importante conhecer a fundo a situação, porque é que aquela criança está a vivenciar daquela maneira, porque é que a família está assim. Conhecendo a situação, implantar primeiro no próprio seio familiar e ajudar as pessoas a ultrapassarem essas dificuldades. (...) O que devia funcionar eram os meios no campo de acção. Pouco ou nada sei da Comissão de Protecção de Menores, o que ouvi falar foi agora porque começaram a surgir algumas situações, mas pelo que eu oiço, eles deviam passar do papel para a prática, têm muitos papéis na secretária. (Filipa: 4)

(...) Se eu pudesse mudar alguma coisa mudava, e começaria por uma entidade que é de uma importância enorme na nossa sociedade e é preocupante porque cada vez mais há situações de crianças em risco, e estou a falar da CPCJ em Cascais, da Comissão. Eu sei que não é só em Cascais, e não é das pessoas que estão a gerir a comissão, mas é a política das comissões em que têm duas pessoas praticamente efectivas, a tempo inteiro, o resto das pessoas estão destacadas das instituições com horário reduzido, não estou a dizer por isso que não dão o seu melhor, não é isso, mas o dar o seu melhor não é estar a tempo inteiro empenhado e a desenvolver uma actividade que no fundo é tão tão importante. P'ra além disso ainda temos outras situações de pessoas que estão lá como voluntárias, reformadas e se calhar são pessoas que não conseguem dar a resposta que nós necessitamos e isso aflige-me muito. Infelizmente temos imensas crianças, e não consigo precisar exactamente quantas situações estão na Comissão, mas são quase uma dezena de situações que estão sinalizadas na Comissão, outras já passaram para o Ministério Público e o que me aflige é que primeiro que alguma coisa se faça, passam-se meses (...) Não consigo mudar nada, mas enquanto representante desta instituição, o nosso objectivo principal é zelar pela qualidade de vida dos nossos meninos e do seu bem-estar. Essa é a nossa preocupação e enquanto docentes, técnicos e auxiliares e todos os membros desta casa estão empenhados em dar o seu melhor pelos nossos meninos. (Carmo: 7)

Parece que as CPCJ, que deveriam ser o principal apoio nestas situações, acabam por ser vistas como um entrave à resolução das situações, devido à falta de rapidez.

IV. Conclusões - A protecção das crianças em perigo: a intervenção da ABLA

Por tudo o que foi investigado, ouvido, reflectido, observado... a uma conclusão chegamos: a ABLA está realmente empenhada na protecção das crianças em perigo que frequentam a instituição, mas depara-se sempre com a inércia e a lentidão das instituições, na sua maioria estatais, com quem articula o seu trabalho.

Mas de acordo com os objectivos e questão de partida colocados no início desta investigação, é pertinente apresentar as conclusões a que chegámos.

Confrontando o quadro teórico com o que foi observado e ouvido no decorrer desta investigação, conclui-se que a definição de criança em perigo considerada na instituição (quer presente nos dossiers individuais das crianças sinalizadas, quer na linguagem dos entrevistados) não encontra grandes disparidades relativamente à Lei 147/99 de 1 de Setembro. Apesar da maioria dos entrevistados falarem ainda em crianças em risco, por ser o conceito usado até à introdução da nova lei, todos eles conseguem identificar as várias situações de perigo/ risco para as crianças. Identificam situações de maus tratos, abusos, negligência (nos vários níveis), violência doméstica na família e comportamentos desviantes no seio familiar (cf. quadro n.º 7), tal como a Lei os nomeia.

Relativamente ao perfil social das famílias das crianças em perigo verificam-se factos interessantes.

Em primeiro lugar a maioria são famílias perfeitamente integradas no país, com todas as facilidades que a população natural tem. Portanto, a ideia de que as crianças em perigo provêm na sua maioria de famílias imigrantes, sobretudo de origem africana, foi totalmente posta de parte. Conforme pudemos perceber da pesquisa feita a dossiers antigos, noutros tempos era assim, e o motivo de fundação da ABLA foi exactamente apoiar as famílias retornadas, mas isto há mais de 20 anos atrás. A realidade social com que a ABLA trabalha sofreu uma profunda transformação.

Tão interessante como este é o facto dos progenitores não terem sempre habilitações literárias baixas, tendo ficado demonstrado que existe uma excepção, um deles tem uma licenciatura, não sendo esse um factor determinante nos comportamentos que constituem perigo para os

filhos. Ainda assim, confirmou-se o facto de que a educação dos pais é da maior importância para os cuidados a ter com os filhos e influencia profundamente a forma como os conduzem pelas suas vivências diárias. Strecht (1998, 1999 e 2003), reconhece a importância da educação dos progenitores na forma como estes influenciam, investem e partilham a vida dos seus filhos. Também Bastos (1999) refere que as fracas habilitações literárias dos progenitores influem na vida presente e futura dos filhos. Por um lado a sua falta de informação e conhecimento gera lacunas ao nível da saúde dos filhos, faltando o acompanhamento médico necessário a qualquer criança, e por outro lado as suas fracas habilitações não lhes permitem ter mais que um emprego precário, o que acaba por obrigar a que os filhos abandonem precocemente a escolaridade para constituírem uma força de trabalho para sustento da sua família. Se os pais não estudaram, muitas vezes não vêem qual a necessidade dos filhos frequentarem o ensino.

Mas concluímos que, apesar das excepções já salientadas, existe um padrão comum: disfuncionalidade familiar, pobreza sócio-económica, abandono, abuso, exposição à violência e privações múltiplas. A acrescentar a isto há ainda a situação profissional dos progenitores ou tutores ser maioritariamente baixa, com empregos não qualificados. Esta descrição é, aliás, apontada por autores supracitados como Pedro Strecht.

No que se refere às situações de perigo mais comuns, verificou-se que a negligência sócio-afectiva e física é a que mais afecta as crianças estudadas. Esta negligência, como vimos anteriormente, advém, na sua maioria, das situações de pobreza. Sabemos que a pobreza afecta dramaticamente a vida das crianças, a qual provoca muitas vezes esta negligência que passa pela privação dos recursos elementares à satisfação das necessidades básicas como a má nutrição, a falta de higiene, as más condições habitacionais, as quais têm consequências ao nível da saúde, do desempenho escolar e da inserção social, Penha (1996, p. 13) e Bastos (1999). A propósito disto relembramos os conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social que fazem todo o sentido nestas conclusões. Concluímos que sem educação, não há empowerment dado que as famílias não possuem a consciência nem as capacidades e competências necessárias para aumentar as suas escolhas que lhes permitam intervir no seu processo de desenvolvimento e na melhoria das suas condições de vida. As lacunas na educação também condicionam a acção das famílias ao nível dos cuidados de saúde, de higiene, das condições habitacionais e na inserção das crianças na escolaridade obrigatória, o que se reflecte, em todo o percurso de vida das crianças.

Para além disto, também é de salientar que a desadequação entre as capacidades e necessidades da família nuclear e a organização da vida e do trabalho constitui um dos factores determinantes para a vulnerabilidade da família, concretamente no domínio sócio-afectivo, o que tem contribuído para que um grupo crescente de crianças sofra de privação sócio-afectiva por não existir entre ela e os pais uma relação suficientemente estimulante e intensa, Penha (1996, p. 13). Este facto é até referido por um dos entrevistados, apontando os ritmos da vida moderna e os seus estilos de vida como uma causa para a relação distante e fria entre pais e filhos (cf. anexo E2, p. 7). Também como referiu Bastos (1999), as carências afectivas acentuadas pela falta de atenção por parte dos pais provoca nas crianças uma revolta interior que se reflecte depois em comportamentos violentos e em serem demasiado possessivos com os professores. Isto foi verificado no decorrer das entrevistas, em que vários educadores referem os comportamentos agressivos da criança como forma de demonstrar que alguma coisa não está bem, muitas vezes consequência da negligência que sofrem no lar. Também esta forte ligação ao adulto que é a sua referência no estabelecimento de ensino foi referido por um dos entrevistados como forma de colmatar a lacuna sentida pela criança (cf. anexo E2, p. 4)

Para finalizar esta abordagem ao perfil social das famílias, devemos referir a enorme assimetria entre o papel do pai e da mãe para as *crianças em perigo*, observando-se que na maioria das situações o papel do pai ou não existe ou tem para a criança uma representação negra: ou de quase total ausência ou de presença que leva ao perigo e/ ou ao efectivo sofrimento da criança. Percebemos pelo discurso dos educadores que alguns dos pais destas crianças são “adultos gravemente doentes, individualmente ou na sua relação. Estão habitualmente ausentes, física e emocionalmente, da vida dos filhos, e isso é tanto verdade para pais como para mães, embora a percentagem mais assustadora diga respeito à figura paterna”, Strecht, (2003, 42), (como aliás foi notório até pela falta de dados do pai nas fichas individuais das crianças). Confirma-se o que Bastos (1999) havia referido, que “as crianças que vivem só com a mãe, a avó ou outra figura feminina estão particularmente expostas à pobreza. Adicionalmente sobre estas crianças recai a agravante de, na sua generalidade, os seus progenitores masculinos não cumprirem com as suas obrigações (materiais e afectivas). Estas crianças vivem, na sua maioria, em ambientes emocionalmente instáveis resultantes da inserção precária das mães no mercado de trabalho e da responsabilidade exclusiva que estas têm na educação dos filhos”, Bastos (1999, 122).

A este propósito devemos salientar o grande número de famílias monoparentais, o que vem de encontro ao que já anteriormente havia sido estudado por Almeida (1999, p.113), “as famílias monoparentais representam, entretanto, uma categoria particularmente vulnerável a formas de pobreza e de privação material; na ausência de uma rede social de apoio, formal ou informal, a questão da sua sobrevivência quotidiana, ou a da guarda das crianças pequenas, torna-se muito problemática para o adulto responsável por elas, quase sempre a mãe. A sua associação frequente com os tipos de “trabalho abusivo”, “ausência de guarda”, ilustra bem este cenário.” Ao cruzarmos a variável “Agregado familiar” com “Situação de risco” (cf. anexo 1) concluímos que as famílias monoparentais têm como principal situação de risco a negligência sócio-afectiva e física, ou como a identificou Almeida (1999), “ausência de guarda”.

Portanto, e como tão bem definiu Strecht (1999, p. 235), estas são crianças que “crescem em zonas de alto risco social e familiar, bairros onde muitas vezes a própria polícia não entra, pais e adultos que, pela sua relação patológica com os filhos, fazem que a essência da própria infância seja sistematicamente inexistente. Segurança, paz, alegria, tempo e espaço para brincar, confiança, prazer, gosto, protecção são palavras esquecidas dos dicionários quotidianos. Assim não é possível crescer, conhecer, aprender. A casa, a rua, a escola, os três locais que simbolizam essas experiências do desenvolvimento, são espaços onde não é possível ser-se criança. (...) Porque é através das relações sociais, entre as quais as mais importantes são as que se estabelecem entre pais e filhos, que estes apreendem o mundo.”

Estudos anteriores como o de Saramago (1999) mostraram a importância da família e dos espaços domésticos no quotidiano das crianças, e que as características destes espaços são geradoras de assimetrias. No estudo que fizemos chegámos igualmente a esta conclusão. Vimos o exemplo de uma criança que por não ter espaços domésticos delimitados (quarto, sala, cozinha, casa-de-banho), não conseguia organizar-se no espaço da instituição (cf. anexo 6, p. 4).

Tal como vimos na revisão da literatura feita na primeira parte desta investigação, muitas vezes a situação de perigo para uma criança é causada pela própria família, associado a factores como os filhos não planeados, a família numerosa, a família patológica, que recorre ao uso de álcool, drogas, maus tratos, exploração económica, entre outras situações. Numa

das famílias estudadas vimos que a doença psíquica da mãe é o factor gerador de perigo para a criança (cf. anexo 1).

Isto vem de encontro ao que Penha (1996) apontou no seu estudo ao identificar factores limitativos de um desenvolvimento saudável da criança no seio da própria família. Estes factores foram igualmente identificados no nosso estudo, como a pobreza, as famílias deficitárias ao nível funcional, estilos de vida ligados a comportamentos desviantes como a toxicodependência e o alcoolismo (cf. anexo 1).

No que respeita às formas de intervenção da ABLA chegámos a várias conclusões relevantes. Do que foi encontrado nas fichas individuais das crianças, das actas das reuniões de educadores, dos relatórios feitos de cada situação e sobretudo das entrevistas feitas existe um conjunto de procedimentos que são seguidos pelos educadores ao diagnosticarem uma situação de perigo, mas que não são chamados de estratégia, como algo instituído, obrigatório, rígido e oficial.

Perante uma situação de perigo, cada educador age de acordo com as especificidades e características da criança, da situação e da família. Isto não quer dizer que cada um aja como lhe aprouver, mas que conforme a situação e até o relacionamento que tem com a família, vai actuar de determinada forma. Na sua maioria ficou patente que quando surge uma situação na sua sala, o educador leva-a a reunião de educadores, debatem a questão (até porque outro educador pode ter um irmão dessa criança e também já ter notado alguma alteração de comportamentos ou a forma como a criança vai para a escola). O passo seguinte normalmente será contactar a família, usando para isso o pretexto de falar sobre a criança, falando do seu desenvolvimento e nessa conversa começa a entrar-se no assunto que realmente levou o educador a chamar os pais ou tutores. Depois, e apenas mediante a autorização da família, poderá solicitar-se a intervenção da educadora dos apoios educativos, para fazer uma avaliação do desenvolvimento da criança. Normalmente, a partir daqui é feito um trabalho conjunto com a própria família, tentando ajudá-los neste processo.

Dependendo se se trata de negligência, maus tratos, abuso sexual ou outra situação que ponha claramente em causa a integridade física e a segurança da criança, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é imediatamente contactada de forma a sinalizar a criança. Quando a CPCJ começa a intervir com a família, assinando um Acordo de Promoção e

Protecção, a ABLA continua a acompanhar a criança e a sua família (já que diariamente a criança frequenta o centro infantil desta instituição), mas a CPCJ terá um papel muito mais activo e assertivo no sentido de levar a família a cumprir o acordo, eliminando a situação que constituía perigo para a criança. No caso desse acordo, ou por vezes sucessivos acordos não serem cumpridos, o caso terá de ser encaminhado para o Ministério Público, que poderá mesmo vir a retirar a criança à família.

Percebemos que quando os processos estão na CPCJ, os técnicos da ABLA continuam em alerta para eventuais factos que venham alterar ou acrescentar algo novo à situação...o que se passa é que a ABLA, enquanto instituição que diariamente acolhe crianças, apercebe-se muito mais de como está a situação e a própria criança, do que a CPCJ, que acaba por ser um organismo pouco presente. Apesar de considerada importante, esta parceria apresenta-se pouco eficaz na sua acção devido à já referida lentidão.

Relativamente ao trabalho pedagógico na sala de aula, cada educador tenta trabalhar com cada criança, atendendo às suas características e especificidades, mas num todo, no grupo. Por um lado as actividades desenvolvidas na sala de aula envolvem todas as crianças, estimulando o companheirismo, a comunicação entre elas e o saber estar com os outros. Mas por outro lado, quando há uma criança em perigo, tenta dar-se uma atenção especial, incentivando-a de outra forma que com os outros talvez não seja necessário. Para além disto, há que notar que há crianças em perigo que são acompanhadas pela educadora dos apoios educativos, saindo da sala e fazendo actividades específicas duas vezes por semana com a criança, consoante a necessidade de desenvolvimento da mesma. Ainda a salientar há o facto de algumas crianças serem acompanhadas por uma psicóloga estagiária, ou outro técnico como o terapeuta da fala ou terapeuta ocupacional. Neste sentido podemos afirmar que há um currículo alternativo para estas crianças, ou melhor, há um mesmo currículo mas tem algumas actividades diferenciadas das outras crianças para trabalhar as áreas em que elas estão a ser afectadas ou precisam de desenvolver-se.

A acrescentar a isto há o facto da ABLA ter um projecto de prevenção primária da toxicoddependência que apesar de abranger todas as crianças da instituição, é bastante importante para aquelas crianças cujo perigo a que estão expostas é o contacto permanente com as drogas, quer na família, em casa, ou por morarem num bairro em que elas próprias são usadas como traficantes. Este projecto tem trabalhado quatro áreas fundamentais com as

crianças, as quais serão decisivas para o seu desenvolvimento e afastamento da possibilidade de enveredar por esse duro caminho. Trabalham as competências pessoais e sociais, os valores e sentimentos, a auto-estima e as decisões. Esta metodologia preventiva é de suma importância, assentando na proximidade dos contactos afectivos. É no reforço das redes de suporte emocional que as crianças encontram o equilíbrio. Este projecto tem também tido uma extraordinária importância porque proporciona às crianças estratégias de empowerment perante situações de perigo. Nomeadamente em situações de oferta de substâncias ilícitas, de álcool ou outras, as crianças sabem como dizer não e afirmar o porquê da sua escolha. Dá-lhes oportunidade de saber crescer, saber participar no seu desenvolvimento e ajudar os outros em situações semelhantes. Também são abordados temas como a violência e o abuso de modo a que saibam usar várias estratégias que os ajudem a denunciar a sua situação.

Sem dúvida que a equipa de 20 técnicos (educadores e auxiliares) que trabalham com estas crianças deve ser norteada por uma extrema prudência e calma, mostrando compreensão, confiança, evitando sempre juízos de crítica às famílias. Claro que, além destes, são também importantes outros técnicos que possam intervir em áreas específicas (psicólogos, educadoras especializadas, terapeutas de fala, entre outros) de forma a que numa criança com múltiplos problemas possa intervir uma equipa multidisciplinar. Aqui devemos salientar a sugestão da autora Canha (2003) de fazer-se prevenção a três níveis. Prevenção primária inespecífica, dirigida aos técnicos que trabalham com crianças e a outros públicos em geral. Realmente esta necessidade é fortemente sentida pelos técnicos, e é fundamental que o Estado também invista nesta área para que situações de perigo possam ser evitadas ou descobertas antes de se tornarem fatais para as crianças. A este primeiro nível de formação Canha também refere os programas de combate à toxicodependência, o que é deveras interessante salientar quando um dos projectos da ABLA é precisamente ao nível da prevenção primária, junto dos mais novos, “cultivando uma cultura anti-violência”, Canha (2000, p.39), incentivando a valores como a amizade, trabalhando a auto-estima, a tomada sábia de decisões, como anteriormente referimos. Um segundo nível de prevenção referido pela autora é a primária específica, identificando as famílias e crianças de risco, trabalho que é feito na instituição como vimos ao longo deste estudo, sobretudo nas entrevistas feitas. E finalmente a prevenção secundária, tentando evitar a recorrência do mau trato, promovendo o regresso da criança a casa, sem riscos, após o diagnóstico. Este nível de prevenção está também no âmbito de trabalho da instituição estudada, e como exemplo bem recente disto é uma criança sinalizada pela ABLA, que foi retirada à família e neste momento, passado um ano de institucionalização, voltou para

casa, e a ABLA rapidamente a colocou de novo no seu infantário como forma de garantir um apoio e acompanhamento continuados à criança e à sua família.

Ao apresentar estas conclusões não podemos esquecer-nos da importância que as políticas sociais para a infância têm em todo este contexto. Vários autores destacaram este tema nas suas abordagens à infância e de certo modo os entrevistados deste estudo fizeram-no de forma implícita ao criticarem a forma como funcionam as entidades públicas com que a instituição trabalha. Tal como Sebastião (1998) afirmou, a forma como o Estado intervém junto das instituições privadas, reforçando ou enfraquecendo o seu papel, é fundamental na definição das políticas sociais na área da infância.

A título de sugestão consideramos importante a introdução de alguns procedimentos a seguir pelos técnicos desta instituição. Seria útil e muito proveitoso para a equipa técnica que trabalha com as crianças ter acções de formação sobre temáticas específicas como crianças em perigo, conhecendo a lei de protecção a crianças em perigo, como abordar a família em casos de perigo identificado, como trabalhar com estas crianças com fortes lacunas a vários níveis, entre outros temas que seriam uma mais valia no trabalho que esta instituição faz junto desta população.

V. Para reflectir...

E agora? Depois do que ouvimos, observámos e concluímos, sabemos que ainda há muito para fazer.... Há crianças para abraçar, há colos para dar, há palavras que custam a ouvir, mas sabemos que virão... Enfim, há que elogiar todos os que trabalham na área da infância, e que o fazem bem, de forma abnegada, dando um pouco (muito grande) de si todos os dias, mas recebendo tanto em troca destes pequeninos. Há que tentar melhorar, mudar o que está menos bem e sobretudo lutar para que a protecção da infância funcione efectivamente. Para que o sistema de protecção à infância não fique parado por excesso de papéis, para que as crianças não continuem à espera de pais diferentes em que nunca se tornam os que eles têm...que as famílias sejam ajudadas e cuidadas também pelos técnicos da área social e da educação. Que os adultos tenham mais respeito pelas crianças e que as crianças tenham a oportunidade de ensinar mais aos adultos. Que as crianças sejam cuidadas como têm direito, para que tenham sempre oportunidade de exercer a sua (única) profissão: brincar.

No que toca aos organismos do Estado de protecção à infância, sobretudo as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, é essencial que haja uma reestruturação no seu funcionamento. Mais técnicos especializados na área da infância a tempo inteiro, menos burocracia, maior rapidez de acções e mais responsabilização dos técnicos que acompanham os casos.

Talvez fosse interessante estudarmos posteriormente os efeitos da intervenção na ABLA no percurso destas crianças. Será que conseguiu realmente eliminar-se a situação de perigo para as crianças? Será que as famílias e as crianças adquiriram e puseram em prática estratégias de empowerment para saírem do ciclo de pobreza persistente em que viviam? Quais as dificuldades encontradas, como ultrapassaram os obstáculos? Que mudanças isso teve na situação das crianças? Houve casos de sucesso? Questões ainda sem resposta, talvez perdendo-se o rasto de muitas destas crianças pela sua saída da ABLA no seu natural percurso escolar. Estamos conscientes que este estudo se cingiu apenas a uma instituição, não podendo ser extrapolado, e que outras poderão não trabalhar desta forma e ainda assim trabalharem bem na protecção da infância. Esta investigação é uma pequena contribuição na análise de um canto de todo um sistema de protecção à infância, mas que sendo numa instituição não tem completa autonomia para agir, mas trabalhando em parceria com órgãos estatais tem de esperar respostas desses órgãos, aguardar orientações sempre com o fim maior: *atender ao superior interesse da criança.*

Bibliografia

A) Livros:

- Almeida, João Ferreira; PINTO, José Madureira (1980), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença.
- Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a pobreza*, Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- Amaro, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da Prática à Teoria*.
- Amaro, J. F. (1986), *Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando a Mendicidade*, II Cadernos CEJ, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Lisboa, Ministério da Justiça.
- Ariés, Phillipe (1981), *História social da criança e da família*, Lisboa, Zahar Editores.
- Bairrão, Joaquim *et. al.* (1990), *Perfil Nacional dos cuidados prestados às crianças com idade inferior a seis anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação.
- Calheiros, M^a Manuela (1996), *Definição, Avaliação e Factores Psico-Sociais do Mau Trato e Negligência a Crianças na Família*, dissertação da Tese de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional na especialização Cognição social, Lisboa, ISCTE.
- Calheiros, M^a Manuela (2002), *A Construção Social do Mau Trato e Negligência Parental: do Senso-Comum ao Conhecimento Científico*, dissertação da Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Canha, Jeni (2003), *Criança Maltratada. O papel fundamental de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Capucha, Luís *et. al.* (1995), *ONGs de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*, Lisboa, cadernos REAPN.
- Carneiro, Maria Rosário, Coordenação, (1997), *Crianças de Risco*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Corsaro, William (1997), *The sociology of childhood*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- Delgado, Buenaventura (2000), *Historia de la Infancia*, S.A. Barcelona, Editorial Ariel.
- Estivil, Jordi, (2003), *Panorama de Luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra, Organização Internacional do Trabalho.

- Ferreira, Manuela (2000), *Salvar corpos, Forjar a razão: Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal (1880 – 1940)*, Coleção Memórias da Educação, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Ferreira, Sílvia (2000), *O Papel das Organizações do Terceiro Sector na reforma das políticas públicas de protecção social. Um abordagem teórico-histórica*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Fonseca, Graça (2002), *Da norma universal à acção local: Os direitos das crianças em Portugal e Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Gandra, Florbela Samagaio, (2004), *Os (novos) problemas sociais da infância: uma aproximação sociológica*, V Congresso Português de Sociologia, Braga.
- Ghihlione, Rodolphe e MATALON Benjamim (1997), *O Inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Hespanha, Pedro et. Al. (2000) *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra, Edições Quarteto.
- Homem, M^a Luísa (2002), *O Jardim-de-infância e a família. As fronteiras da cooperação*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Monteiro, M.^a Benedita et. al. (1996), *Crianças em Risco, Abordagem longitudinal dos Cenários de Desenvolvimento e de Resposta Escolar de Crianças de áreas degradadas de Lisboa*, ano IV, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Neves, Ilídio das, (2001) *Dicionário Técnico e Jurídico de Protecção Social*, Lisboa, Coimbra Editora.
- Penha, M^a Teresa, (1996) *Crianças em Risco*, Lisboa, Direcção Geral de Acção Social.
- Penha, M^a Teresa, Ramirez, M^a Eduarda, Loff, Pedro (1988), *Criança Portuguesa: que acolhimento?*, Rede Europeia de Acolhimento a crianças, Comissão das Comunidades Europeias, Instituto de Apoio à Criança.
- PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*.
- Prilleltensky, Isaac (2001), *Promoting family wellness and preventing child maltreatment. Fundamentals for thinking and action*, University of Toronto Press, Toronto, Buffalo London.
- Qvortrup, Jens et. al (Eds.) (1994) *Childhood matters. Social theory, practice and politics*. European Centre Vienna, Vienna, Avebury.

- Saramago, Sílvia (1999), *O lugar dos espaços domésticos nos processos de construção das identidades das crianças*, dissertação de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE.
- Seabra, Teresa, (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças: etnicidade e classes sociais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Sebastião, João, (1998) *Crianças da rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta.
- Strecht, Pedro (1998), *Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*, Assírio & Alvim, Lisboa.
- Strecht, Pedro (1999), *Preciso de Ti. Perturbações psicossociais em Crianças e Adolescentes*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Strecht, Pedro (2003), *À margem do amor. Notas sobre a delinquência juvenil*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Teixeira, António, (1996) *As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Aspectos da Evolução do seu Regime Jurídico*, Lisboa, Direcção Geral de Acção Social.
- UNICEF (2001), *Situação Mundial da Infância 2001 – Desenvolvimento Infantil*, Nova Iorque.
- UNICEF (2002), *Situação Mundial da Infância 2002 – Liderança*, Nova Iorque.
- UNICEF (2003), *Situação Mundial da Infância 2004 – Meninas, Educação e Desenvolvimento*, Nova Iorque.
- UNICEF (2004), *Situação Mundial da Infância 2005 – Infância Ameaçada*, Nova Iorque.
- UNICEF (2005), *Situação Mundial da Infância 2006 – Excluídas e Invisíveis*, Nova Iorque.
- UNICEF (2000), *Situação Mundial da Infância 2000*, Nova Iorque.

B) Artigos em publicação periódica:

- Aires, Sérgio, (2003) “A participação como elemento crucial no combate à pobreza e exclusão social”, *Pretextos*, n.º14, 4 e 5.
- Almeida, Ana Nunes de, André, Isabel e Almeida, Helena Nunes (1999), “Sombras e Marcas: os maus tratos às crianças na família”, *Análise Social*, vol. XXXIV, 91 -121.
- Almeida, Ana Nunes de, (2000), “ A Sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes”, *Fórum Sociológico*, n° 3 / 4, 11-32.
- Alves, Ana Paula (2001), “Intervenção das CPCJ, A Abordagem centrada na família e a Ficha de processo individual da Criança /jovem”, *Pretextos*, n.º 6, 6 e 7.

- Cabral, Marlene e Marques, Aida, (2001) “Trabalhar competências pessoais e sociais”, *Pretextos*, n.º 6, 10 e 11.
- Calheiros, M.^a Manuela e Monteiro, M.^a Benedicta (2000), “Mau trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos”, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 44, 145 -176.
- Castro, Alexandra, (2002), “O RMG como medida potenciadora de Desenvolvimento Social: alguns impactes”, *Pretextos*, n.º 12, 4-7.
- Cerdeira, Patrícia, (2002), “Famílias em Risco. Um modelo para intervir na crise”, *Pretextos*, n.º 11, 14-19.
- Delgado, Ana e Muller, Fernanda (2005), “Sociologia da Infância: Pesquisa com crianças”, *Educação & Sociedade*, volume 26, 351-359.
- Fangueiro, Cristina (2002), “Plano de Desenvolvimento Social. Planeamento como factor de desenvolvimento”, *Pretextos*, n.º 12, 12-17.
- Ferreira, Manuela (2002), “Criança tem voz própria (pelo menos para a Sociologia da Infância)”, *Jornal Página da Educação*, n.º 117, 35.
- Ferreira, Leonor (1995), “A pobreza infantil em Portugal, 1980/1981 – 1989/1990”, *Estudos de Economia*, volume XIV, 451-464.
- Góis, Ana, (2002), “Programa Ser Criança Construir-se, Razões de um projecto”, *Pretextos*, n.º 10, 11 e 12.
- Gonçalves, Alda, (2002), “A Rede Social no Contexto das Políticas Sociais Activas”, *Pretextos*, n.º 9, 11 – 21.
- Goulão, Fátima, (2004), “Acção social e família: a família – unidade social de referência em todas as sociedades”, *Pretextos*, n.º 15, 4-6.
- Marujo, Helena, (2002), “Treino de pais: formas científicas de educar para a felicidade”, *Pretextos*, n.º 11, 8 – 11.
- Montandon, Cléopâtre, (2001), “Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa”, *Cadernos de Pesquisa*, n.º 12, 33-60.
- Negrão, Fernando, (2004), “As crianças no coração das políticas e das acções”, *Pretextos*, n.º 16, 16 e 17.
- Peixoto, Carlos, (2004), “Efeitos psicossociais a curto prazo de múltiplos maus tratos a crianças”, *Pretextos*, n.º 16, 22 e 23.
- Rocha, Dulce, (2004) “A criança e os seus direitos no coração das políticas e das acções”, *Pretextos*, n.º 16, 6 e 7.

- Santos, Paulo, (2001), “ Conclusões dos encontros de Avaliação da Actividade das CPCJ em 2000, Crianças e Jovens em Risco: Uma intervenção com Família”, *Pretextos*, n.º 6, 8 e 9.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2002), “Infância, Exclusão Social e Educação como utopia realizável”, *Educação e Sociedade*, n.º 78, 265 - 283.
- Sarmiento, Manuel, (2005), “Cidadania e cidade educativa”, *Pretextos*, n.º 19, 6 e 7.
- Sarmiento, Manuel Jacinto, (2005), “Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância”, *Educação e Sociedade*, volume 26, 361-378.
- Sebastião, João, (2000), “A Infância em Portugal: alguns equívocos e interrogações”, *Fórum sociológico*, n.º 3 / 4, 113-125.
- Sequeira, Maria Alexandra (2002), “Educação Parental, Um caminho para a prevenção dos maus tratos e da institucionalização das crianças e dos jovens”, *Pretextos*, n.º 9, 22 e 23
- Sequeira, Maria João, (2004) “Uma visão actual da família e da criança”, *Pretextos*, n.º 16, 10 e 11.
- Sirota, Régine (2001), “Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objecto e do olhar”, *Cadernos de Pesquisa*, n.º 12, 7-31.
- Vilarinho, Mª Emília, (2000) “Somos gente! As crianças entre a família, o Estado e a Sociedade”, *Fórum sociológico*, n.º 3 / 4, 95-11.2
- Viana, Susana (2001), “Quatro anos de generalização do RMG – Compromisso para a Inclusão”, *Pretextos*, n.º 6, 12-15.

C) Capítulos de livros e textos em colectâneas:

- Caramelo, Paula e Costa (1999), “Construção das políticas sociais de protecção às crianças, em Manuel Pinto e Manuel Sarmiento (org.), *Saberes sobre as Crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga, Universidade do Minho – Centro de Estudos da Criança, 159 -167.
- Engelbert, Angelika, (1994), “Worlds of Childhood: Differentiated but different”, em Qvortrup, Jens, Bardy, Marjatta, Sgritta Giovanni, Wintersberger, Helmut (Eds.) *Childhood matters. Social theory, practice and politics*. European Centre Vienna, Vienna, Avebury, 285-298.
- Makrinioti, Dimitra, (1994) “Conceptualization of Childhood in a Welfare Sstate: a Critical Reappraisal”, em Qvortrup, Jens, Bardy, Marjatta, Sgritta Giovanni, Wintersberger,

- Helmut (Eds.) *Childhood matters. Social theory, practice and politics*, European Centre Vienna, Vienna, Avebury, 267-284.
- Prout, Alan, Allison, James (2000), "A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems", em Prout, Alan, Allison, James, *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, The Falmer Press, 7-31
- Boyden, Jo, (2000), "Childhood and the policy makers: a comparative perspective on the globalization do childhood, em Prout, Alan, Allison, James, *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, The Falmer Press, 190-225.

ANEXOS

Anexo 1 - Quadro síntese da caracterização das famílias

Família	Nº de Filhos	Agregado Familiar	Naturalidade dos Pais/ Responsáveis	Habilitações Literárias dos Pais/ Responsáveis	Profissão dos Pais/ Responsáveis	Habitat	Situação de Risco
Família 1	2	Nuclear	Guiné-Bissau	Mãe - 5º ano Pai - 4º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Carpinteiro	Barraca	Violência Doméstica
Família 2	4	Nuclear	Cabo Verde	Mãe - 4º ano Pai - 4º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Construção Civil	Barraca	Alcoolismo
Família 3	3	Nuclear	Angola	Mãe - 2º ano Pai - Licenciatura	Mãe - Desempregada Pai - Director Hoteleiro	Apartamento	Violência Doméstica
Família 4	2	Nuclear	Guiné-Bissau	Mãe - 2º ano Pai - 6º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Armador de Ferro	Apartamento	Violência Doméstica (maus-tratos e Privação sócio-afectiva)
Família 5	2	Nuclear	Guiné-Bissau	Mãe - 4º ano Pai - 4º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Carpinteiro	Apartamento	Violência Doméstica (maus-tratos e Privação sócio-afectiva)
Família 6	3	Nuclear	Portugal	Mãe - 8º ano Pai - 4º ano	Mãe - Empregada de Copa Pai - Operador máquinas	Anexo	Violência Doméstica (maus-tratos e Privação sócio-afectiva)
Família 7	3	Monoparental materna	Portugal	Mãe - 6º ano	Mãe - Desempregada	Apartamento	Privação sócio-afectiva
Família 8	1	Monoparental materna	Portugal	Mãe - 3º ano	Mãe - Empregada de Refeitório	Barraca	Abuso sexual (privação afectiva causada pela doença psíquica da mãe)
Família 9	2	Monoparental materna	Guiné-Bissau	Mãe - 3º ano	Mãe - Aspirante de fábrica	Barraca	Privação sócio-afectiva (e pobreza extrema)
Família 10	3	Nuclear	Guiné-Bissau	Mãe - 3º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Armador de Ferro	Apartamento	Doença psíquica da mãe (geradora de privação sócio-afectiva)
Família 11	4	Nuclear	Portugal	Mãe - 10º ano Pai - 7º ano	Mãe - Empregada de Balcão Pai - Operador Fabril	Apartamento	Toxicodependência (geradora de Violência Doméstica)
Família 12	2	Monoparental materna	Guiné-Bissau	Mãe - 9º ano	Mãe- Desempregada	Barraca	Privação sócio-afectiva (e pobreza extrema)
Família 13	2	Monoparental materna	Portugal	Mãe - 12º ano	Mãe - Desempregada	Apartamento	Doença psíquica da mãe (geradora de privação sócio-afectiva)
Família 14	3	Monoparental materna	China	Mãe - 6º ano	Mãe - Desempregada	Estalagem	Violência Doméstica
Família 15	3	Nuclear	Cabo Verde	Mãe - 4º ano Pai - 4º ano	Mãe - Desempregada Pai - Desempregado	Apartamento	Privação sócio-afectiva (causada em parte pelo desleixo do pai e toda a carga familiar recair sobre a mãe)

Família 16	1	Nuclear	Guiné-Bissau	Mãe - 7º ano Pai - 4º ano	Mãe - Empregada Restaurante Pai - Pedreiro	Barraca	Negligência e privação sócio-afectiva
Família 17	3	Nuclear	Portugal	Mãe - 10º ano Pai - 6º ano	Mãe - Del. Informação Médica Pai - Caixeiro	Apartamento	Violência Doméstica
Família 18	3	Nuclear	Portugal	Mãe - 7º ano Pai - 8º ano	Mãe - Ajudante de cozinha Pai - Ladrilhador	Apartamento	Alcoolismo (gerador de negligência e privação sócio-afectiva)
Família 19	1	Monoparental materna	Portugal	Mãe - 9º ano	Mãe - Empregada de Limpeza	Apartamento	Privação sócio-afectiva e instabilidade familiar
Família 20	2	Monoparental materna	Brasil	Mãe - 6º ano	Mãe - Ajudante de cozinha	Apartamento	Privação sócio-afectiva (e pobreza extrema)
Família 21	4	Nuclear	Angola	Mãe - 9º ano Pai - 12º ano	Mãe - Desempregada Pai - Desempregado	Vivenda	Privação sócio-afectiva
Família 22	1	Nuclear	Portugal	Mãe - 5º ano Pai - 9º ano	Mãe - Empregada de Limpeza Pai - Pensionista	Apartamento	Privação sócio-afectiva (e pobreza extrema)

Anexo 2 – Guião de Entrevista

Dados de Caracterização

Habilitações Literárias _____

Experiência profissional _____

Idades com que trabalha _____

N.º de crianças em perigo nesta sala _____

I Parte – Descrição das situações/ procedimentos

Diagnóstico

- 1 - Quais os sinais, comportamentos e atitudes que despertam o diagnóstico de uma criança em perigo ou risco social?
- 2 - Que problemáticas têm surgido com mais frequência na sua sala de aula?

Medidas de Intervenção

- 1 – Ao deparar-se com um caso de perigo, como procede primeiramente? As medidas a tomar variam conforme os casos?
- 2– Relativamente à família da criança sinalizada, que dificuldades enfrenta ao confrontar a família com a situação? Pode dar-me exemplos?

II Parte – Apreciação e comentários à acção da instituição

- 1 - Quais as principais diferenças entre o trabalho na sala de aula com crianças em perigo e as crianças que estão fora desta situação? Pode dar-me um exemplo?
- 2 – Quais são as principais instâncias/órgãos com quem é articulado o trabalho de eliminação da situação de risco para a criança? Considera essa articulação eficaz?
- 3 - Se pudesse delinear uma nova estratégia de abordagem destas situações, que alterações faria?

Anexo 3 - Sílvia

Em relação à problemática das crianças em perigo vamos começar então pelo diagnóstico, quais são os sinais, comportamentos, as atitudes que despertam o diagnóstico de uma situação de perigo ou de risco social para uma criança?

Muitas vezes está associado às expectativas das crianças, normalmente pode estar acompanhado de uma grande agressividade, de uma necessidade muito grande de fazer mal aos outros e quando questionadas por que é que o fizeram, não nos sabem responder. Outras vezes a situação provoca nos miúdos alguma inactividade, abstêm-se completamente de actividades, de relacionamentos dentro da própria sala, acompanhada por uma tristeza profunda. Há ambos os lados que podem ser sinais de alerta, no fundo. O mais normal, aquilo que eu tenho visto mais, é, de facto, uma agressividade muito grande, o menos normal mas que já aconteceu e deixou-me um alerta, foi o oposto, uma tristeza muito grande e a frustração.

E que problemáticas têm surgido com mais frequência na sala em que lecciona, na sua sala de aula?

A violência doméstica, quando um dos pais agride o outro, verbalmente ou mesmo fisicamente e a negligência ...provavelmente são as duas problemáticas com maior incidência, pelo menos daquilo que eu tenho acompanhado aqui.

E quando é diagnosticado uma situação, em que se deparam com um perigo para uma criança, como é que se procede primeiramente, quais são os procedimentos primários, e como se desenrolam depois?

Em primeiro lugar começo por questionar a criança, pronto, ou tentar conversar com ela sobre o que poderá eventualmente estar a levá-la a ter esse comportamento. Normalmente, peço a alguém da equipa para a observar comigo depois, provavelmente é a auxiliar que está na sala, comparamos atitudes ao longo do dia, mesmo quando eu não estou ou se eu estou e ela não está, para percebermos se é uma constante ou se é esporádico. Depois levo a situação à reunião de educadoras, onde conversamos sobre aquilo que se está a passar, e onde eu normalmente em conjunto com elas, pergunto quais os passos que vamos seguir. Normalmente depois as famílias são convocadas, primeiramente, e se for caso de violência doméstica, prefiro chamar primeiro a vítima, para uma conversa em que pode dar-se como desculpa o desenvolvimento da criança,

depois fala-se sobre os comportamentos que estão alterados e depois normalmente as vítimas acabam por contar o problema. Depois, de acordo com o que for dito, porque muitas vezes a vítima não reage, e se não reage é porque tem medo, combinamos com a pessoa o que é que poderemos fazer juntos. Pronto, sempre pondo o bem-estar da criança em primeiro lugar, não é? Tentamos ver se é necessário falar com o agressor, se se chega a alguma via de entendimento, ou é necessário partir para outras parcerias ou instituições que possam acompanhar o caso.

Mesmo especificamente com a família da criança, se há casos de negligência parental ou casos de privação sócio-afectiva como é que a família reage normalmente, ou se nega como é que vocês conseguem articular isso?

Nos casos de negligência, quando algum tipo de tratamento não é prestado à criança, pode ser em termos de higiene, pode ser em termos de alimentação, pode ser em termos afectivos.

Se é em termos afectivos começamos nós a fazer um trabalho com a criança primeiramente, depois na conversa com a família vamos demonstrando também com a nossa atitude diariamente, com atitudes afectivas com a criança, no fundo a pedir aos pais que tenham essa atitude ao pé de nós com as crianças, e normalmente também falamos individualmente com os pais da importância do afecto, e que a criança irá evoluir noutras áreas se esta parte for cuidada, abordada. No caso da alimentação procuramos sempre com a família perceber se é um problema económico e de que maneira é que nós, instituição, podemos ajudar. Por exemplo, se a família não tem hipóteses de dar pequeno-almoço, a primeira coisa que fazemos quando a criança chega é proporcionar-lhe essa refeição, e ver se no final do dia é necessário também dar-lhe alguma coisa e temos um cuidado muito grande quando estamos a alimentar a criança, que de facto ela coma aquilo que é mais importante. Porque muitas das vezes como não tem uma alimentação cuidada, são crianças que não gostam de todo o tipo de alimento, não estão habituados à diversidade. É no fundo o ensinar, o procurar ajudar que eles sejam sábios também na escolha dos alimentos.

Se for de higiene há que fazer todo um trabalho com a família. Em primeiro lugar ensinar como se faz, trabalha-se muito com as crianças, fala-se muito com elas na sala, como é que se deve fazer desde que se levantam até que se deitam com a higiene delas diária. Depois procuramos demonstrar com as famílias como é que se faz. Se não resultar, muitas vezes temos de exigir, isto com muito cuidado não é, que a criança

venha com a sua higiene cuidada. Mas muitas vezes isto mesmo assim não resulta e temos muitas vezes nós na instituição dar banhinho, mimar nesta área para eles perceberem a importância e perceberem que se vierem cuidados os outros à partida estão muito mais disponíveis para estarem com eles.

Relativamente às diferenças entre o trabalho que fazem com as crianças em perigo e as crianças que não estão nesta situação, será que me poderá descrever algumas destas diferenças na sala de aula, nas actividades diárias?

À partida por exemplo no que diz respeito a crianças que não vêm com a sua higiene feita, é um trabalho que é feito com todas, com o grupo também porque não gostamos de expor a criança individualmente, nem fazer um trabalho só com elas. Normalmente é um trabalho que é feito todos os dias, nas rotinas, quando vão à casa-de-banho, ter a preocupação que quando saem da sanita têm de lavar as mãos, isto é um trabalho que é feito com todos não é só...claro que há uma exigência e porque quem faz em casa depois normalmente também faz na escola, mas normalmente em quantidade mais particular com quem não tem esses hábitos e procuramos, no fundo, estar mais atentos para ver se eles fazem ou não fazem.

No que diz respeito à alimentação, o trabalho também é feito com todos porque à partida alimentos saudáveis são para todos não é só p'ra um, claro que estamos atentos se há uma criança que tem alguma dificuldade em termos de alimentação num dia ou outro ela não quer comer porque não está habituada há um cuidado maior em brincar, no fundo, em tentar motivar, fazer com que a criança sinta vontade de comer, pronto, claro que se ela num dia ou outro não está bem, nós não vamos insistir.

Em relação a maus-tratos normalmente as coisas também passam pelo grupo porque nós trabalhamos com as crianças o respeito pelo outro. Claro que se o pai bate na mãe ou a mãe bate no pai a criança não está a vivenciar uma situação de respeito mas que é trabalhada, no fundo, na sala de aula, no relacionamento deles com os amigos, com os adultos, com os colegas de outras salas e isso é trabalhado também em grupo. Quando surge eventualmente o caso em que a criança tem à vontade e vem e fala connosco, nessa altura procuramos ficar sozinhos e tratamos individualmente com aquela criança.

Em todo este procedimento normalmente têm órgãos/ instituições com quem articulam este trabalho para a eliminação do risco para estas crianças, portanto quais são esses órgãos e considera ou não eficaz esta articulação?

Normalmente os órgãos que acompanham...p'ra já são todos os recursos que temos dentro da instituição, desde a técnica social, desde a educadora dos apoios educativos, eventualmente alguma estagiária psicóloga que esteja na instituição, tentamos portanto utilizar os recursos que temos em casa para promover a

melhoria da situação. Quando assim não é, procuramos recorrer depois a órgãos oficiais que existam portanto a nível da negligência tratamos com as assistentes sociais das juntas de freguesia das zonas de residência das crianças, procuramos normalmente resolver com a intervenção precoce por exemplo, com outros tipos de apoio...ah, e normalmente depois se as situações de impõem de uma forma muito rápida claro que as situações são depois sinalizadas à Comissão de Protecção de Menores, normalmente depois todos os técnicos que estão envolvidos com a criança em questão reúnem-se, tentam promover acordos com a família para melhorar a situação, que depois são avaliados com alguma frequência e depois se houver evolução, continuam a ser feitos acordos no sentido da melhoria, se não há evolução, se não há de facto dos pais uma tentativa de melhorar, normalmente as coisas vão para o Ministério Público, para as entidades competentes para tratar do processo. Agora se me perguntarem se as entidades funcionam, responderia que não. P'ra já porque normalmente as entidades funcionam com pessoas que são voluntárias, que não estão disponíveis ou motivadas para agir com rapidez e pronto, acaba por ser complicado. Claro que não se pode atropelar depois a legislação, nem fazer uma série de coisas que dá vontade de fazer, às vezes em detrimento da própria criança não é? Se as coisas não funcionam, se as entidades não funcionam, isso acaba por reflectir-se na situação da própria criança.

Será que consegue dar-me um exemplo de uma dessas situações...portanto, que foi diagnosticada na sala, foram seguidos todos os procedimentos, chegou à Comissão...será que consegue dar-me a retrospectiva de alguma situação.

Há o caso de uma criança que era negligenciada em termos de alimentação, saúde, alguma carência afectiva, bastante carência afectiva, não quer dizer com isto que os pais não gostem da criança, é uma forma de mostrar ou de não mostrar afecto...visível não é? Este caso veio parar às minhas mãos e começou por me fazer confusão a forma como a menina chegava à instituição em termos de higiene e em termos de alimentação porque todos os dias vinha a comer uma porcaria qualquer que se compra num quiosque qualquer, com os dentes completamente cariados, com alguma dificuldade no contacto

com os alimentos, leite, a sopa, os legumes... ela estava numa situação em que tivemos de fazer um trabalho com os pais...era também uma criança com algum atraso no desenvolvimento cognitivo, foi pedida ajuda à educadora de ensino especial, só que em termos de família o trabalho que tem sido feito, ou as pressões que no fundo estavam a ser feitas, com a criança não estavam a evoluir, diziam que sim que sim que sim mas a criança continuava com deficiências graves na sua higiene, as crianças companheiras já não queriam brincar com ela porque diziam que ela não cheirava bem, cheirava mal, alguns problemas com parasitas também. Tentámos ajudar a resolver o problema, a instituição comprou e ofereceu alguns produtos de higiene, até que se chegou a uma altura em que foi pedida uma visita à casa desta família e as pessoas que foram lá ficaram muito assustadas. Achou-se...ah, ainda houve uma conversa com a família, no sentido de os ajudar a melhorar as suas condições de habitação. Houve a necessidade de recorrer à Comissão de Protecção de Menores, de sinalizar esta criança, fazer um trabalho mais institucionalizado com a família. Houve uma primeira reunião de técnicos onde decidiram com os pais de chegar a um acordo de promoção de três meses, depois os técnicos iam avaliar se houve evolução ou não. Na reunião que tivemos depois desse meses, chegámos à conclusão que não tinha havido nenhuma evolução, houve uma regressão. Houve a necessidade dos técnicos de chegar a... pode-se chamar uma pressão, ou iam mudar a situação, sendo feito um trabalho em conjunto com todas as parcerias e os recursos da instituição, técnica social, apoios educativos, assistente social da junta de freguesia onde eles moram. Estamos numa fase em que estamos à espera de saber se eles querem assinar este acordo, se não quiserem o processo vai seguir para o Ministério Público. Estes foram os procedimentos.

Portanto, se pudesse delinear uma nova estratégia de abordagem a estas situações, que alterações faria, não só em toda a situação como também na articulação com as instituições?

Nesta situação, sei lá, é muito complicado dizer porque depois corre-se o risco de não respeitar os procedimentos. Se pudesse deixava de trabalhar com a Comissão de Protecção de Menores...às vezes dá vontade de chegar lá e fazer assim ou daquela maneira. Há que fazer o trabalho, mas depois também há que fazer algum acompanhamento dessa situação...temos de perceber que se as situações não forem acompanhadas as coisas voltam ao mesmo. Tirar a criança à família...num caso em que se vê que à sua forma os pais gostam da criança e a criança gosta dos pais, o problema

aqui talvez seja os pais nunca terem aprendido que as crianças precisam de regras, de limites e precisam de muitas coisas p'ra crescer. Tem de ser feito um trabalho com esta criança e com estes pais, um estímulo para mudar e não tirá-la à família e depois colocá-la num centro de acolhimento onde há dezenas de crianças nesta situação, que esperam anos por serem adoptadas.

Anexo 4 - Célia

Em relação ao diagnóstico de uma situação de perigo ou de risco social para uma criança, quais são normalmente os sinais, os comportamentos, as atitudes que despertam esse tipo de diagnóstico numa sala de aula?

Normalmente o principal sinal é o comportamento da criança, com a experiência que eu tenho tido, normalmente são crianças que a nível do comportamento são mais excitadas, outras também são demasiado caladas, optam pelo silêncio...cada uma tem a sua forma de exteriorizar. Nomeadamente o comportamento é aquilo que me desperta logo o primeiro sinal, também às vezes surge da parte dos pais uma negligência, quando uma criança apresenta na escola falta de higiene, uma criança que se queixa que tem fome, é sinal que não comeu, uma criança que não quer ir embora, sistematicamente não gosta de ir embora, quando vê a mãe ou o pai não vai de uma forma espontânea ter com os pais, olha e ignora, são sinais que normalmente despertam-nos a nós, são indicativos de que alguma coisa poderá estar a passar-se.

Em relação às problemáticas que mais têm surgido na sua sala de aula, será que poderá enunciar algumas delas e dar-me exemplos?

No caso do concreto deste ano temos algumas problemáticas, uma delas é famílias monoparentais, que vivem sozinhas com as mães e as mães não têm uma capacidade de resposta para dar aos filhos, tanto a nível emocional porque se as mães também já precisam de ajuda, emocionalmente também são pouco equilibradas porque têm uma grande carga de trabalho, o sustento da família, depois em relação aos filhos isso reflecte-se um bocado. Há uma grande falta de carinho, de afectividade para com os filhos, por vezes as condições financeiras como são escassas, há falta de alimentação, nem sempre a higiene também é feita. São casos que temos muito patentes na sala. Também há situações, nomeadamente uma situação em que a criança assistiu o pai a maltratar a mãe, neste momento os pais estão separados, o pai frequentemente aparece, a mãe fica com bastante receio. Às vezes o pai ainda bate na mãe quando faz visitas espontâneas. A criança aparentemente até é um pouco calma, mas vivencia muito estas situações que são bastante traumáticas, mas os casos fulcrais são realmente as famílias monoparentais e muita falta de carinho e até mesmo em famílias que não são monoparentais, nota-se muito há uma grande negligência dos pais em relação aos filhos,

nomeadamente a falta de carinho, que acho que é essencial neles e os pais muitas das vezes parece que estão tão atarefados no dia-a-dia que se esquecem do tempo para com os filhos. Há muita falta de tempo de qualidade, o tempo que os pais passam com eles não tem qualidade. São as babysiters electrónicas, colocam as crianças à frente delas, os que têm essa possibilidade financeira de ter DVDs, vídeo, computadores, é a babysiters electrónicas. Os outros que moram em bairros sociais, não têm os computadores, os jogos para jogarem, os DVDs para verem, muitas vezes ficam na rua a brincar até altas horas da noite, muitas vezes sem jantar, depois chegam a casa cansados não há um banho, isso também reflecte-se na sala e muitas vezes no aproveitamento, a criança vem cansada porque não descansou o suficiente, a criança não se alimentou convenientemente, é claro que isso também a nível de aproveitamento também se reflecte.

Em relação às medidas de intervenção, portanto deparam-se com um caso de perigo para uma criança, uma situação de risco social grave, como é que normalmente procedem, os procedimentos primários, as medidas a tomar. Isso varia conforme os casos, conforme as famílias?

Isso varia um pouquinho de criança para criança, porque também tem a ver com a família. Normalmente quando nós despistamos alguma coisa, quando se levanta algum sinal que nos leva a uma despistagem, no meu caso falo com a coordenadora, refiro porque é que a criança me está a preocupar, porque é que eu acho que é uma situação de alarme. A seguir vou falar com os pais, pronto, se é família monoparental com quem a criança vive, se são pai e mãe, chamo os dois, e tento sondá-los, saber se há alguma alteração familiar, falar um pouco daquilo que se está a passar, tentar sondar os pais, perceber um pouco o que se está a passar no seio familiar. Por vezes a situação consegue-se resolver assim, outras vezes temos que pedir a intervenção de técnicos especializados noutras áreas: psicólogos, terapeutas, protecção de menores e todos os outros órgãos que estão a trabalhar em parceria connosco que nos ajudam a solucionar estes casos.

Relativamente à família da criança sinalizada, quando a confrontam que reacções têm mais frequentemente e como conseguem ultrapassar esses casos?

Normalmente a primeira atitude da família é negar. Se é maus tratos do pai para com a mãe, normalmente o primeiro confronto, a primeira conversa é a negação. Depois já

começam a abrir-se um pouco mais, mesmo quando não são maus tratos, outras situações de higiene, de alimentação, falta do tempo de qualidade, maus tratos às crianças, de bater mesmo em locais que não devem, com objectos, que nós consideramos como maus tratos infantis, normalmente a primeira reacção é sempre negar. Quando eles começam a aperceber-se que a situação é patente aos nossos olhos e não têm como negá-la já começam a assumir mas eles próprios também no papel de vítima e tem que ser com muito muito diálogo. No meu caso já me aconteceu com duas famílias onde a mãe é agredida pelo pai é a barreira da língua. A senhora não fala o português, fala uma outra língua, não conseguimos arranjar tradutor para a traduzir e a última conversa que tive com essa senhora foi o filho mais velho de 12 anos, creio eu de doze, que veio fazer a tradução, logo houve uma grande barreira porque havia questões que eu não podia abordar com uma criança de 12 anos, nem a mãe se sentiria à vontade a ser o filho a traduzir. Uma outra situação também, de um país africano, a mãe fala ainda muito mal o português, gosta imensa de esconder as coisas, é uma senhora que esconde muito a realidade familiar, o historial de vida dela e neste momento a criança está com comportamentos bastante alterados, e eu por acaso vou ter que me sentar novamente com ela, ter novamente uma conversa porque a criança está a preocupar-me com o comportamento que está a ter, está a ser bastante violenta, não está a controlar o esfíncter, nem o chichi nem o cocó, usando isto ela está a reagir a alguma coisa, é a forma que ela está a encontrar para dizer “não quero, chega, alguma coisa está errada”. Eu estou a tentar perceber o que poderá ser, vou ter de falar com a mãe, espero que a mãe me compreenda bem, porque eu sei que a mãe percebe um pouquinho mal o português. Mas tenho mesmo de me sentar com ela, falar e tentar ser o mais transparente possível, tentar conquistar a senhora, sentir confiança connosco, é um trabalho também da nossa parte de nos dar-mos a conhecer aos pais, dar a conhecer o nosso trabalho. Eles têm uma entrada directa na instituição, sempre que querem podem estar connosco, estar na sala com os filhos, porque os pais têm de se sentir seguros e sentir confiança da nossa parte também para se abrir, porque muitas das vezes eles também são vítimas das situações que são consequência de algo, que os filhos também são consequência deles, posteriormente vai haver alguém que também vai sofrer essa consequência. É um embrenhado de factos, de condicionantes, que eles próprios também têm que ser ajudados mas tudo passa primeiro pela confiança que eles têm connosco, de nós mostrarmos que não estamos no papel de acusadores, que queremos ajudar os filhos, queremos ajudá-los a eles próprios e então depois de alguns encontros

começa-se a sentir essa abertura da parte deles para conosco e podemos então começar a intervir e tem havido casos de sucesso.

Quanto às diferenças que talvez possam ser encontradas na sala de aula, entre as crianças que estão em perigo e as restantes crianças que não estão nesta situação, será que poderá descrever-me algumas dessas diferenças?

Sim a nível de planificação, de projecto, todas as crianças tentamos enquadrá-las de uma forma igual. Mas a nível emocional, no directo, muitas vezes há diferenças porque são crianças que... algumas isolam-se e nós precisamos de lá ir, conquistá-las. São crianças que muitas das vezes precisam de estar sempre ao nosso lado para conseguirem fazer alguma coisa, “vem cá, vais conseguir fazer”, até uma figura humana, “vais fazer o desenho, a mãe vai ficar tão feliz, eu vou ficar aqui ao teu lado, ao pé de ti”, eles precisam por vezes sentir a figura do professor, a presença ali ao lado deles, nós transmitimos essa segurança para eles. Se estamos a contar uma história, se estamos a fazer um jogo de roda, essas crianças precisam muitas vezes de estar perto de nós. Assim como as que se revelam de forma mais excêntrica, mais explosiva, muitas das vezes também têm de estar próximo de nós, “calma, estás aqui comigo”, podemos sempre delegar tarefas já que a auto-estima está bastante em baixo, delegar-lhes tarefas, responsabilidades neles para se sentirem valiosos, importantes. Nomeadamente as diferenças que poderão existir baseiam-se muito no nível afectivo e emocional, valorizá-los, sentirem-se muito amados, sentirem que nós estamos ao lado deles, que acreditamos neles, que estamos com eles, sentirem muito o nosso amor, isso é fundamental. Também para as outras crianças como é óbvio, mas estas são crianças que por vezes para fazerem alguma actividade nós temos que estar lá. Eu tive um caso que uma criança que está no meu grupo este ano, que só conseguia desenhar a figura humana se eu estivesse sentada ao lado dele. Se eu o colocasse numa mesa sozinho, a fazer a figura humana “olha, vamos fazer um desenho”, quando falo em figura humana não tem de ser necessariamente uma figura humana, mas eles gostam muito nestas idades de fazer figuras humanas. Eu pedia-lhe para fazer uma figura humana e ele só fazia literalmente riscos. Uma manhã sentei-me ao pé dele e a minha surpresa foi que eu não lhe disse absolutamente nada, só “eu vou-me sentar aqui ao pé de ti” e ele começou a desenhar uma forma completamente distinta. Esta foi a minha experiência mais recente.

A nível de higiene, de alimentação, é um dos temas que trabalhamos muito com eles, é importante eles pedirem aos pais que têm sempre de lavar os dentes, tomar o banhinho

todos os dias, para eles próprio terem um pouco de brilho neles mesmos. Tenho uma menina que eu tenho de dizer à mãe, como eu já lhe disse a semana passada, “mãe a sua filha está novamente a vir com um cheirinho para a escola, assim ela não pode vir, tem que lhe dar um banhinho”. “Ah, ela toma banho todos os dias”. “Não pode mãe, como é que ela toma banho todos os dias? Então, ela deve sujar-se durante a noite, será que faz chichi e depois não toma banho?”. Tentar tratar a situação, tentar mostrar à mãe que a filha tem um pouquinho de mau cheiro, uma menina que claramente não toma banho quando necessário. É uma mãe que quando dou assim um alerta, a senhora tem mais cuidado e faz, nota-se uma melhoria no seu estado de higiene, sempre que eles por algum motivo podem-se sujar ou fazer assim um chichi como já tem acontecido, nós mudamos. Ontem houve uma menina que teve de tomar um duchinho, ter também esse cuidado para eles próprios verem que quando alguma coisa não está bem, nós próprios damos o exemplo e fazemos também para eles terem o modelo correcto porque muitas vezes não têm o modelo em casa, mas têm o modelo na escola.

No que respeita às instituições, e aos órgãos públicos com quem vocês articulam este trabalho, o acompanhamento das crianças em perigo, que órgãos são esses e considera ou não eficaz essa articulação?

A articulação é sempre positiva porque todos nós precisamos uns dos outros e nunca podemos dizer “eu consigo fazer tudo sozinho”, portanto considero fundamental essa articulação. Nós articulamos com a Comissão de Protecção de Menores, quando há algum caso de risco em que precisamos de solicitar a intervenção deles, em relação à Câmara de Cascais há também alguns apoios, áreas, gabinetes que a Câmara tenha, Segurança Social, nós também trabalhamos muito com eles, assistentes sociais. Tudo neste âmbito. Estas são as instituições com quem trabalhamos, provavelmente estou a esquecer-me de algumas, porque quem faz normalmente esses contactos, não somos nós, passa sempre pela coordenação, é a coordenadora da instituição que procede aos contactos, nós fazemos os relatórios, muitas vezes temos de estar nas reuniões, mas quem faz esta parte de articulação é a coordenadora da instituição.

E por último, se pudesse delinear uma nova estratégia de abordagem destas situações ou procedimentos que gostaria de ver alterados, que alterações então faria?

Por vezes há alterações que não passam directamente por nós, por mim, o que eu gostaria, como educadora, e enquanto educadora era ter um grupo de crianças muito

mais reduzido, onde eu pudesse dar-lhes muito mais. O meu grupo neste momento são 25 crianças, tenho várias situações de risco, várias crianças sinalizadas, bastantes e para mim sinto-me um pouco incapaz de responder às necessidades que eles apresentam. São crianças que precisavam que eu pudesse despender muito mais tempo, tivesse muito mais oportunidades de estar a sós, brincar a sós com elas, dar-lhes muito mais mas devido à limitação da sala, ao número de crianças que eu tenho, é muito complicado. Nisso eu sinto uma falha da minha parte porque não directamente por mim, mas devido às circunstâncias e às condições que me são dadas para trabalhar por vezes escapa-me muito isso. Nem sempre respondemos da forma como gostaríamos de responder e que nós achamos que é mais adequado. Precisávamos de lhes dar mais colo, mais beijinhos, muito mais dedicação só que realmente é complicado.

Isto na minha parte. Na parte de instituição em si, a instituição tende sempre a responder e a fazer alguma coisa sempre que nós sinalizamos uma criança, nomeadamente a coordenadora, é como eu já disse, fazer contactos, articular com outras instituições, tentar ajudar, mas também não nos podemos esquecer que uma parte das situações requer culpa a nível social. Muitas crianças ainda vivem em bairros degradados, já são menores sem dúvida, mas eu pessoalmente tenho crianças que ainda vivem em bairros sociais e a semana passada quando eu estava a abordar uma mãe por causa da higiene da menina, ela respondeu-me “estou desejosa de ir para a minha casa, agora é tudo cheio de lama, lá no bairro está tudo sujo” e realmente é muito complicado p’ra nós quando ouvimos estas coisas, nós que temos casa, carro, a nossa comodidade, exigir aos pais certos níveis de higiene que são difíceis para eles conquistar por causa das condições financeiras que se calhar não lhes permite ter a casa que deveriam ter. todas as crianças deveriam ter direito a uma casa, a uma cama, comida, são direitos que nem todas podem usufruir deles. Muitas crianças não podem ter a alimentação adequada, a casa adequada, os brinquedos adequados, têm que brincar na rua porque não têm brinquedos em casa e isso passa muito pela justiça social do nosso país. Outro factor que também se pode reportar um pouco ao nível social é a necessidade que muitos pais têm, nomeadamente as mães, de trabalhar e têm de se sujeitar a horários, aos turnos, e as crianças muitas vezes têm que ficar com os avós, com a vizinha do lado, é o pai que já vem cansado e já não tem paciência para o filho ou para a filha, já não quer brincar, não tem o cuidado e a preocupação de dar o banhinho de o deitar a uma hora correcta para a criança poder ter as horas de descanso, a própria mãe vem estourada, tem imensas tarefas domésticas para fazer, ou seja, a própria estrutura da sociedade está a criar uma estrutura um bocado

anti-família. É uma estrutura que não permite aos pais usufruírem dos filhos, não permite aos filhos usufruírem dos pais, está tudo tão computadorizado, tão acelerado que as relações humanas estão-se a perder, nomeadamente pais e filhos, filhos e pais, essa relação família está-se a perder muito, com esta globalização toda que é muito bom para a tecnologia, para a informação, mas a nível familiar está a evoluir de uma forma negativa e são coisas que nós não podemos estagnar, elas estão a emergir de uma forma muito rápida, e nós temos que tentar saber lidar com elas, tentar dar a volta à situação, dar o máximo de apoio às crianças, o máximo de amor, muito carinho. Muitas das vezes o único beijo que têm é nosso, a única brincadeira que têm é na sala, eles saem daqui e são uns adultos em ponto pequeno, lá estão eles tipo robozinhos, agora isto, agora isto aquilo, e a criança acaba por não ser criança. João de Deus dizia que “o trabalho da criança é brincar” e neste momento será que todas as crianças têm esse trabalho, será que não se está a exigir demais a todas elas? Elas são crianças, o tempo de brincar é este, é o brincar, é o sorrir...será que todas as crianças têm isto? Infelizmente sabemos qual é a resposta. Isto é o próprio mundo, a própria sociedade que está a gerir tudo isto...que Deus nos dê muita sabedoria, a nós que estamos no directo com elas para tentar colmatar um pouquinho esta situação.

Anexo 5 - Cidália

Gostaria de perguntar-lhe quais são os comportamentos, os sinais, as atitudes que despertam o diagnóstico de uma criança em perigo numa sala de aula.

Nós achamos que uma criança está em risco ou diagnosticamos uma criança em risco quando observamos o comportamento dela na sala com as outras crianças. Pode ser uma criança agressiva com as outras, se vive isso em casa, também vai vivenciar isso aqui na escola na forma como vai lidar com as outras crianças e há crianças que podem demonstrar de uma forma agressiva mas também podem demonstrar de outra forma, recusando-se a comer, ou até mesmo a vomitar, chorando muito, podem ser sinais de alerta. Nós podemos ver também a forma como ela vem cuidada de casa ou não cuidada, se há falta de higiene, e tentamos perceber porque é que isso acontece.

Que problemáticas têm surgido com mais frequência na sala de aula?

A maior problemática, na minha experiência, tem sido a falta de cuidado dos pais em casa e falta de rotinas e de regras que as crianças também vivem e vêem em casa, têm sido alguns dos problemas. Os relacionamentos entre os pais afecta muito as crianças e isso também se tem notado muito na sala de aula.

*Quando é diagnosticado um caso de perigo, como é que procede primeiramente?
Quais as medidas imediatas?*

Quando nós achamos que é uma criança de risco, gostamos sempre de pedir a opinião às nossas colegas para saber se realmente também concordam ou não. É feita a análise em equipa, falando em equipa sobre aquilo que temos estado a observar e depois é pedido a uma educadora de ensino especial para observar a criança, fazendo-se depois um relatório, encaminhando a criança para a área em que precisa de ser acompanhada.

Em relação à família da criança, que dificuldades enfrenta quando a confronta com a situação?

Depende, se forem pais que estão interessados eles até acabam por aceitar. Posso dar o exemplo daquele menino que não come, aos 2 anos ele ainda come tudo passado. Eu já falei com o pai, já falei com a mãe, que estão separados e eles estão empenhados em

resolver a situação. Mas há pais com que continuamos a batalhar, que nós não vemos grande interesse e não ajudam também muito.

E na sala de aula, quais as principais diferenças entre o trabalho com estas crianças em perigo e as outras?

Se elas estão a ser acompanhadas e já há um protocolo já elaborado pela criança, elas têm um “currículo” p’ra elas e tentamos na sala desenvolver um trabalho individual para desenvolver as áreas que estão afectadas.

Relativamente aos órgãos com quem articulam este trabalho de eliminação do perigo para a criança, quais são esses órgãos e considera eficaz essa articulação?

Neste momento temos uma educadora de ensino especial que está disponível para trabalhar connosco e ajudar-nos a encaminhar para outras entidades.

Depois daqui é que as coisas complicam um bocadinho, demoram muito tempo, é complicado, não são assim tão eficazes, as coisas demoram um bocadinho até vir a resolução do problema.

A nível da psicologia, dos psicólogos para fazerem as avaliações, mesmo às vezes com os médicos se é necessário às vezes fazer alguma coisa, não há assim tanta disponibilidade. A Comissão de Protecção de Menores às vezes não actua tão rápido como gostaríamos e achamos que é necessário para o bem das crianças.

Por último, se pudesse alterar nos procedimentos que são seguidos quer dentro da instituição, quer nos órgãos com quem trabalham, o que gostaria de ver mudado?

Acho que o principal problema nos órgãos públicos é a rapidez, é necessária rapidez. Dentro da instituição nós tentamos fazer o nosso melhor e estamos alerta e tentamos ver se há alguma coisa mal, para tentar ajudar e corrigir. Acho que devia haver alguém que com mais rapidez tentasse resolver os problemas destas crianças e às vezes há muita burocracia, há muitos papéis para preencher, há muitas reuniões e às vezes na prática não há a resolução efectiva do problema.

Anexo 6 - Dina

Em relação ao diagnóstico de uma criança em perigo ou em notório risco social como é que vocês fazem esse diagnóstico, quais são os sinais, as atitudes e os comportamentos que vos levam a fazer esse diagnóstico?

Muitas vezes agente observa que a criança muda o comportamento, ou porque está mais agressiva, ou a chorar, ou inquieta, não consegue concentrar-se. E isso nós continuamos a observar e se se prolonga por um período também vamos procurar saber o que se passa. Com os mais pequenos isso é mais difícil porque eles não verbalizam...e essa mudança de comportamento...ou perturbações no sono, ou nega-se a comer, às vezes vem a vomitar o que comem, são alterações, são alertas p'ra nós e então vamos junto à família procurar, saber o que se passa, se em casa também costumam acontecer, como é que as coisas estão em casa e geralmente é por aí que vamos descobrindo que aconteceu e que realmente vêm originar essa mudança de comportamento.

Quais são as problemáticas de perigo, quais são as que têm surgido com mais frequência na sua sala de aula?

Tenho visto mais ao nível do choro e do sono um bocado perturbado e quando vamos em busca do problema, percebemos um bocado melhor. Os pais começam a falar não muito abertamente, vão dados assim algumas pistas, que nós vamos investindo mais nesse contacto, nessa relação, na aproximação para tentar ajudar realmente esses pais. Com mais frequência surgem situações de negligência mas também de maus tratos .

Quando se deparam com um caso de perigo, qual é a primeira acção que toma. Varia conforme os casos, consoante a sensibilidade da criança, da família?

Geralmente esses casos que nos preocupam, levamos a reunião, temos uma reunião semanal, levamos esses assuntos e ali procuramos, porque às vezes eu tenho uma criança e a minha colega tem o irmão dessa criança e assim vamos comparar como as coisas se passam e se ela também já observou alguma coisa e depois sinalizamos essas crianças junto à coordenação. Primeiro nós sondamos e vamos ter a certeza de que as coisas estão a ocorrer, depois nos juntamos e falamos do assunto em reunião de equipa. Depois das crianças sinalizadas, vamos buscar nas parcerias que temos, que trabalham junto connosco pedir uma segunda opinião, daí já é uma terceira, depois da educadora e

da reunião da equipa, vamos falar com pessoas que trabalham junto de nós e que podem também observar, e às vezes nós achamos que é uma coisa ou temos a ideia de que é uma situação e depois que a especialista que é uma pessoa que tem muito mais experiência na área, faz uma observação e ainda nos abre um pouco mais o leque, ficamos com uma visão ainda maior e às vezes nem é como nós pensávamos, às vezes ainda é mais grave do que nós pensávamos ou às vezes não é tão grave. Mas é muito bom agente partilhar porque é uma forma também de conhecer melhor e de descobrir onde podemos intervir de uma forma mais específica dentro dos casos.

Relativamente à família da criança que é sinalizada, que dificuldades normalmente encontram quando a confrontam com a situação?

Apesar da grande aproximação que nós temos com as famílias, desse elo de confiança, do à vontade, há algumas que às vezes não querem aceitar ou não querem admitir que esteja-se a passar isso e há às vezes uma certa resistência por parte dos pais. Eu lembro-me de uma situação em que estávamos a falar com a mãe do Rui, nós já tínhamos há uns anos atrás com o Tobias, que é o mais velho, já tínhamos tentado nos aproximar e dizer da dificuldade porque era uma criança que tinha uma dificuldade na linguagem e ela sempre reagiu assim...foi um bocado resistente, depois aceitou. Mas quando eu fui falar com ela em relação ao rui, eu notei mesmo, p'ra já ela veio conversar mas vinha junto com a mãe dela mas vinha numa postura de defesa e eu coloquei o meu grau de desenvolvimento que eu achava que o rui para a idade que tinha já devia ter alcançado determinadas atitudes que ainda não fazia, aquelas coisas. Eu notei da parte dela uma certa resistência até para uma primeira conversa com a especialista da Intervenção Precoce. Ela dizia que em casa o menino não reagia assim, tinha outro comportamento e eu dizia como era o Rui cá e ela dizia que em casa tinha outro comportamento, não era o mesmo Rui e agente sabe que isso não existe. Ela resistiu, eu argumentei, de uma forma bem suave, não trazendo grandes preocupações e expectativas mas realce, insisti e disse que gostava que ela aceitasse essa primeira entrevista porque estava em causa o melhor desenvolvimento do menino e ele me preocupava e eu precisava que ela autorizasse que houvesse essa observação da parte da equipa de intervenção precoce, de profissionais especializados. Ela cedeu e agente viu que realmente houve um início de um processo de abordagem com o Rui mas que por parte da resistência dela não houve continuidade...porque no fundo nem era o rui, era uma ajuda a ela, que ela se organizasse p'ra que o rui também estivesse organizado, mas ela resistiu muito e por

fim até desistiu porque também viu que o Rui conseguiu alcançar os objectivos e era através dele levar uma ajuda à mãe e até mesmo um equilíbrio emocional. Porque aquela agitação toda que ela vivia, ele se apercebia e tinha uma reacção a nível de descansar...

Principais diferenças entre o trabalho na sala de aula com as crianças em perigo e as crianças que não estão nesta situação?

Tentamos que as crianças que não têm famílias ajustadas, estruturadas, com equilíbrio, tentamos de todas as formas que elas se integrem e não se sintam à parte ou discriminadas por causa da situação. E muitas vezes agente vê que na sala agente até consegue equilibrar um pouco, apesar de haver aqueles meninos que por causa do contexto familiar desajustado eles desestabilizam um bocado, até o andamento do trabalho, mas agente tenta de todas as formas que as coisas caminhem da melhor maneira possível.

Quanto aos órgãos com quem articulam na eliminação do risco para a criança, quais são esses órgãos e considera eficaz essa articulação?

Tive uma criança que nós sinalizámos e teve intervenção precoce, uma equipa que tomou conta do caso e realmente foi muito positivo, e estamos a colher os frutos desse trabalho. Era uma criança que estava sempre apática, que nunca participava de nada, tinha muitas dificuldades ao nível de alimentação e resistia sempre, tinha sempre a cabecinha reclinada sobre um dos ombros e os olhos semi-cerrados e depois que foi sinalizada, a intervenção precoce começou a fazer um trabalho, a técnica empenhou-se, esmerou-se, ela foi incansável, resultou muito bem. Ela esteve junto da menina cá na instituição, ia a casa da criança, fez todo um trabalho, porque ela estava p'ra ter um irmãozinho e nós sabemos que há tendência para ter uma regressão nestas situações quando eles são muito pequenos e a criança deu mesmo um salto enorme. Digo mesmo às colegas, e à educadora de ensino especial, a educadora que trabalha connosco dos apoios educativos, eu disse a ela “graças a Deus e graças à técnica que foi uma pessoa que se empenhou”. E agente vê que a Matilde hoje em dia é aquela menina muito participativa, estou a contar uma história, acabo a história e perguntou e ela responde, e conta-me a história toda outra vezes, e canta, come muito bem, como sozinha, é muito independente. Depois as outras colegas vêem a mudança e ficam muito admiradas e vemos que valeu a pena e foi um trabalho que é uma pena ter acabado.

Quanto aos restantes órgãos, não estou muito familiarizada porque geralmente é a coordenadora que encaminha e faz todos esses contactos.

Se pudesse alterar alguma coisa neste procedimento e na forma como articulam com os órgãos exteriores, que nova estratégia delinearia?

Eu acho que as coisas demoram muito tempo a acontecer. Na intervenção precoce não, nós sinalizávamos e aquilo tinha um andamento rápido e víamos que as coisas aconteciam. Nas demais instituições eu acho que as coisas demoram muito tempo, as crianças são sinalizadas então marca-se uma reunião, então vai-se lá e varia um pouco a nível dos sectores, porque se tem de passar por mais do que um as coisas demoram muito tempo, e a situação da família fica na mesma e os apoios não chegam. Não sei bem o que fazer mas acho que precisávamos de ter uma estratégia que fizesse as coisas acontecerem de uma forma mais rápida. Porque nós sinalizamos os meninos, no caso os pequeninos, 1 e 2 anos, sinalizamos porque são coisas que nos chamam a atenção e nós achamos que alguma coisa não está bem. Sinalizamos e depois “ah, tá bem, vamos fazer uma avaliação”, vem alguém e faz uma avaliação...agora até me estou a lembrar de uma outra situação, a da localização...a da Verónica... todos os dias vamos da sala para o refeitório, a partir dos dois anos começam a ir, ia no combóio, tudo bem ela ia, depois cada um sentava-se no seu lugar, a Verónica andava às voltas na mesa à procura do lugar, eu comecei a achar que aquilo não era normal. Íamos duas vezes por dia ao refeitório, almoçar e lanchar, ela nunca sabia onde era o lugar dela, passa-se aqui alguma coisa a nível de localização espacial, como é que é? Há alguma coisa que não está bem. Um dia fiz de propósito, pu-la no meio do corredor, no lado esquerdo era p refeitório, no direito era o ginásio, e eu disse-lhe para ir para o ginásio e a Verónica foi em direcção ao refeitório, nesse dia vi mesmo que não estava mesmo nada bem. Na altura foi observada pela intervenção precoce porque tinha dois anos só que como ela morava noutra freguesia, teve de ir para Cascais e lá as coisas demoraram muito tempo do que foi noutra situação de outra criança seguida na freguesia da Parede, no outro caso que falei. Era dentro da intervenção precoce, mas eram pessoas diferentes que tratavam...o que aconteceu? O procedimento era outro, não vieram à instituição, mandaram a mãe com a criança ao centro de saúde, depois não houve um contacto porque a mãe tinha mudado de telemóvel, depois o contacto era feito através de nós, nós é que dávamos os recados. A mãe foi lá levou a menina, “ah, nós não achamos que seja uma coisa muito séria, vamos esperar para Setembro.” já era final de ano lectivo. Nunca

disseram nada até final de Setembro, passou-se o tempo todo ninguém disse nada, em meados de Outubro disseram que não era nada de muito grave. Mas nós continuamos a observar que a criança melhorou um pouco e continuamos preocupados porque o comportamento da verónica tem algo estranho...qualquer coisa a nível familiar que não estava bem. Então nem foi a intervenção precoce, fomos nós enquanto instituição a retomar aquilo e a chamar outra vez a mãe e ir a casa, foi a educadora da criança, a técnica social e a educadora de ensino especial...porque a Vera repetia muito, tudo o que nós dizíamos ela ia dizendo...tipo papagaio, não verbalizava, não expressava de uma forma clara e isso nos preocupava. Depois de termos ido a casa da criança, percebemos os porquês...eu tinha perguntado à mãe como era em casa, e ela disse “a minha casa é muito pequenina” mas também não entrámos em muitos detalhes mas depois viemos a descobrir que era um anexo, em que viviam 5 pessoas num único espaço, dormiam, comiam, faziam todo no mesmo local.

Anexo 7 - Filipa

No que respeita ao diagnóstico das situações de perigo, quais são os sinais, comportamentos e atitudes que normalmente despertam esse alerta de risco nas crianças?

Nós estamos atentos aos comportamentos das crianças e quando nós achamos que existe algo fora do normal, nós estamos alerta. Quem está connosco a trabalhar na sala, em parte dá uma mão de ajuda porque ao comentarmos com ela nós vamos ver que há situações, há comportamentos, há reacções que não fazem parte dos padrões que p'ra nós são normais. Começamos a observar, fazemos algumas observações, fazemos algum comentário com as colegas e depois chegamos à conclusão que de facto alguma coisa não está bem e a partir daí partimos para a investigação. Como por exemplo, o caso de que eu me lembro bem e acho que nunca vou esquecer é a Vanessa. Era uma menina que esteve connosco nos primeiros anos, e ela punha-se debaixo das mesas, o sítio onde ela mais gostava de estar era debaixo da mesa... quando nós começámos a observar, ela estava sempre debaixo das mesas...até que mais tarde, uns anos depois eu venho a saber que ela era abusada sexualmente. Achava que não eram comportamentos adequados para uma menina, p'ra mim na altura, quando essas situações começaram a surgir eu estava no papel de auxiliar, achava estranho e também nós já estávamos muito abertos a lidar com as outras instituições, como a Protecção de Menores, fez-se alguma coisa mas o que se fez na realidade eu não sei, mas que de facto eram comportamentos muito estranhos, eram.

Que problemáticas têm surgido com mais frequência na sua sala de aula?

Tive um caso o ano passado, o caso do Ambrósio, nós achámos que eram comportamentos impróprios, era uma criança que não sabia estar no espaço onde estava, não sabia estar à mesa, só sabia era brincar, só queria era brincar, brincar, brincar, essa era uma das situações que me levava a pensar mas porquê? Quando se foi investigar descobriu-se o que nós descobrimos, pronto...deixou-nos assim um bocado transtornadas que é o facto de sabermos que aquela criança não tinha regras, porque não tinha uma mesa em casa, não sabia estar à mesa porque não a tinha não é? Ocupavam todos o mesmo espaço para dormir...portanto aquela criança não sabia como estar porque não recebia, por mais informação que nós tentássemos dar “Não é assim que se

sentada,” ou era p’ra estar quieto, aquela criança não recebia estímulos da parte familiar que no fundo é a parte basilar da estrutura emocional de uma criança. Se em casa as coisas não estão bem, dificilmente nós aqui conseguimos fazer. E no caso do Ambrósio foi isso, mesmo a nível de escola, de aprendizagem ele levou para a escola mesmo essa falta. Tanto que na escola eles não sabiam das informações que nós já sabíamos a nível familiar e quando a professora soube, percebeu melhor o porquê dele não ter regras, o porquê de não fazer a aprendizagem.

No caso por exemplo do António, é uma criança agressiva, é uma criança que bate a todos e a quem lhe aparecesse ele resolvia os assuntos a bater, porquê? Apesar do pai não admitir, o pai usava a violência, batia à mãe, ele chegou a dizer que pegava no chinelo para bater no filho mas só como medida de repreensão, quando nós temos essa plena consciência de que não é verdade. A própria mãe apareceu marcada e ela não negava a dizer que era o marido. Quando nós víamos o pai, parecia que o pai não era capaz de fazer isso, ele tinha um ar quase que de santo e de santo não tem nada.

Quando se deparam com um caso de perigo, quais são as medidas tomadas de imediato e como se desenrola o processo para tentar eliminar esse perigo para a criança?

Quando nós detectamos casos, primeiro comentamos umas com as outras e de facto chegamos à conclusão que há ali qualquer coisa que não está a funcionar correctamente. O comentar é no sentido de tentar esclarecer dúvidas que vão surgindo, não para badalar a família ou o estado da criança, depois comunicamos com a coordenadora, no fundo ela tem de saber obrigatoriamente destas situações e falamos com a Adélia, a educadora dos apoios educativos, é a pessoa que nos dá uma mão nesse sentido e é quem mais facilmente consegue movimentar nesse meios, falamos com ela, faz uma avaliação e se for para encaminhar a coordenadora e a Adélia, passam a agir.

Relativamente à família, há pouco tocou nessa questão, que dificuldades normalmente enfrentam quando confrontam a família da criança sinalizada?

Por norma negam, dizem que ou caiu, por exemplo no caso da criança aparecer marcada, ou “dei-lhe uma chapada e magoei sem querer”. Por exemplo eu chamei a coordenadora porque o Ambrósio apareceu com a orelha marcada, ela decidiu tirarmos uma fotografia para ficar registado para o caso de surgirem outras. Eu sei que houve uma vez que a ela teve mesmo de chamar os pais porque o miúdo apareceu marcado nas

costas...os pais de facto não admitem que as coisas não estão a funcionar...procuram contornar a situação de maneira que eles saiam bem, de uma forma airosa. Claro que as situações vão continuar a surgir, ou pioram e aí tem que se tomar as medidas mais drásticas.

Na própria sala quais são as diferenças no trabalho com estas crianças em situação de perigo e as que não estão nestas situações?

Ao nível de passar as actividades para as crianças nota-se uma grande diferença. Enquanto que uma criança que é estimulada pela família aprende e interioriza muito mais facilmente, as outras que têm dificuldades nós notamos que estamos sempre a batalhar no mesmo e sentimos que elas não estão a assimilar aquilo que nós no fundo pretendemos que eles aprendam para enriquecer os conhecimentos, p'ra quando eles forem para a escola já levem uma bagagem maior. Por exemplo tenho um aluno que tive sérios problemas com ele a nível de alimentação, a nível de comportamento, até que eu me sentei com os pais duas vezes, quando os pais entenderam que se não dessem a mão de ajuda que e estava a pedir, quase a pedir socorro, ele não conseguiria ultrapassar as barreiras. E quando os pais entenderam que assim tinha que ser, o Ladislau hoje é um menino entrou para o 1º ano e já sabe ler. Portanto, a ajuda deles foi preciosa, eu só completei a ajuda necessária da parte dos pais, mas foi preciso eu pedir essa ajuda, eu reclamar a ajuda deles para que eles mudassem também de atitude e entendessem.

Trabalhamos sempre num todo, o que acontece é que quando eu noto que aquela criança não está a atingir os objectivos pretendidos por mim, eu reforço ao longo do ano a pensar mesmo nesses. Aqueles que eu tenho plena consciência que já fizeram essa interiorização, nós continuamos a trabalhar, mas nunca esqueço que há outros que precisam do meu apoio para reforçar esses mesmos conteúdos.

Neste trabalho de eliminação do risco para a criança, quais são os principais órgãos com quem vocês articulam normalmente, e considera eficaz essa articulação?

Articulamos com a Comissão de Protecção de Menores, a Segurança Social... e são instrumentos valiosos para que a situação tenha algum encaminhamento. Por vezes dificultam um pouco o trabalho, temos o caso do Ambrósio, que se não fosse a associação a mexer-se um bocadinho mais e a pressionar esses órgãos, as coisas continuavam na mesma. Na última reunião, a Coordenadora e a Técnica Social repararam que as coisas não estavam a fazer muito, não havia um empenho da parte

delas... tem que se fazer para melhorar as situações destas crianças desfavorecidas e em perigo.

Por último, se pudesse delinear uma nova estratégia de abordagem destas situações, que alterações faria?

Eu acho que é importante conhecer a fundo a situação, porque é que aquela criança está a vivenciar daquela maneira, porque é que a família está assim. Conhecendo a situação, implantar primeiro no próprio seio familiar e ajudar as pessoas a ultrapassarem essas dificuldades. Voltando ao caso do Ambrósio, é um caso que talvez nos tenha chocado mais, talvez aquela mãe precise do apoio psicológico e depois precisava de uma equipa que estivesse com ela durante algum tempo a ajudá-la a organizar-se na arrumação da casa, na arrumação da roupa, no cozinhar porque é onde ela falha. Quando p'ra ela está tudo bem... vamos saber porquê e aí devia entrar o psicólogo, tentar perceber porquê. Porque aquela senhora age assim, porque é que p'ra ela tudo é normal, porque é que a família está assim. E depois então ter pessoas no campo de acção a ajudar a família a estruturar-se. Acho que assim funciona e na nossa sociedade ouvimos falar muito de casos daquelas pessoas que saem dos bairros e depois deparam-se com uma casa... não sabem para que serve o bidé quando ouvimos histórias de pessoas que plantam dentro deles, levam para o apartamento galinhas... p'ra mim, acho que sim, dêem-lhes condições mas o principal não era a casa, o principal era elas aprenderem a lidar com a nova casa porque na casa, a que elas chamavam casa mas que era uma barraca, não tinham essas condições e p'ra elas não precisavam, não lhes ensinaram a saltar de uma barraca para uma casa.

O que devia funcionar eram os meios no campo de acção. Pouco ou nada sei da Comissão de Protecção de Menores, o que ouvi falar foi agora porque começaram a surgir algumas situações, mas pelo que eu oiço, eles deviam passar do papel para a prática, têm muitos papéis na secretária.

Anexo 8 - Carmo

Em relação à problemática das crianças em perigo, quais são os sinais, atitudes, comportamentos que despertam esse diagnóstico nas crianças?

Com a experiência que nós temos já de largos anos não implica virem de um meio sócio-económico desfavorável, comportamentos e sinais de crianças com problemáticas. A experiência que nós temos é que vêm de todos os meios, dos mais variadíssimos tipos de família. Temos muitas, não sei se posso já adiantar, temos imensas famílias e temos feito um diagnóstico de famílias monoparentais, temos famílias desestruturadas, pais separados, mães jovens e tudo isso de certa forma caracteriza um grande número da nossa população aqui da nossa instituição, de facto são famílias desestruturadas e isso preocupa-nos bastante.

Relativamente aos sinais que eles apresentam...muitas vezes descontrolo em termos de enfiñcteres, outros sinais em termos de uma enorme instabilidade emocional, alguns através de dificuldades de desenvolvimento global, outros problemas de fala e ultimamente temos imensas crianças com problemas e dificuldades na fala. Começámos com uma criança em terapia de fala, hoje já vamos com quatro, isto é significativo, preocupa-nos bastante. Miúdos com 4 e 5 anos que têm mesmo problemas em termos de articulação e de exprimirem aquilo que lhes vai na alma.

Relativamente às medidas de intervenção, normalmente quando diagnosticam uma situação de perigo para uma criança, quais são as medidas que tomam de imediato?

Em relação a situações de perigo, primeiro nós tentamos, e normalmente as educadoras abordam, para tentarmos perceber um bocadinho se é uma situação pontual ou se já houve outras situações e se de facto tentamos chamar os pais para virem cá à instituição, de uma forma muito informal, conversar um bocadinho com eles, se calhar com o pretexto de falar um bocadinho acerca do desenvolvimento dos filhos, ver um bocadinho os trabalhos deles, e depois então começar a questionar, ou tentar abordar assuntos mais em termos de organização familiar: como é que é a casa, como é que se organizam, como é que são as suas rotinas porque não podemos entrar logo de uma forma muito directa. Depois, em casos de violência, normalmente o agressor é a figura masculina, que nem sempre é mas a maior parte das vezes é essa a figura, normalmente a mãe começa logo a levantar um bocadinho a pontinha do véu, começa a revelar alguns

facto. Depende da proximidade que tem connosco ou com a educadora, e isso normalmente é tratado, pai ou mãe – educadora, só vem a mim quando eu própria tenho relação com a família ou se são mesmo alunos meus, só assim é que faz sentido não é? Tem de se estabelecer uma relação de confiança e uma relação securizante para os pais para depois a partir daí podermos fazer algum tipo de trabalho, e isso é um ponto assente na nossa instituição.

A partir daí começamos a verificar, ou se a mãe desvaloriza, o que às vezes acontece, se por exemplo, poderei dar um exemplo em que a criança vinha com a orelha bastante ferida, chamámos o pai e a mãe, disseram que foi o menino que caiu e que bateu com a orelhinha na cadeira, não foi isso que a criança nos transmitiu. Nesse dia nós tirámos uma fotografia sem que os pais soubessem, depois aconteceu uma outra situação e aí sim, nós fomos muito directos com os pais e explicámos que se isso tornasse a acontecer, que já tínhamos outras provas nas nossas mãos e que isso ia directamente para a Comissão de Protecção de Menores. Já temos algumas situações que foram sinalizadas por nós na Comissão de Protecção de Menores, situações em que nós chegamos à conclusão...ou é a mãe que está preocupada e que nos diz alguma coisa e nós fazemos um relatório, contactamos com a Comissão e depois a partir daí encaminhamos a situação para a Comissão e juntamente com a Comissão assinamos um Protocolo de Promoção com a família, em que fica estipulado quais os deveres de cada parte envolvida, quer seja a ABLA, Comissão, família, e depois juntamente com a família vamos tentar ultrapassar esses obstáculos e esses sinais que nos preocupavam.

Há outras situações em que os pais tentam esconder e abafar, eles próprios são cúmplices um do outro e sabemos que os meninos estão em sofrimento ou outras situações até mais graves que já têm surgido, nos aí contactamos primeiro telefonicamente com a Comissão, preenchemos uma Ficha de Sinalização, enviamos para a Comissão, a partir daí a Comissão toma as medidas que são necessárias, ou enviar a criança para o Instituto de Medicina Legal para fazer algum tipo de peritagem e depois então o processo é sempre seguido e nós estamos sempre envolvidos no processo de perto para tentarmos ajudar a família a reorganizar-se e reestruturar.

Em termos de negligência, temos de vária ordem, temos aquelas famílias que em termos de higiene as crianças não se apresentam como têm o direito de estarem limpinhas na instituição, nós normalmente a primeira abordagem se não conhecemos muito bem a família, somos nós a tomar a iniciativa, damos banhinho, desparatisamos, arranjam

roupinha, e à tarde falamos com a mãe. “Olhe hoje sentimos necessidade de dar banho ao seu filho porque queremos dar colinho e não estava na melhor das condições”, portanto p’ra eles terem a noção de que nós não aprovamos a forma como os filhos vêm para a escolinha. E começamos a dizer por exemplo, “se tiver necessidade de roupa ou tiver necessidade de isto ou daquilo...” mas às vezes respondem, “ah, tá bem mas já tomou banho uma vez por semana” e nós aí explicamos que os meninos correm, saltam, pulam, todos os dias transpiram e alguns a dormir fazem um bocadinho de chichi na cueca, portanto há necessidade de alertar os pais e mesmo trabalhar com eles, é ajudar os pais a criar competências para saberem tratar dos seus filhos. Depois então fazemos uma, duas vezes, envolvemos a família e pronto, normalmente conseguimos que os pais percebam qual é a postura que eles têm que adoptar, qual é o comportamento que eles devem ter perante os seus filhos em termos de higiene.

Há outro tipo de negligência, que são pais que estão pouco envolvidos em tudo no que diz respeito à família...não aparecem quando são solicitados, trazem os filhos quando lhes apetece, sente-se que os meninos andam perdidos, não têm uma boa relação e isso é feito muito de perto com as educadoras. Todas as educadoras têm uma hora por semana, pelo menos, de atendimento às famílias e aí há uma marcação de uma reunião com os pais, ou com a mãe, nem sempre podem vir os dois, e aí há uma conversa, há um alertar, muitas vezes não pode ser só conversar e temos que exigir determinados comportamentos que têm rapidamente alterar, que como pais têm esse dever, como os filhos têm o direito de ter uma família que se preocupa, que cuida deles. Portanto é fazer o reforço das competências parentais, no fundo é o que nós fazemos, é informá-los sempre numa postura não de julgá-los, mas de os levar a compreender o que é correcto.

Estas medidas que referiu anteriormente, elas são rígidas para todas as educadoras da instituição, existem procedimentos que devem ser obrigatoriamente seguidos por todas?

Em relação aos procedimentos, não são iguais nem rígidos, se bem que nós temos as coisas mais ou menos parametrizadas, ou seja, vai depender da situação. Depende se já houve antecedentes, depende também se estamos a falar de maus tratos é uma coisa, se estamos a falar em termos de diagnóstico de alguma dificuldade nalguma área aí o procedimento já é outro. Olhamos para a situação sempre com um olhar atento no sentido de tentar dar a resposta imediata relativamente à problemática. Por exemplo se for uma situação em termos emocionais, problemas de desequilíbrio em termos familiar,

normalmente a educadora junta-se comigo e conversamos acerca da problemática em questão, reflectimos um bocadinho sobre a família e se achamos se calhar tem que haver alguma medida tomada rapidamente, pensamos quais as estratégias a adoptar. Estas poderão ser variadíssimas, por exemplo com os miúdos do ATL eu articulo directamente com a escola e depois sentamo-nos, reflectimos e tomamos as medidas que forem necessárias, se for relativamente a alguma família, portanto nós tentamos chamar a família, conversamos, se verificarmos que só o conversarmos com a família não chega nós então falamos com a nossa educadora dos apoios educativos, tentamos encaminhar para uma avaliação psicológica ou conduzir a mãe ou o pai para uma terapia familiar. Em relação a maus tratos, nós aí somos muito mais imediatos a agir. Perante um acontecimento a primeira coisa que fazemos é de uma forma distraída tirar uma fotografia para nos munirmos de algum tipo de prova, fala-se com a criança, tenta-se perceber o que é que aconteceu, fala-se logo com a mãe, normalmente chama-se também à minha presença que é p'ra ela também perceber que em termos de autoridade estamos aqui a confrontá-la com uma situação, e se não formos assim tão grave nós dizemos: “Atenção, se acontecer mais alguma coisa vai o relatório com esta prova para a Comissão de Protecção de Menores” e estamos sempre atentos à criança, e àquilo que ela diz e às suas atitudes. Portanto depende muito do tipo de problemática que poderá surgir. Outras vezes nem é da parte da criança, é da parte da mãe ou do pai em que fazem determinadas abordagens em que nós verificamos que poderá haver ali algum problema, ou são vítimas de abusos ou de violência doméstica, nós aí conversamos com a mãe e tentamos encaminhar para as entidades competentes, APAV e diversas instituições que poderão dar uma resposta mais adequada.

Quais são as principais diferenças no trabalho na sala de aula entre crianças que estão em situação de perigo e crianças que têm famílias estruturadas, que vivem com todas as condições necessárias?

Nós acreditamos que o nosso trabalho não é um trabalho de colectivo, é um trabalho individualizado, se bem que cada educadora tem a sua planificação, há sempre aquele olhar atento aos pequeninos pormenores, que podem não ser assim tão pequeninos como isso, a pequenos sinais de alerta que nos levam a tomar determinadas atitudes, por exemplo uma criança tem dificuldades, com 4 anos, a despir-se e a vestir-se, se calhar é uma situação de descoordenação, se calhar em casa fazem-lhe tudo ou então se calhar é

daquelas crianças que têm que tentar ser o mais autónomo possível, por isso nós estamos atentos a todos esses pequeninos grandes pormenores para ver quais é que são as grandes dificuldades. Pode ser dificuldade a nível motor, pode ser dificuldade a nível em termos cognitivos. Por exemplo temos uma menina com 3 anos que sistematicamente perdia-se no corredor, por exemplo a rotina é: por volta das 11h45 vão direitos à casa-de-banho, lavam as mãos e seguem para o refeitório, a criança perdia-se. Isto não é muito normal numa criança de 3 anos, ou seja, tinha ali um problema qualquer em termos de se conseguir posicionar no espaço e no tempo, não tinha percepção nem noção. Começámos a ficar preocupados, porque se calhar havia qualquer coisa por trás e quando começámos a chamar a família, pedimos à nossa assistente social e à educadora dos apoios educativos que já estava a observar a criança, que de facto fossem a casa ver como é que a criança vivia, aí nós percebemos porque é que a criança não tem noção nenhuma em termos de espaço, porquê? Porque vive num anexo, 5 pessoas, 2 adultos, uma irmã com cerca de 16 anos, um irmão com 6 e esta pequenina, em que dormem todos no mesmo espaço porque o resto da casa é lixo. Não têm uma cama para dormir, não têm uma mesa para comer, não têm um sofá para se sentarem, não têm uma cadeira para se sentar. Portanto, aí ficou-nos bastante claro que essa criança tinha condicionalismos em termos da sua organização espacial e começámos a perceber o porquê. Falámos com a família, não resolveu, foi uma situação que foi sinalizada à Comissão e neste momento estamos a ajudar a família a limpar a casa, a organizar-se e a reestruturar. Não podemos pensar que só a escola é que resolve os problemas por si, não, é de mãos dadas com a família que conseguimos fazer alguma coisa.

As crianças quando há algum sinal de alerta, em termos de desenvolvimento, temos uma educadora especializada, e pedimos a essa educadora para fazer uma avaliação, um olhar externo, não tão directo por vezes é mais clarificador. Aí, essa educadora dos apoios educativos faz uma avaliação, senta-se com a educadora da criança, compara os dados e depois a partir daí definem a estratégia a adoptar. Ou a educadora especializada faz um plano individual para dar resposta às necessidades da criança, ou pode não ser essa a necessidade, e apenas dá algumas directrizes e estratégias à educadora para trabalhar de uma forma mais específica numa ou noutra área.

Há outras crianças que são encaminhadas para consultas de terapia ocupacional, outras para psicologia, outras são encaminhadas para terapia da fala e assim sucessivamente.

Referiu a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, há outros órgãos com quem vocês articulam quando têm casos de crianças em perigo? Quais são e considera essa articulação eficaz?

É fundamental, cada vez mais temos a noção e sentimos que não faz sentido trabalharmos sozinhos. Trabalhamos em parceria com o Centro de Saúde da Parede, com os Centros Comunitários à nossa volta, aliás, temos um grande número de crianças na nossa instituição precisamente porque vieram sinalizadas pelos Centros Comunitários à nossa volta e depois a partir daí, por exemplo a criança já está na nossa instituição, e sabemos que o Centro Comunitário tem uma bolsa de emprego, encaminhamos a mãe para lá de forma a conseguir organizar a família. Sabemos que a mãe tem problemas a nível psíquico e precisa de apoio específico, falamos para o Centro de Saúde e tentamos encaminhar a mãe, ou o pai, para consultas de psiquiatria ou de psicologia. No fundo tentamos trabalhar no seu todo criança- família com as respostas que estão ao nosso alcance, que são entidades públicas e algumas semi-privadas, IPSS. Depois articulamos também com a Câmara de Cascais, com as juntas de freguesias, com a Segurança Social, entre outros organismos.

Relativamente às estratégias que são usadas por vocês enquanto instituição, que alterações faria na articulação com os órgãos públicos?

Enquanto instituição eu acho que nunca conseguimos dizer que estamos a agir da maneira mais correcta. Acho que temos sempre que ter em mente procurarmos fazer melhor e por isso estamos sempre atentos, tentamos articular e conhecer outras realidades que poderão ser parecidas ou não com as nossas, tentar auscultar também como é que outras entidades fazem, eu acho que só assim é que nós nos podemos enriquecer em termos profissionais. O que também tem sido muito favorável é o que a Câmara tem promovido, é o trabalhar em rede, tem sido uma mais valia p'ra nós e pra todas as instituições que trabalham com crianças. Isso tem-nos ajudado bastante, tem-nos dado ferramentas, e as respostas que nos não conseguimos dar, sabemos os recursos que temos à nossa disposição na comunidade circundante. Isso p'ra nós tem sido muito positivo.

Se eu pudesse mudar alguma coisa mudava, e começaria por uma entidade que é de uma importância enorme na nossa sociedade e é preocupante porque cada vez mais há situações de crianças em risco, e estou a falar da CPCJ em Cascais, da Comissão. Eu sei

que não é só em Cascais, e não é das pessoas que estão a gerir a comissão, mas é a política das comissões em que têm duas pessoas praticamente efectivas, a tempo inteiro, o resto das pessoas estão destacadas das instituições com horário reduzido, não estou a dizer por isso que não dão o seu melhor, não é isso, mas o dar o seu melhor não é estar a tempo inteiro empenhado e a desenvolver uma actividade que no fundo é tão tão importante. P'ra além disso ainda temos outras situações de pessoas que estão lá como voluntárias, reformadas e se calhar são pessoas que não conseguem dar a resposta que nós necessitamos e isso aflige-me muito. Infelizmente temos imensas crianças, e não consigo precisar exactamente quantas situações estão na Comissão, mas são quase uma dezena de situações que estão sinalizadas na Comissão, outras já passaram para o Ministério Público e o que me aflige é que primeiro que alguma coisa se faça, passam-se meses, nalgumas situações as crianças são retiradas, vão p'ra casas de acolhimento e aí são capazes de ficar, meses e anos, ou seja, o projecto de vida daquelas crianças é sistematicamente adiado até que normalmente chegam a uma idade em que já não é muito fácil para adopção. O que é que acontece? Estamos a ficar com casas de acolhimento cheias de crianças, estão a surgir casas de acolhimento como cogumelos, há uns anos eram 2 neste momento são 10 em Cascais, mesmo assim se uma criança tiver que ser... tirando as casas de acolhimento urgente que há poucas, mas aí só podem ficar com as crianças no máximo uma ou duas semanas depois têm que ser encaminhadas para as outras casas de acolhimento, o que acontece é que as crianças vão para essas casas e estão lá meses e meses a fio...o prazo máximo legal, teoricamente, p'ra criança permanecer nessas casas acho que são 15 meses, mas não tenho totalmente a certeza, é uma questão de se verificar na legislação. Todos os casos de que tive conhecimento é que já lá vão 2, 3 anos e as situações continuam por resolver.

Ou seja, em termos de comissão e tudo o que envolve eu acho que deveria ser uma prioridade política porque é o nosso futuro...estas crianças são os homens de amanhã e são crianças que vão com muitos traumas, com muitas carências e sem projectos de vida, e isso é que me assusta, são crianças que estão a crescer sem uma família, sem um lar, e por muito boas que sejam as instituições, nada se compara a uma família, uma família estruturada, claro. Portanto esperamos agora com o novo presidente da Comissão, que é uma pessoa em quem eu deposito alguma confiança, o Dr. Armando Leandro, que já foi Ministro da Justiça, e em alguns encontros em que estive ela foi o prelector e pelo menos é uma pessoa muito sensível a esta questão. Não consigo mudar nada, mas enquanto representante desta instituição, o nosso objectivo principal é zelar

pela qualidade de vida dos nossos meninos e do seu bem-estar. Essa é a nossa preocupação e enquanto docentes, técnicos e auxiliares e todos os membros desta casa estão empenhados em dar o seu melhor pelos nossos meninos.